

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Suzane Carvalho Domingos

Entre sobrecarga, privatização e socialização dos cuidados: percepções
de mães da periferia de Juiz de Fora/MG sobre o papel do Estado

Juiz de Fora, MG

Junho de 2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Entre sobrecarga, privatização e socialização dos cuidados: percepções de mães da periferia de Juiz de Fora/MG sobre o papel do Estado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, produções simbólicas e Processos Sociais.

Orientadora: Célia da Graça Arribas

Juiz de Fora
Junho de 2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Domingos, Suzane Carvalho .

Entre sobrecarga, privatização e socialização dos cuidados: : percepções de mães da periferia de Juiz de Fora/MG sobre o papel do Estado / Suzane Carvalho Domingos. -- 2026.
215 p.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Célia da Graça Arribas

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2026.

1. cuidado. 2. trabalho. 3. mulheres. 4. desigualdades. 5. políticas públicas. I. Arribas, Prof.^a Dr.^a Célia da Graça , orient. II. Título.

Suzane Carvalho Domingos Oliveira

Entre sobrecarga, privatização e socialização dos cuidados: percepções de mães da periferia de Juiz de Fora/MG sobre o papel do Estado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 10 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Célia da Graça Arribas - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Carolina dos Santos Bezerra
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr(a) Vitória Marques Bergo
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Thays Monticelli
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof(a) Dr(a) Élen Schneider

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 22/07/2026.



Documento assinado eletronicamente por **Thays Almeida Monticelli, Usuário Externo**, em 23/07/2026, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celia da Graca Arribas, Professor(a)**, em 23/07/2026, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Élen Cristiane Schneider, Usuário Externo**, em 28/07/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **3100734** e o código CRC **CA14E665**.

*Dedico este trabalho para
Lélia Gonzalez e Ana Júlia Cooper.
Passaram-se décadas e a nossa luta
ainda é a mesma, mas o legado de
você não foi em vão. A valorização da
mulher negra é uma luta constante.*

AGRADECIMENTOS

A oportunidade da conclusão desta etapa a Deus que se lembrou de um sonho de infância quase esquecido de ser doutora e o tornou realidade. “Sem Ele, nada do que foi feito se fez”, toda glória a Ti.

À minha família, que me acompanhou nessa trajetória, me apoiando e compreendendo o tempo que não passei com eles para me dedicar a este trabalho.

À Célia, que me orientou com muita competência técnica e rigorosidade metódica sem perder a amorosidade e humildade na prática docente. A universidade fica mais leve e iluminada com a sua presença.

À Carol Bezerra que me inspira a ter orgulho da nossa amefricanidade desde os nossos tempos de docência no Colégio de aplicação.

À equipe de professoras colaboradoras: Daniele Vanda, Tuane Marangon, Débora, Carla Beatriz que acreditaram na proposta e dispuseram de seu tempo para que esse trabalho fosse realizado.

Às diretoras das escolas públicas da região Leste que apoiaram a pesquisa e consolidaram minha seriedade com as famílias da comunidade.

Aos professores, professoras e coordenadores do PPGCSO/UFJF que fizeram parte da minha trajetória e contribuíram com a minha formação docente.

Às colegas do Grupo de pesquisa GENI/UFJF, que contribuíram com discussões teóricas que qualificaram este trabalho.

*Você tem que agir como se fosse possível
transformar radicalmente o mundo. E você tem que
fazer isso o tempo todo.*
Angela Davis

Entre sobrecarga, privatização e socialização dos cuidados: percepções de mães da periferia de Juiz de Fora/MG sobre o papel do Estado

Resumo:

O trabalho do cuidado, historicamente atribuído às mulheres no Brasil, constitui um dos pilares da reprodução da vida e se expressa como fator de sobrecarga diante da sua distribuição desigual. Em contextos periféricos marcados por pobreza, violência e precariedade estatal, como a Zona Leste de Juiz de Fora/MG, essa sobrecarga assume contornos ainda mais intensos. Esta pesquisa investiga as percepções de mulheres mães responsáveis pelos cuidados da casa e dos/as filhos/as residentes nessa zona sobre a possibilidade de compartilhamento do cuidado com o Estado, a partir de uma abordagem feminista interseccional. Com base em 22 entrevistas realizadas com mulheres majoritariamente pretas e pardas, entre 18 e 55 anos, os resultados evidenciam a centralidade feminina no trabalho doméstico e de cuidado, bem como seus efeitos sobre trajetórias de vida, autonomia econômica e decisões reprodutivas. Embora o problema da sobrecarga seja amplamente reconhecido, as soluções formuladas pelas interlocutoras não apontam para a ampliação de equipamentos públicos coletivos, mas para a ressignificação de um modelo privatista, agora reivindicado em termos mais igualitários, com participação ou financiamento estatal. Argumenta-se que a desconfiança em relação aos serviços públicos, associada às experiências concretas de precariedade, limita a construção de alternativas coletivas, indicando que políticas públicas de cuidado devem considerar as condições sociais e simbólicas que moldam essas percepções.

Palavras-chaves: cuidado, trabalho, mulheres, desigualdades, políticas públicas.

Entre sobrecarga, privatização e socialização dos cuidados: percepções de mães da periferia de Juiz de Fora/MG sobre o papel do Estado

Resumo expandido:

O trabalho do cuidado está intimamente ligado à reprodução da vida, sendo historicamente atribuído às mulheres no Brasil. Isto se constitui um fator de sobrecarga quando este trabalho é realizado na perspectiva da divisão desigual entre os gêneros nas sociedades contemporâneas. Em regiões periféricas, onde há altos índices de pobreza, de violência e de descaso do poder público, como a Zona Leste de Juiz de Fora/MG, o modo de vida das mulheres nestas comunidades revelou a centralidade da participação feminina na execução das tarefas domésticas e nos cuidados cotidianos com a família. Em razão disto, a presente pesquisa buscou investigar as percepções das mulheres moradoras desta região a respeito da possibilidade de compartilhar os trabalhos do cuidado com o Estado. A fundamentação teórica do trabalho foi baseada em estudos feministas com perspectiva interseccional e decolonial uma vez que a responsabilização desigual dos trabalhos do cuidado penaliza as mulheres racializadas moradoras de regiões em situação de pobreza. A penalização individual provoca um circuito de vulnerabilidade social em mulheres quando reduz as chances de elas alcançarem algum tipo de independência financeira, interferindo na qualificação profissional, no tempo para o lazer e nas decisões reprodutivas. O objetivo desta pesquisa foi investigar, a partir da ótica das mulheres moradoras da região Leste de Juiz de Fora/MG, quais seriam as condições para efetivar a transposição da responsabilização individual para um nível mais coletivo, compartilhando as necessidades do cuidado com o Estado. Para compreender em quais termos e sob quais condições as mulheres consentiriam em compartilhar o trabalho do cuidado para além do ambiente doméstico, a metodologia de pesquisa consistiu em duas etapas de coleta de dados. Inicialmente foi aplicado um questionário de interesse e de seleção de perfis na porta das escolas públicas da região. De posse destas informações, 22 interlocutoras estiveram dispostas a participar da entrevista com um roteiro semiestruturado, o grupo foi composto por mulheres, majoritariamente pretas e pardas, com idade entre 18 e 55 anos. Os dados apontaram para a existência de uma construção social nas expectativas das performances femininas restritas ao ambiente doméstico. No depoimento das interlocutoras desta pesquisa, elas indicaram que ficam com a maior parte das responsabilidades do cuidado, e, conseqüentemente para uma sobrecarga de um trabalho não remunerado. A servidão e a falta de políticas públicas colocam estas mulheres em situação vulnerável, enfrentando um dilema diário quando precisam escolher entre trabalho remunerado e cuidar da família. A escuta atenta permitiu que as entrevistadas pudessem criar soluções para o problema da sobrecarga do

trabalho doméstico. Ao contrário de alternativas de caráter coletivizado, emergiu a internalização do modelo privatista ressignificado quando elas sugerem que deveria ser ofertado no modelo de coparticipação ou totalmente custeado pelo Estado. O achado fundamental desta pesquisa mostra que o modelo privatista não se constituiu uma limitação sociológica, mas como o surgimento da reivindicação mais igualitária dos privilégios destinados a uma pequena parte da população. Nesse contexto, as soluções mediadas por equipamentos públicos coletivos não surgem como horizonte desejável ou confiável, quando os modos concretos de vida, a situação de vulnerabilidade e as experiências das mulheres com equipamentos/serviços públicos estão marcados pela desordem e pela precariedade, fatores que devem ser levados em consideração na elaboração de políticas públicas para as mulheres.

Palavras-chaves: cuidado, trabalho, mulheres, desigualdades, políticas públicas.

Between overload, privatization and socialization of care: perceptions of mothers from the periphery of Juiz de Fora/MG about the role of the State

Abstract:

Care work, historically attributed to women in Brazil, constitutes one of the pillars of the reproduction of life and is expressed as a factor of burden in the face of its unequal distribution. In peripheral contexts marked by poverty, violence and state precariousness, such as the East Zone of Juiz de Fora/MG, this overload takes on even more intense contours. This research investigates the perceptions of women mothers responsible for the care of the home and children living in this area about the possibility of sharing care with the State, from an intersectional feminist approach. Based on 22 interviews conducted with mostly black and brown women, between 18 and 55 years old, the results show the female centrality in domestic and care work, as well as its effects on life trajectories, economic autonomy and reproductive decisions. Although the problem of overload is widely recognized, the solutions formulated by the interlocutors do not point to the expansion of collective public facilities, but to the resignification of a privatist model, now claimed in more egalitarian terms, with state participation or funding. It is argued that the distrust of public services, associated with concrete experiences of precariousness, limits the construction of collective alternatives, indicating that public care policies should consider the social and symbolic conditions that shape these perceptions.

Keywords: care, work, women, inequalities, public policies.

Entre la surcharge, la privatisation et la socialisation des soins: perceptions des mères en périphérie de Juiz de Fora/MG sur le rôle de l'État

Résumé:

Le travail de soins, historiquement attribué aux femmes au Brésil, constitue l'un des piliers de la reproduction de la vie et s'exprime comme un facteur de charge face à sa répartition inégale. Dans des contextes périphériques marqués par la pauvreté, la violence et la précarité de l'État, comme la zone Est de Juiz de Fora/MG, cette surcharge prend des contours encore plus intenses. Cette recherche examine les perceptions des mères responsables des soins au foyer et des enfants vivant dans cette zone concernant la possibilité de partager les soins avec l'État, à partir d'une approche féministe intersectionnelle. Sur la base de 22 entretiens menés auprès principalement de femmes noires et brunes, âgées de 18 à 55 ans, les résultats montrent la centralité féminine dans le travail domestique et de soins, ainsi que ses effets sur les trajectoires de vie, l'autonomie économique et les décisions reproductives. Bien que le problème de la surcharge soit largement reconnu, les solutions formulées par les interlocuteurs ne visent pas l'expansion des installations publiques collectives, mais la resignification d'un modèle privatiste, désormais revendiqué en termes plus égalitaires, avec la participation ou le financement de l'État. On soutient que la méfiance envers les services publics, associée à des expériences concrètes de précarité, limite la construction d'alternatives collectives, indiquant que les politiques de soins publics devraient prendre en compte les conditions sociales et symboliques qui façonnent ces perceptions.

Mots-clés: soutien, travail, femmes, inégalités, politiques publiques.

Lista de ilustrações

- Gráfico 1 Cor/raça das entrevistadas
- Gráfico 2 Grau de escolaridade das entrevistadas
- Gráfico 3 Situação ocupacional
- Gráfico 4 Número de filhos por mulheres
- Figura 1 Entrevista na Zona Leste - São Benedito. Fonte: acervo pessoal.
- Figura 2 Região de planejamento Leste
-
- Figura 3 Mapa da região L1.
- Figura 4 Morro do São Benedito. Neste local hoje está uma escola pública.
- Figura 5 Morro do São Benedito, onde atualmente situa-se a Escola Estadual Candido Mota Filho.
- Figura 6 Praça das Lavadeiras. Bairro Arado, atual Vila São Benedito, em novembro de 1974 -
- Figura 7 Escola Municipal (CAIC) da Zona Leste – Linhares (2024)
-
- Figura 8 Escola Estadual da Zona Leste.
- Figura 9 Igreja Católica do Linhares.
- Figura10 Escola Municipal do Linhares
- Figura 11 Unidade Básica de Saúde (UBS) Linhares

Lista de tabelas

Tabela 1 Quadro 1 – Perfil sociodemográfico e ocupacional das interlocutoras

Tabela 2 Quadro 2 – Políticas públicas, redes de apoio e pertencimento territorial

Lista de abreviações

LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NEPE	Núcleo de Estudos e Pesquisa da Infância
FURG	Fundação Universidade Federal do Rio Grande/RS
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
SUS	Sistema único de Saúde
UP	Unidades de Planejamento
SEPLAG-JF	Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF),
UBS	Unidades Básicas de Saúde
SUAS	Unidade pública do Sistema Único de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
PNE	Pessoa com deficiência
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
PSOL/SP	Partido Socialismo e Liberdade do estado de São Paulo.
SNCF	Secretaria Nacional de Cuidado e Famílias
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
PL	Projeto de Lei
CAIC	Centros Integrados de Atenção à Criança

Sumário

Introdução	16
Capítulo 1 – Maternidade, cuidado e trabalhos domésticos	26
1.1. Desigualdades de gênero, classe e raça na divisão sexual do trabalho	35
1.2. As desigualdades como produto das relações humanas na sociedade democrática	42
1.3. A questão das diferenças	48
1.4. Perspectiva interseccional dos estudos feministas	52
Capítulo 2 – O campo e as vozes da pesquisa: mulheres da periferia da Zona Leste de Juiz de Fora/MG.....	57
2.1. Instrumentos metodológicos	61
2.2. Instrumentos de coleta	70
2.3. Contextualização da região da Zona Leste de Juiz de Fora/MG	72
2.3.1. Caracterização Vitorino Braga (L1).....	75
2.3.2. Caracterização do Linhares (L3)	80
2.4. Perfil das interlocutoras.....	85
Capítulo 3 – Experiências e trajetórias: cotidiano, família e desigualdades	101
3.1. Maternidade	104
3.2. Cuidados, responsabilidades e família.....	118
3.3. O cotidiano da casa	134
3.4. Divisão sexual do trabalho: gênero e patriarcado	145
3.5. Da exaustão à imaginação política: mulheres periféricas e propostas para o cuidado.....	156
Capítulo 4 – Cuidado como direito: políticas públicas, mercado e desigualdade social	178
Considerações Finais	195
Referências Bibliográficas.....	203
ANEXO I- Formulário de entrevista	212

Introdução

O cotidiano escolar foi o primeiro território a partir do qual esta pesquisa começou a se desenhar. Atuando como professora dos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas de Juiz de Fora/MG, tornou-se impossível não perceber a recorrência de um padrão: são majoritariamente as mulheres – mães (principalmente), avós, tias – que comparecem às reuniões, respondem às convocações da escola e assumem a mediação cotidiana entre a instituição escolar e a vida das crianças. Esse dado, reiterado dia após dia, revelou-se mais do que uma constatação empírica: ele evidencia a persistência da responsabilização feminina pelo trabalho de cuidado, mesmo em contextos atravessados por vulnerabilidades sociais, insegurança urbana e ausência ou insuficiência de políticas públicas capazes de sustentar a reprodução da vida.

A escola de educação infantil e dos anos iniciais apresenta-se, assim, como um espaço profundamente feminizado, tanto no plano do trabalho profissional quanto na participação das famílias. Professoras, auxiliares, cuidadoras e mães compõem um cenário no qual o cuidar e o educar permanecem fortemente associados ao feminino, reforçando concepções sociais que naturalizam esse vínculo. Essa realidade cotidiana tensiona os avanços alcançados no campo dos estudos feministas e das políticas de igualdade de gênero, pois revela que, para mulheres moradoras das periferias urbanas, a ampliação da cidadania e dos direitos encontra limites concretos no âmbito privado, onde a sobrecarga de responsabilidades e a solidão do cuidado seguem sendo experiências centrais.

É a partir desse descompasso que esta tese se constitui. Mais do que descrever a divisão sexual do trabalho de cuidado, a pesquisa teve como objetivo central ouvir as mulheres moradoras da Zona Leste de Juiz de Fora, Minas Gerais, sobre como elas próprias pensam formas possíveis de compartilhamento do cuidado, especialmente em diálogo com a oferta (real ou desejada) do Estado. Ao tomar as experiências dessas mães como ponto de partida, a investigação buscou compreender como elas elaboram suas percepções sobre

família, maternidade, cuidados e responsabilidades, e como formulam propostas concretas de alternativas coletivas de cuidado, interrogando o papel das políticas públicas, das redes comunitárias e das instituições locais. Assim, esta tese aposta na escuta das mulheres não apenas como estratégia metodológica, mas como gesto político, reconhecendo-as como sujeitos capazes de imaginar, demandar e construir outros arranjos de cuidado que tensionam a fronteira entre o privado e o público e ampliam os sentidos possíveis de cidadania nas periferias urbanas.

A sociedade brasileira está inserida num contexto neoliberal, conservador e familista. Nesta conjuntura, a crise do cuidado se adensa, tornando-se sistêmica devido à agenda política de redução ou minimização do Estado e de políticas sociais. Sinteticamente, o paradigma neoliberal aplicado às dinâmicas urbanas se baseia na ideia de que o mercado e a iniciativa privada devem ser os principais reguladores da cidade e da sociabilidade, o que tem provocado a retração do Estado interferindo na formulação de novas políticas públicas.

Os princípios neoliberais, ao se estenderam para além de um modelo político econômico, representa também um fenômeno de cunho ideológico e cultural, e, apesar de não haver um consenso deste conceito nas Ciências Sociais, nota-se que ele se manifesta de forma complexa e heterogênea interferindo nas políticas públicas, na organização dos espaços públicos e na vida privada.

A exacerbação dos princípios individualistas e meritocráticos acabam por minar valores de coletividades e de solidariedade, condicionando a organização da vida doméstica e as decisões sobre as dinâmicas sociais familiares, colocando a mulher numa posição subalterna em relação ao gênero masculino, o que afeta diretamente as suas decisões e sua autonomia.

O entendimento engessado do papel da mulher atrelado somente aos domínios da casa tem dificultado a criação de políticas públicas que promovam o compartilhamento do cuidado. Como caminho para superação da responsabilização individualizada da mulher pelos cuidados domésticos e de pessoas dependentes, esta pesquisa, alicerçada em estudos feministas

interseccionais e decoloniais, aponta para necessidade de haver uma transposição da responsabilidade individual para um nível mais coletivo como forma de promover oportunidades mais justas e equitativas para a atuação da mulher nos processos democráticos de cidadania.

As desigualdades que estruturam a sociedade contemporânea não se organizam de forma isolada, mas se entrelaçam em múltiplas camadas de opressão e privilégio. A partir de uma leitura interseccional, é possível compreender que o sistema cisheteropatriarcal, capitalista, racial e colonial constrói e perpetua diferenças sociais profundas, que se manifestam tanto no nível simbólico quanto nas estruturas materiais da vida cotidiana. Como aponta Patricia Hill Collins (2019), os sistemas de opressão operam de forma interdependente, criando matrizes de dominação que se expressam nos corpos e nas trajetórias sociais. Essa leitura é também partilhada por autoras como Lélia Gonzalez (1984), Maria Lugones (2008), Françoise Vergè (2020) e Aníbal Quijano (2020) que denunciam os efeitos da colonialidade do poder na produção de subjetividades hierarquizadas, racializadas, generificadas e exploradas, sobretudo nos contextos periféricos e no Sul Global.

A colonialidade de gênero, tal como formulada por Lugones (2008), aponta para como o sistema moderno-colonial não apenas racializou os corpos, mas também instituiu um regime de gênero hierárquico que apagou as formas de organização comunitária e sexualidade anteriores à colonização. Isso produziu a figura da mulher negra como sujeita subalterna, desprovida de feminilidade no ideal burguês e ocidental, e marcada como corpo de trabalho, de resistência e de cuidado compulsório. Nesse sentido, a intersecção entre raça, classe, gênero e colonialidade revela como o projeto moderno se apoiou na produção de diferenças radicais para sustentar uma ordem social desigual e violenta, em que certos corpos são desumanizados e colocados a serviço de outros.

No interior dessa ordem, os trabalhos domésticos e de cuidado foram historicamente atribuídos às mulheres como expressão de um destino naturalizado. A divisão sexual do trabalho, segundo Helena Hirata (2007) e Danièle Kergoat (2007), opera como uma estrutura invisível, mas eficaz, que atribui às mulheres a responsabilidade quase exclusiva pela reprodução da vida,

mesmo quando elas também estão inseridas no mercado de trabalho. Flávia Biroli (2018) reforça essa análise ao destacar que o trabalho de cuidado, ainda que essencial para a manutenção da sociedade, permanece desvalorizado, invisibilizado e feminizado, gerando uma sobrecarga que incide de forma desproporcional sobre as mulheres, especialmente aquelas que ocupam as posições sociais mais vulnerabilizadas.

No Brasil, país de passado escravocrata e colonial, a divisão sexual do trabalho se entrelaça com a divisão racial e de classe, acentuando ainda mais as desigualdades entre as próprias mulheres. As mulheres brancas e de classe média ou alta, que puderam acessar o trabalho remunerado em melhores condições, só o fizeram à custa da contratação de outras mulheres — em geral negras, periféricas e pobres — para a execução dos trabalhos domésticos e dos cuidados (Hirata e Kergoat, 2007). Como mostram diversas pesquisadoras feministas negras, como Lélia Gonzalez (1984 e 2020) e Sueli Carneiro (2003), a ascensão de algumas mulheres foi sustentada sobre o trabalho invisível e mal remunerado de outras, revelando um pacto de branquitude, segundo Cida Bento (2022), e de classe que hierarquiza os próprios sujeitos femininos.

Essa hierarquia de gênero e raça é evidenciada por dados empíricos como os da PNAD Contínua de 2019, que revelam disparidades significativas na forma como o trabalho doméstico e os cuidados são distribuídos entre homens e mulheres, e entre mulheres brancas e negras. As mulheres dedicam, em média, 21,4 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, enquanto os homens dedicam apenas 11 horas. Entre as mulheres pretas ou pardas, a média é de 22 horas, superior às 20,7 horas semanais das mulheres brancas. A sobrecarga é agravada pela ausência de políticas públicas efetivas de apoio, como creches de tempo integral, instituições de cuidado a idosos e centros de acolhimento para pessoas com deficiência.

Essa ausência de suporte estatal tem impactos profundos sobre as possibilidades de inserção das mulheres negras e periféricas no mercado de trabalho. Quando observamos os lares com crianças de até 3 anos, por exemplo, a taxa de ocupação das mulheres negras é de apenas 49,7%, contra 89,2% dos homens. Esse dado revela como a ausência de corresponsabilidade do Estado em relação aos cuidados aprofunda a exclusão social e econômica das mulheres

negras, que são forçadas a abandonar ou precarizar sua inserção laboral para garantir a sobrevivência de suas famílias.

Diante desse cenário, esta pesquisa teve como objetivo escutar mulheres periféricas, em situação de pobreza, com filhos/as em idade escolar, responsáveis pelo cuidado cotidiano e que se encontram desempregadas ou inseridas em trabalhos precários. A partir de questionários e entrevistas, o estudo buscou compreender como essas mulheres percebem o Estado, suas ausências e negligências, e quais propostas de políticas públicas elas formularam a partir de suas experiências. Mais do que sujeitos passivos das políticas sociais, essas mulheres são portadoras de saberes e práticas que revelam alternativas de cuidado, solidariedade e resistência. Ouvi-las é, portanto, um gesto político e epistêmico que visa contribuir para a construção de políticas que respeitem as vidas que historicamente foram relegadas à margem.

A sobrecarga com os trabalhos do cuidado, historicamente atribuídos às mulheres, continua sendo um dos principais entraves à igualdade de gênero nas sociedades contemporâneas. Em regiões periféricas, como a Zona Leste de Juiz de Fora/MG, essa realidade se expressa com ainda mais intensidade. Esta pesquisa realizada com mães de alunos/as do ensino fundamental das escolas públicas da Zona Leste revelou a centralidade das mulheres na execução das tarefas domésticas e nos cuidados cotidianos com a família. Por meio de um questionário digital e entrevistas, foi possível conhecer com mais profundidade os arranjos domésticos e o cotidiano dessas mulheres, que enfrentam múltiplas vulnerabilidades.

O grupo entrevistado foi composto por mulheres entre 18 e 50 anos, majoritariamente pretas e pardas, de baixa escolaridade e com pouco ou nenhum acesso ao trabalho remunerado. Muitas vivem com até um salário-mínimo ou sem renda alguma, dependendo financeiramente de terceiros. Os dados coletados mostraram que 97% das entrevistadas realizavam sozinhas a maior parte das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos e filhas. Essa concentração de responsabilidades nas mãos das mulheres revela não apenas a persistência de uma divisão sexual do trabalho desigual, mas também os

limites concretos que elas enfrentam para acessar outras dimensões da cidadania, como o trabalho, a formação profissional e a participação política.

A partir desses dados, esta pesquisa propôs escutar de forma aprofundada as experiências e percepções das mulheres moradoras da Zona Leste de Juiz de Fora/MG com relação ao trabalho do cuidado. Buscou-se compreender sob quais condições e em que termos elas considerariam desejável ou viável o compartilhamento dessas responsabilidades com o Estado, apontando para possíveis caminhos de construção de políticas públicas que reconheçam e ampliem a corresponsabilidade social com os cuidados.

As questões da entrevista abordaram três dimensões principais: o trabalho doméstico, o cuidado com crianças e o cuidado com outras pessoas dependentes (idosos ou pessoas com deficiência). Para além do diagnóstico da sobrecarga, procurou-se incentivar, nas entrevistadas, o exercício da imaginação sociológica e política, valorizando suas próprias experiências como ponto de partida para pensar alternativas coletivas e institucionais para os desafios do cuidado. Ouvi-las, portanto, foi um gesto metodológico e político, que permitiu compreender tanto os limites quanto as potências que emergem da vivência cotidiana dessas mulheres com o cuidado.

Por fim, reconhecendo que o trabalho do cuidado está profundamente imbricado em relações culturais, afetivas e nas tradições locais, esta pesquisa considerou esses elementos em sua análise. Muitas vezes, as soluções encontradas para suprir as demandas de cuidado envolvem redes informais – familiares, vizinhos, amigas – que, embora essenciais, não eliminam a sobrecarga. Ao contrário, revelam a ausência de políticas públicas robustas e expõem a desigualdade estrutural que sustenta essa lógica. Assim, este estudo aponta para a urgência de políticas redistributivas e reconhecimento institucional do cuidado como questão pública e democrática.

Esta tese está estruturada em 4 capítulos que discutem as relações do cuidado como um problema político de primeira ordem.

O primeiro capítulo propõe uma revisão bibliográfica sobre a experiência feminina da maternidade, ressaltando as suas dimensões sociais, culturais e históricas. Discute as rupturas e continuidades nas gerações de mulheres brasileiras no que diz respeito aos papéis sociais atribuídos ao gênero feminino, quando a maternidade se torna um destino inescapável a muitas mulheres brasileiras. Como a experiência da maternidade está atrelada às vivências do cuidado, o debate se amplia para questão central desta pesquisa, quando os afazeres domésticos estão balizados pelas desigualdades de gênero, de classe e de raça, configurando uma divisão sexual do trabalho bem consolidada na estrutura familiar. No que diz respeito à desigualdade como produto das relações humanas na sociedade democrática, este capítulo também enfatiza que a simplificação das diferenças existentes foi transformada em oposição, alimentando o ciclo de exclusão, de silenciamento e de variadas formas de violência. A negação do outro e a rejeição institucionalizada da diferença é funcional ao sistema capitalista global, que precisa excluir pessoas e empurrá-las para as margens da sociedade. Neste sistema, as mulheres sofrem múltiplas formas de discriminação. Conclui-se que a crítica às desigualdades imputadas ao gênero e a raça não podem ser desvinculadas das relações de classe e de estrutura econômica, as quais organizam as opressões.

O segundo capítulo apresenta uma descrição detalhada da metodologia adotada nesta pesquisa qualitativa, sendo realizada em duas etapas. A primeira etapa foi a aplicação de um questionário estruturado com questões objetivas de múltipla escolha, que tinha o objetivo de selecionar perfis das participantes para a segunda etapa de entrevista em profundidade. O questionário foi aplicado nas escolas, através de compartilhamento de link e de formulário impresso. Após a triagem de perfis e das recusas de algumas respondentes, foi realizada a segunda etapa de pesquisa, na qual ocorreu a realização de entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado, pensado a partir de 2 blocos temáticos: I - maternidade e cuidado; II - dinâmica dos afazeres domésticos e organização familiar. Além da percepção sobre os dois principais blocos, houve a tentativa de estimular e incentivar a imaginação sociológica e política das mulheres moradoras da Zona Leste de Juiz de Fora, trazendo as suas próprias experiências e necessidades, para apontar novos caminhos em relação à

coletivização das tarefas e responsabilidades do cuidado. A contextualização da região, a descrição dos bairros e a caracterização da organização social local são centrais para a compreensão do contexto de vida das mulheres interlocutoras da pesquisa, revelando que a maioria vive em territórios onde o crime organizado controla por meio da violência, além de evidenciar o descaso do poder público com os serviços prestados à população da periferia. Partindo desse contexto, é feita a descrição do perfil das interlocutoras trazendo as informações sintetizadas em gráficos e em um quadro-perfil contendo o pseudônimo, idade, estado civil, quantidade de filhos/as, grau de escolaridade, bairro, religião, renda e a participação em programas de benefícios do governo. A pesquisa contou com a formação de uma equipe de professoras que ajudaram a refinar a seleção das participantes e que mediarão a articulação com as moradoras locais. É importante enfatizar que estes territórios estão fortemente marcados pelo controle de facções criminosas. Neste sentido, apesar de algumas mulheres terem concordado inicialmente em participar da entrevista, havia uma resistência em me receber em suas casas. Foi possível notar que algumas famílias vivenciavam situação de extrema pobreza, deste modo, a desistência em participar das entrevistas pode ter se dado em razão de medos de denúncia ao conselho tutelar e outros órgãos competentes.

No terceiro capítulo narra-se as experiências, as trajetórias das mulheres, seus arranjos familiares, seus cotidianos e as vivências no que diz respeito às desigualdades nas responsabilidades do cuidado. A maternidade constitui-se um eixo temático de análise das falas das interlocutoras visto por a maternidade não só aparece como valorização da subjetividade feminina, mas principalmente como um capital simbólico e afetivo que traz respeito e legitimidade na comunidade. Isto nos leva a pensar diferentes formas de maternar, não sendo apenas interpretada como lugar de opressão, mas de agência, de protagonismo, projeto de vida e de construção de autoridade das identidades femininas.

Cuidado e família constituem-se categorias analíticas deste mesmo capítulo quando este eixo está ligado à reprodução da vida e à divisão desigual dos afazeres domésticos. A diferenciação construída socialmente nas expectativas da atuação das mulheres no espaço privado foi evidenciada no depoimento das interlocutoras quando elas afirmaram que ficam com a maior

parte das responsabilidades dos trabalhos do cuidado. Este dado aponta para sobrecarga de trabalho não remunerado, para a situação de servidão exigida diariamente, principalmente para falta de políticas de compartilhamento de cuidado no modelo de corresponsabilização, que colocam milhares de mulheres em um dilema entre trabalho remunerado ou cuidar da família.

Por fim, o quarto e último capítulo traz um breve histórico das políticas públicas de cuidado no Brasil e das publicações acadêmicas sobre este tema. Mesmo sendo alvo dos estudos feministas há mais de 40 anos, nota-se que somente após a pandemia, tal assunto passou a tramitar na pasta do Ministério de Desenvolvimento Social. Sua emergência se deu devido ao reconhecimento público da importância das ações do cuidado realizado no interior da família para o bem-estar da população. A denúncia da falsa dicotomia existente entre pessoas autônomas e pessoas dependentes vem descortinar a codependência e a vulnerabilidade de todos e de todas, reforçando que todas as pessoas precisam cuidar e serem cuidadas, sendo as políticas de cuidado uma demanda local e global.

As soluções encontradas pelas entrevistadas para resolver a questão da sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado, ainda que perpassada pelo viés privatista, consta-se que houve a ressignificação desse conceito como um direito coletivo. Falo isso, porque se esperava, como hipótese inicial, que as interlocutoras da pesquisa trouxessem alternativas de caráter coletivizado e que as reivindicações estivessem voltadas à responsabilização do Estado, mas emergiu uma percepção marcada pela visão de que os equipamentos coletivos e estatais são desorganizados e descuidados. A internalização de modelos de mercantilização e de privatização do cuidado se apresentaram como formas mais eficazes no imaginário das entrevistadas. Entretanto, a ressignificação do modelo, ao sugerirem que o Estado custeie toda ou parte das ações de cuidado realizado na casa delas, pode não ser vista apenas como limitação hipotética. O que se percebeu foi a reivindicação, para elas, da distribuição mais igualitária/equitativa dos bens e dos privilégios destinados a uma pequena parte da população – classe média e alta – que pode pagar pelos trabalhos domésticos e dos cuidados em seus lares. Nesse sentido, suas formulações projetam uma espécie de universalização, mediada pelo Estado, do modelo privatista de

cuidado: imaginam, em suas próprias casas, a presença de trabalhadoras domésticas, cozinheiras, faxineiras e babás custeadas por recursos públicos, como forma de aliviar a sobrecarga cotidiana. Trata-se de uma imaginação sociológica que não rompe com a lógica da privatização do cuidado, mas a reinscreve como horizonte de justiça, tensionando as desigualdades de classe que historicamente definem quem pode terceirizar o trabalho reprodutivo.

Em outras palavras, ao longo do trabalho de campo, a hipótese inicial de que as entrevistadas formulariam propostas ancoradas na ampliação da corresponsabilidade estatal e comunitária pelo cuidado foi significativamente tensionada. As narrativas das mulheres moradoras da Zona Leste de Juiz de Fora revelaram que as soluções por elas imaginadas para enfrentar a sobrecarga cotidiana do cuidado recaem, majoritariamente, sobre formas de privatização do cuidado no interior do lar, em aproximação com modelos hoje vivenciados por segmentos das classes médias e altas. Assim, quando provocadas a pensar alternativas possíveis a partir da atuação do Estado, muitas entrevistadas mencionaram a contratação de faxineiras, babás ou cuidadoras, idealizadas como serviços a serem financiados ou subsidiados pelo poder público, em relação a soluções que passam pela expansão direta de equipamentos estatais ou de políticas públicas coletivas de cuidado.

Esse deslocamento não se explica por desconhecimento ou ausência de reflexão sobre o papel do Estado, mas, ao contrário, pela experiência concreta e cotidiana dessas mulheres com as instituições estatais. Escolas, creches, serviços de saúde, programas de assistência social, forças de segurança e equipamentos públicos em geral aparecem em seus relatos marcados por precariedade, burocracia, violência simbólica e, em muitos casos, desconfiança. Tal vivência produz um olhar crítico e cético em relação às ofertas estatais de cuidado, frequentemente percebidas como insuficientes, instáveis ou incapazes de responder às urgências da vida cotidiana nas periferias urbanas. Nesse contexto, imaginar soluções mediadas exclusivamente por equipamentos públicos coletivos não surge de imediato como horizonte desejável ou confiável.

Dessa forma, a pesquisa mostra que as propostas formuladas pelas entrevistadas não apontam necessariamente para uma ruptura com a lógica vigente de organização do cuidado, mas para sua reconfiguração via

privatização subsidiada, na qual o Estado tende a aparecer menos como provedor direto e mais como financiador de arranjos privados no espaço doméstico. Esse achado desloca o debate sobre corresponsabilidade do cuidado, ao revelar como desigualdades de classe, experiências de violência institucional e relações assimétricas com o Estado moldam os imaginários políticos sobre o que é possível, desejável e seguro no campo do cuidado. Ao tornar visível essa tensão, a tese contribui para problematizar os limites das formulações normativas sobre políticas de cuidado quando confrontadas com os modos concretos pelos quais mulheres em situação de vulnerabilidade negociam sua sobrevivência cotidiana.

1 MATERNIDADE, CUIDADO E TRABALHOS DOMÉSTICOS

As rupturas e continuidades das dimensões sociais, culturais e históricas das gerações de mulheres brasileiras está condicionada à subalternidade do gênero feminino ao masculino, e, quando se trata de assumir a maternidade, nota-se que isto pode ser um destino inescapável. A vida social para as mulheres está mais aberta aos limites do espaço público, as mudanças culturais ao longo das décadas oportunizaram maior liberdade de decisão sobre seus próprios corpos. Entretanto, as conquistas de direitos podem não ser garantia de melhorias no estatuto social das mulheres, quando é possível adiar, mas não romper com a imersão no mundo privado do lar como um espaço destinado ao gênero feminino e aos ideais de feminilidade.

A experiência da maternidade de mulheres das diversas camadas sociais pode estar carregada de idealização, de ambiguidades e de contradições, mas em se tratando de mulheres moradoras em territórios periféricos, a assunção da maternidade pode conferir agência e protagonismos no ambiente familiar e comunitário. Este protagonismo não as isenta de certos prejuízos para a participação na vida pública e no mercado de trabalho quando mulheres sofrem com a sobrecarga de trabalhos do cuidado. Apesar de haver mudanças sociais nas gerações de mulheres na sociedade brasileira marcadas pelas características da modernidade, ainda não houve uma ruptura com o ideal de feminilidade atrelado aos trabalhos do cuidado, o qual está vinculado exclusivamente ao ambiente doméstico.

A tradição cultural que estimula o trabalho do cuidado para o interior da esfera doméstica, realizado predominantemente pelas mulheres, atua como forças coercitivas recorrentes sobre as quais as mulheres acabam por ter pouco controle. Mesmo mulheres que possuem autonomia financeira, que têm carreiras profissionais e reivindicam paridade de direitos com os homens, acabam por serem absorvidas para o universo doméstico quando optam por serem mães. Frequentemente estas mulheres assumem um novo estatuto social como pessoa, no qual se espera desta mãe a exclusividade pela responsabilidade do cuidado nos parâmetros da disparidade da divisão sexual do trabalho.

Não é incomum uma mulher reivindicar maior participação masculina nos trabalhos do cuidado, mas geralmente acaba delegando parte de suas obrigações dos afazeres domésticos para outra mulher em condição mais

empobrecida. Isto revela que ideais de responsabilidade desigual povoam o imaginário cultural no Brasil, até das mentes femininas mais esclarecidas. Fisher & Tronto (2007) mobilizam uma definição bastante ampla sobre o cuidado quando o definem como

(...) uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável. (Fisher & Tronto, 2007, p. 287).

Embora as relações de cuidado sejam complexas e envolvam interdependência, pois quem cuida também precisa de cuidados, nota-se que há assimetrias nas relações de poder. Em nosso país, as mudanças de valores e as conquistas das lutas feministas não foram suficientes para romper com a ideia rígida de que o trabalho do cuidado é “naturalmente” uma prática do gênero feminino, por envolver afetos, atenção e abnegação.

Nesta questão dos cuidados, percebe-se *grosso modo* que há dois grupos de pessoas envolvidos no processo de cuidar e de ser cuidada: existe a pessoa na posição de cuidadora, frequentemente representada por mulheres, pobres, com trajetórias precarizadas de vida, que pode ser definida como a provedora do cuidado. O grupo denominado beneficiários dos cuidados é constituído por aqueles que têm poder e meios para serem cuidados sem ter a necessidade de cuidar, mas também inclui aqueles que se encontram em situação vulnerável e/ou não têm autonomia para poder cuidar de si mesmo.

Parece haver uma relativa impotência diante da divisão dos papéis sexuais do trabalho do cuidado, pois mesmo diante das opções de conciliação, compartilhamento ou delegação do cuidar, nota-se um entranhamento desta ação delegada ao gênero feminino. Esta constatação é corroborada pelo fato de que em instituições que atuam com os trabalhos do cuidado ou dentre as profissionais autônomas que oferecem estes serviços, a presença feminina é majoritária (Finco, Gobbi e Faria, 2015), sendo a atuação masculina percebida com certo deslocamento do seu ambiente público, o qual seria supostamente uma prerrogativa dos homens.

A complexidade deste fenômeno enquanto constituição subjetiva na identidade de gênero revela a necessidade de se problematizar a coletivização

do trabalho individual do cuidado visto como uma responsabilidade exclusivamente de mulheres.

O modelo de transposição da responsabilidade nas camadas médias tem sido realizado por meio da delegação e da mercantilização do cuidado, porém, em ambas as possibilidades, lida-se com o individualismo e o reconhecimento da existência de autonomia relativa que estas mulheres gozam devido a seus privilégios de classe. Para camadas populares, este modelo se limita pela condição material de existência, sendo a participação do Estado um fator decisivo para autonomia relativa das mulheres marcadas pelas diferenças de classe e raça.

No Brasil o trabalho do cuidado vem se consolidando como um problema político, social e teórico quando o assunto tem se posicionado no centro de discussões sobre desigualdades sociais, estratificação e relações de poder. A perspectiva interseccional, que considera as múltiplas formas de opressão e dominação nos estudos feministas, revela que a maioria das profissionais que atuam no mercado de trabalho formal e informal do cuidado são mulheres marcadas pelas diferenças de raça e de classe em condições subalternas (Araújo, 2018; Brites, 2007; Fraga, 2013).

As ações voltadas à manutenção da vida coletiva se expressam de múltiplas formas e em variados contextos, uma vez que as práticas de cuidado são permeadas por contradições e tensões entre os sujeitos envolvidos nas relações entre cuidar e ser cuidado. O cuidado, enquanto conceito, ao ser pensado criticamente em suas implicações políticas, demanda a superação das leituras tradicionais e normativas que o reduzem à dedicação, docilidade, abdicação, amor, instinto e dever materno — qualidades historicamente atribuídas às mulheres e mobilizadas para naturalizar sua responsabilização pelo trabalho de cuidado.

Num ambiente privado do lar, esta relação não escapa às imbricações de gênero, de raça e de classe, uma vez que é o local primordial onde o trabalho do cuidado garante o bem-estar dos indivíduos que realizam os trabalhos produtivos. É no lar onde se formam as próximas gerações de trabalhadores/as, onde se acolhem idosos/as e as pessoas com dependências. Para que a sociedade se reproduza é preciso que alguém esteja realizando infinitos

afazeres domésticos para que os/as cidadãos/ãs possam ter condições dignas de existência.

Em *Calibã e a bruxa*, Silvia Federici (2017) propõe uma releitura feminista da formação do capitalismo ao demonstrar que a chamada acumulação primitiva não se deu apenas por meio da expropriação de terras e da exploração do trabalho assalariado, mas também pela reorganização violenta do trabalho reprodutivo e dos corpos das mulheres. A autora argumenta que a caça às bruxas, a criminalização das práticas femininas autônomas e a imposição da maternidade compulsória foram processos centrais para subordinar as mulheres à esfera doméstica e naturalizar o trabalho reprodutivo como não pago, condição indispensável para a reprodução da força de trabalho e, portanto, para a sustentação do trabalho produtivo no capitalismo nascente.

Falar sobre a possibilidade de transposição dos trabalhos do cuidado, ou de socializá-lo em ambientes coletivos implica interferir em um complexo processo de negociação e de constituição da identidade social das mulheres, que foram e ainda são socializadas em uma cultura que impõe um discurso, uma linguagem, em representações, em performances e em crenças que atrelam o sexo biológico à naturalização do cuidado.

O trabalho do cuidado dentro do ambiente familiar, exercido predominantemente por mulheres, possui um caráter afetivo e pode ser facilmente vinculado à obrigação moral instituída pelos laços familiares. Deste modo, a maternidade e a responsabilidade individualizada pelo cuidado no ambiente doméstico produzem ônus diferenciados entre os gêneros, principalmente para a vida social e econômica das mulheres.

Na família nuclear ainda pode-se observar que há uma parceria desigual entre os gêneros, atribuindo vantagens ao gênero masculino em prejuízo ao gênero feminino, marcando a vulnerabilidade das mulheres. Conforme afirma Miguel (2017), estas desvantagens revelam que as instituições patriarcais sofreram alterações, mas que a dominação masculina ainda prevalece. Os prejuízos são na saúde mental, física e principalmente nas condições materiais de existência, afetam diretamente a vida econômica, inserindo muitas mulheres em circuitos de vulnerabilidade social e possíveis situações de violência doméstica. A divisão sexual do trabalho doméstico (Hirata e Kergoat, 2007) e as

responsabilidades impostas às mulheres, como realizar os afazeres domésticos, a educação dos filhos, cuidados com parentes idosos sobrecarrega e penaliza as mulheres.

Entretanto, apesar desses fatos se configurarem como um problema para justiça social, a percepção destas mulheres sobre si mesmas e sua situação de exploração podem ser mais complexas e ambíguas. Mesmo estando num lugar subalterno nas relações sociais de gênero, os significados assumidos por estas mulheres na divisão sexual do trabalho doméstico podem não ser entendidos com uma percepção negativa sobre sua agência dentro do lar.

A assunção da maternidade e da conjugalidade pode se configurar uma mudança no estatuto social de mulheres mais jovens, tornando possível um lugar de agência no ambiente doméstico, no controle das relações familiares e na reprodução de valores caros para a socialização das gerações mais novas.

Partindo desse pressuposto, nota-se que a maturidade de uma mulher não está vinculada necessariamente pela maioridade instituída pela legislação brasileira, mas principalmente pela mudança de sua condição de filha para mãe. Neste contexto, o evento da gravidez inaugura um novo período da vida destas jovens mulheres. A assunção de novas responsabilidades do cuidado está basicamente dissociada da emancipação material e financeira, a transição da maturidade não é estabelecida pela idade biológica, mas pelas obrigações morais e pelo reconhecimento de sua responsabilidade como mãe.

No que diz respeito à desigualdade de gênero, a assunção da maternidade posiciona mulheres cada vez mais distantes da atuação em espaços públicos e das possibilidades de ocupar um lugar de poder. Entretanto, contraditoriamente, no espaço privado a legitimação da maturidade confere à mulher o direito de decidir sobre muitos aspectos da organização da família, principalmente no que diz respeito aos assuntos nos quais os homens preferem não se envolver.

Não é raro ouvir frases como "mãe só tem uma" ou "mãe sabe o que faz", como se a decisão materna fosse sagrada e inquestionável. Porém, se a opinião sobre os cuidados vier de alguém do sexo masculino, esta pode carecer de legitimidade, pois na esfera do cuidado é senso comum alegar que homens não

cuidam direito, que não dominam as perícias dos trabalhos do cuidado, que não oferecem muito afeto e nem estão predispostos a se sacrificar pela sua prole.

A visão preestabelecida da existência de uma mãe cuidadora e protetora do espaço da casa colabora para reforçar os estereótipos dos papéis de gênero que a mantém na subalternidade do espaço privado. Contudo pode haver um paradoxo quando se nota que a relação que subalternizou uma jovem foi também a que conferiu parte do seu protagonismo e de sua independência relativa dos pais.

Em outras palavras, embora a maternidade possa conferir às mulheres jovens um reconhecimento simbólico e certa autoridade no espaço doméstico, trata-se de uma forma de agência profundamente ambígua, construída no interior das mesmas estruturas que produzem sua subordinação, sem se traduzir em autonomia econômica, ampliação da participação pública ou acesso a posições de poder.

As relações entre homens e mulheres em pleno século XXI ainda estão permeadas pela disparidade na obtenção de direitos sociais e pela desigualdade na capacidade de impor suas próprias vontades, vozes e decisões em espaços públicos. A violência de gênero e doméstica continua sendo um problema estrutural no Brasil, com milhões de mulheres relatando ter sofrido violência doméstica ou familiar — estimando-se que, em 2025, cerca de 3,7 milhões de mulheres apresentaram esse tipo de violência nos últimos 12 meses, ainda que haja subnotificação significativa desses casos na estatística oficial (Brasil, 2023a).

As mulheres são ensinadas que devem obedecer às ordens dos homens como um direito compulsório masculino. Esta obediência coloca mulheres em situações problemáticas de atrocidades que culminam em violência, em opressão e em impedimentos para que se posicionem igualitariamente no mercado de trabalho. Pesquisas indicam que mulheres fora da força de trabalho têm três vezes mais risco de sofrer violência doméstica do que aquelas empregadas, o que revela a articulação entre dependência econômica e violência de gênero (Brasil, 2023b).

As diversas desvantagens impostas às mulheres quando querem participar ativamente do mercado de trabalho se dão em níveis econômicos, culturais, sociológicos e psicológicos. Em termos de tempo de trabalho não remunerado, mulheres brasileiras dedicam significativamente mais horas a afazeres domésticos e cuidados do que homens: em 2022, mulheres dedicavam em média cerca de 21,3 horas semanais a essas atividades, enquanto os homens dedicavam cerca de 11,7 horas, representando quase 10 horas a mais por semana de trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres (IBGE, 2023).

Apesar de haver algum avanço na conquista pelo espaço e por direitos, nota-se que há uma gama de opressões atuando simultaneamente para que mulheres permaneçam confinadas ao ambiente doméstico ou em cargos de menor prestígio social. A sobrecarga diária de afazeres domésticos vai minando as possibilidades de mulheres alcançarem sucesso profissional, material e oportunidades de exercerem suas criatividade. Estudos mostram que o simples fato de ser mulher leva a um aumento de cerca de 11 horas por semana no trabalho doméstico e de cuidados não remunerados em comparação com homens, evidenciando como a distribuição desigual de trabalho reprodutivo impacta diretamente a participação feminina no mercado de trabalho (IPEA, 2023).

Muitas mulheres ainda são forçadas a optarem por trabalhar ou por serem mães, pois sabe-se que no Brasil ainda há pouca infraestrutura coletiva para compartilhar os diversos trabalhos do cuidado. Ressalta-se ainda uma legislação deficiente no que diz respeito a garantias de permanência num competitivo mercado de trabalho após o final da licença maternidade, quando a trabalhadora terá que conciliar trabalho assalariado com os afazeres domésticos. Pelo menos metade das mulheres brasileiras pode ser demitida nos dois anos seguintes ao retorno da licença-maternidade, o que tem sido interpretado como parte de um “penalty” de maternidade, um impacto negativo da maternidade na empregabilidade e nas trajetórias profissionais das mulheres (FGV, 2018).

Aliado a isso, no que diz respeito aos trabalhos do cuidado, a disparidade entre homens e mulheres no ambiente privado opera como fator impeditivo para que mulheres que são mães ascendam nas carreiras profissionais ou galguem

as mais altas formações acadêmicas. Mulheres que acumulam trabalho remunerado e não remunerado tendem a aceitar empregos em regime parcial com maior frequência do que homens, o que contribui para trajetórias profissionais segmentadas e menor avanço salarial e ocupacional ao longo do tempo (IBGE, 2021).

As diferenças encontradas entre as gerações de mulheres nascidas no espaço urbano brasileiro apontam para mudanças nas relações sociais e no comportamento feminino (Lins de Barros, 2006). Conforme o espaço da cidade incorpora valores da modernidade como a autonomia e a individualidade, afrouxam-se as restrições impostas às mulheres ao espaço doméstico e vão sendo conferidas algumas possibilidades de elaborar mudanças em suas trajetórias de vida. Entretanto, mesmo com algumas transformações sociais, mulheres ainda compartilham experiências e “destinos” comuns de subalternização ao sexo masculino.

Mesmo reconhecendo que houve mudanças geracionais no que se refere ao comportamento feminino, é preciso se atentar para o fato de que “a família moderna se apresenta como instituição, na qual os elementos do individualismo moderno convivem com as características hierárquicas das relações geracionais e de gênero” (Lins de Barros, 2009, p. 49).

Numa situação de submissão, mulheres absorvem grande sobrecarga de trabalho para atender as expectativas imposta ao gênero feminino e sofrem opressão de terem que dar conta de tudo, sentindo-se muitas vezes culpadas. A desigualdade de gênero e a violência associada à dominação masculina têm impactos diretos na saúde física e mental das mulheres, incluindo sintomas de estresse pós-traumático, ansiedade, depressão, baixa autoestima e outros transtornos psicológicos decorrentes de experiências crônicas de abuso, violência e sobrecarga de responsabilidades domésticas e de cuidado. Esses efeitos negativos sobre a saúde têm sido amplamente documentados em pesquisas sobre violência de gênero, que apontam consequências interligadas nos âmbitos físico e psicológico para as vítimas, bem como prejuízos na qualidade de vida e funcionamento social das mulheres (Bif et. al, 2024; Couto, Oliveira e Fernandes, 2024).

Entretanto, já é sabido que fatores como raça e classe operam como acentuadores dessas formas de opressão, pois mulheres que dispõem de recursos econômicos podem aliviar as tensões domésticas por meio da contratação de outras mulheres para a realização dos trabalhos do cuidado, seja como diaristas, seja como empregadas domésticas, compartilhando essas tarefas de forma mercantilizada. Conforme analisam Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho se estrutura a partir de dois princípios fundamentais: o da separação entre trabalhos “de homens” e “de mulheres” e o da hierarquização, que atribui maior valor social e econômico ao trabalho masculino, produzindo desigualdades persistentes que se reproduzem tanto no espaço doméstico quanto no mercado de trabalho. Em oposição a essa realidade, mulheres marcadas pelas diferenças raciais e pela condição de classe, especialmente aquelas em situação de pobreza, não dispõem das mesmas possibilidades de externalizar o trabalho doméstico, permanecendo inseridas em circuitos mais intensos e violentos de opressão, caracterizados pela sobrecarga de trabalho, pela precarização das condições de vida e pelas restritas oportunidades de permanência e ascensão no mercado de trabalho, frequentemente associadas à baixa escolaridade.

Nesse sentido, o reconhecimento do ambiente doméstico como um espaço de interferência política, ou seja, a politização do ambiente doméstico como espaço central das relações de poder que atravessam a vida das mulheres precisa ser alvo de discussão social. Conforme argumenta Silvia Federici (2017), a separação histórica entre produção e reprodução foi um dos pilares da consolidação do capitalismo, ao relegar o trabalho reprodutivo – majoritariamente realizado por mulheres – à invisibilidade, à desvalorização e à não remuneração. Essa lógica articula-se diretamente com a divisão sexual do trabalho, tal como analisada por Helena Hirata e Danièle Kergoat, na medida em que naturaliza a responsabilização feminina pelo cuidado, pela manutenção da vida e pela reprodução cotidiana da força de trabalho. Ao permanecer inscrito no espaço privado, esse trabalho sustenta material e simbolicamente o funcionamento do mercado e das relações democráticas, ao mesmo tempo em que produz desigualdades persistentes, hierarquias de gênero e privilégios masculinos. Elucidar como ocorrem a reprodução e a perpetuação das

disparidades configura-se um dos caminhos possíveis para a eliminação ou mitigação das desigualdades, a fim de desfazer privilégios que têm sua gênese no ambiente privado.

1.1 DESIGUALDADES DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Impulsionado pelo movimento feminista na França nos anos 1970, o termo “divisão sexual do trabalho” foi fundamentado teoricamente e, através de uma tomada de consciência coletiva do movimento de mulheres, foi evidenciada uma opressão feminina. Foi exposto que uma grande massa de trabalho é realizada gratuitamente pelas mulheres, não para elas mesmas, mas para as outras pessoas, em nome do afeto, da maternidade e da “natureza”. Hirata e Kergoat (2007) definem o conceito de divisão sexual do trabalho como

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (Hirata e Kergoat, 2007, p. 589)

O enfraquecimento da visão tradicional que vincula o cuidado à esfera doméstica exclusivamente às mulheres não foi suficiente para ressignificar o papel atribuído ao gênero feminino e aumentar a participação masculina no trabalho doméstico, nem foi capaz de promover criação de outros espaços voltados para compartilhar as tarefas do cuidado com o Estado.

Se, antes da década de 1970, consolidou-se no imaginário social a representação da mulher confinada ao espaço doméstico enquanto o homem figurava como provedor, é fundamental reconhecer que esse modelo corresponde a um ideal burguês, branco e heterossexual de organização familiar, que jamais foi plenamente acessível às mulheres negras, periféricas e das classes populares, historicamente inseridas no mercado de trabalho, sobretudo em ocupações precárias e mal remuneradas. No contexto

contemporâneo, observa-se não apenas a ampliação da participação feminina no trabalho assalariado, mas também a intensificação da dupla jornada, na qual mulheres acumulam o papel de provedoras (chefes de família) — em muitos casos, as únicas responsáveis pela renda familiar — com a realização da maior parte ou da totalidade do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023) indicam que as mulheres já são responsáveis por aproximadamente metade dos domicílios brasileiros, sendo a chefia feminina particularmente expressiva entre famílias monoparentais, nas quais as mulheres assumem sozinhas a provisão material e o cuidado cotidiano dos/as filhos/as. Essa configuração, hoje majoritária no país, evidencia que a sobrecarga feminina não resulta de uma transição incompleta entre modelos familiares, mas da permanência estrutural da divisão sexual do trabalho, que segue atribuindo às mulheres a centralidade do trabalho reprodutivo, mesmo quando estas ocupam posição central na sustentação econômica das famílias.

Segundo Gornick e Meyers (2003):

A ordem anterior foi substituída por um novo padrão desigual de divisão do trabalho, no qual as mulheres combinam trabalho remunerado e trabalho doméstico, enquanto os homens investem seu tempo prioritariamente no trabalho pago. (Gornick; Meyers, 2003 apud Sorj 2013, p. 481)

Estudo realizado por Sorj (2013) revela que as mulheres pobres se ocupam em média 7 vezes mais tempo que os homens em afazeres domésticos. Quando comparado com mulheres ricas, esse tempo de trabalho doméstico diminui para 3 horas de afazeres domésticos em relação aos homens.

Existem indícios que justificam essa diferença entre as mulheres ricas e pobres, pois as mais favorecidas economicamente contam com o apoio do trabalho remunerado das mulheres pobres e com as tecnologias/eletrodomésticos que auxiliam nos afazeres domésticos, reduzindo assim sua jornada de trabalho. No Brasil, esse trabalho é desempenhado majoritariamente por mulheres pobres e negras, evidenciando a articulação entre gênero, raça e classe na organização do cuidado. O trabalho doméstico remunerado é uma ocupação numerosa e profundamente marcada por desigualdades: de cerca de 5,8 milhões de trabalhadores domésticos, aproximadamente 91 % são mulheres, e cerca de 69 % dessas mulheres são

negras (DIEESE, 2025), demonstrando a forte racialização dessa ocupação e sua centralidade na experiência de mulheres pobres e racializadas no mercado de trabalho brasileiro. Configura-se uma dinâmica sobre como a redução da sobrecarga doméstica para mulheres de classes médias e altas ocorre, em grande medida, por meio da transferência desigual do trabalho reprodutivo para mulheres racializadas e em situação de vulnerabilidade social, reproduzindo hierarquias históricas e aprofundando as desigualdades estruturais que marcam o mercado de trabalho e a divisão sexual do cuidado no Brasil.

Dados da PNAD 2019 revelam que as mulheres continuam dedicando mais tempo aos cuidados de pessoas e aos afazeres domésticos com relação aos homens: 21,4 horas contra 11 horas semanais. Quando a comparação é feita com relação às mulheres pretas ou pardas, há diferença de 22,0 horas semanais em 2019, ante 20,7 horas para mulheres brancas. No que diz respeito à ocupação de mulheres (trabalhando, procurando trabalho ou disponível para o trabalho) em lares com crianças menores de 3 anos, as mulheres negras apresentaram os menores níveis de ocupação: 49,7% em 2019 diante de 89,2% para os homens.

Os baixos níveis de ocupação de mulheres que possuem crianças no domicílio têm a ver com a inexistência ou precariedade de vagas em equipamentos públicos que compartilham o cuidado de pessoas dependentes (crianças, idosos e pessoa com deficiência) com o Estado, como as instituições de educação infantil de tempo integral, Instituições de Longa Permanência para idosos e centros de apoio à pessoa com deficiência.

Um estudo desenvolvido por Fernandes (2021) analisou as dinâmicas entre as casas que “tomam conta” e as creches públicas numa comunidade pobre da zona norte do Rio de Janeiro, descortinando a escassez de vagas em instituições do Estado e o impacto que causa na vida de mulheres. Fernandes (2021) afirma que

O acesso às creches é um problema estrutural da gestão pública e provoca efeitos de desigualdade durável com relação ao acesso ao mercado de trabalho e às oportunidades de profissionalização, com fortes impactos nas trajetórias de mulheres, pessoas negras e pobres. Por esse motivo, trata-se de uma política pública interpelada por múltiplos marcadores sociais de gênero, classe, raça, sexualidade, território e idade. (Fernandes, 2021, p.4)

Diante dessa realidade é visível a fragilidade das mulheres pobres com filhos/as pequenos/as residentes nas periferias das cidades brasileiras no que diz respeito a dedicar tempo para galgar maior grau de escolaridade e concorrer a empregos que exigem jornadas de 8h diárias de trabalho pago.

Estes condicionamentos sociais atrelados à falta de equipamentos públicos de apoio ao cuidado/educação de crianças interferem diretamente no tempo em que as mulheres poderiam estar se dedicando aos estudos, à carreira, ao emprego, ao lazer e à participação política, colocando-as numa posição de exclusão social – um problema central da nossa democracia (Biroli, 2018).

Em muitos casos, as mulheres não fizeram voluntariamente a escolha de ser cuidadora principal num arranjo familiar, tendo suas alternativas restritas por diversos fatores que limitam o direito de escolha pessoal. A falta de infraestrutura que socializa o cuidado tende a impactar diretamente na quantidade de serviço doméstico diário, reforçando a divisão sexual do trabalho, dificultando que mulheres se mantenham em uma posição no mercado de trabalho de melhor qualidade.

Um estudo desenvolvido por Nogueira e Passos (2020) afirma que os processos sociais racializados destinam às mulheres negras funções e atribuições que são vinculadas à servidão. Esses processos estruturam em grande parte as esferas reprodutivas e produtivas, determinando assim a situação desigual entre indivíduos e subalternizando as mulheres em todo processo histórico. No que diz respeito às condições de trabalho constata-se que

Quando pensamos hoje no trabalho doméstico e de cuidado assalariado, vemos que há uma dimensão significativa da luta da mulher negra e pobre. E quando falamos de mulheres, prioritariamente as negras e desprovidas, constatamos que estas se encontram em situação de maior precarização e proteção social, como podemos constatar, por exemplo, nesta inesperada crise da saúde (e consequentemente da economia e política mundial), por conta da epidemia do Covid-19 (Sars-CoV-2). (Nogueira e Passos, 2020, p. 8)

A posição vulnerável e frágil no mercado de trabalho tem relação direta com o desenvolvimento da independência econômica das mulheres e autonomia nas suas escolhas de vida. O contexto da pandemia veio revelar de modo mais explícito a sobrecarga e empobrecimento das mulheres moradoras da periferia, pois a necessidade de distanciamento social como medida de contenção de

disseminação do vírus encerrou temporariamente as atividades escolares presenciais em todos os níveis, deixando as crianças confinadas ao ambiente doméstico sob os cuidados das mulheres que não tiveram opção de compartilhar os cuidados com o Estado.

Segundo dados do IBGE (2021), os efeitos danosos da pandemia de COVID-19 no mercado de trabalho afetaram os grupos populacionais mais vulneráveis e com menor escolaridade. Os contingentes de mulheres e de pretos ou pardos sofreram as maiores reduções nas ocupações, considerando todos os níveis de instrução. No que diz respeito à educação, a suspensão nacional das aulas da educação básica afetou 92,2% dos estudantes da faixa etária de 6 a 17 anos, que não contavam com aulas presenciais.

Notoriamente, as mulheres continuam na posição de cuidadoras das pessoas dependentes, mesmo quando o trabalho é pago, necessitando conciliar a extensa jornada de trabalho remunerado com o cuidado que precisa dispensar no seu ambiente familiar.

Ao realizar o trabalho produtivo na sociedade capitalista, as mulheres precisam conciliá-lo com os afazeres domésticos, delegando a outrem as tarefas que ocupariam muito tempo para realizá-las, na tentativa de minimizar a dupla jornada de trabalho e pode dedicar-se ao trabalho remunerado. Na Europa, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), o modelo de delegação do trabalho doméstico revela uma forma de hierarquização das diferenças nas relações sociais entre as mulheres quando

o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária, sejam francesas ou imigrantes. (Hirata e Kergoat, 2007, p. 601)

Historicamente o papel de muitas mulheres nos núcleos familiares esteve restrito à atuação na vida privada, marcando a divisão do trabalho entre homens e mulheres. O exercício da maternidade limitou por muito tempo a participação das mulheres em outras esferas da vida, enquanto os homens ficaram isentos dos trabalhos que envolviam os cuidados com as crianças.

Com a crescente participação das mulheres no trabalho produtivo, a permanência da dedicação desigual no trabalho reprodutivo entre homens e mulheres vem acarretando dificuldades para que as mães exerçam o trabalho remunerado e a participação política. Deste modo,

dada a forma como é definida a responsabilidade pela criação das crianças, a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva, das mulheres. As tensões entre maternidade e trabalho remunerado, ou entre maternidade e atuação política, não são vivenciadas da mesma maneira pelos homens que são pais, justamente porque deles se espera menos ou muito pouco no cotidiano da criação dos filhos, ainda que a divisão convencional implique a atribuição a eles do papel de provedor. (Biroli, 2018, p. 11)

Sendo considerada uma grande conquista legal, a licença maternidade como política de proteção à mulher continua legitimando o papel unilateral na condição de única cuidadora, pois os dias de licença concedidos aos homens em relação a sua paternidade são extremamente reduzidos, como se os homens fossem naturalmente isentos de fazer parte do cuidado e proteção da criança.

Se a maternidade e a falta da licença maternidade remunerada forem analisadas pela ótica de vulnerabilidade social, são fatores que contribuem para a pobreza da trabalhadora informal quando esta licença não é concedida a parte deste público feminino.

Se forem adicionadas a esta parcela não privilegiada com este benefício as jovens (16- 24 anos) que ainda não ingressaram no mercado de trabalho, grupo etário que apresenta elevada taxa de fecundidade, percebe-se que tal política ainda não atende todo público feminino, sendo relegado o direito da cidadã somente a quem contribui formalmente. Esta realidade é preocupante, sobretudo quando se considera que mulheres são a maioria em ocupações informais. Constata-se que só pode usufruir dos direitos da cidadania quem pode contribuir, corroborando com os estudos de Santos (2001) quando analisa os efeitos da sociedade capitalista globalizada na vida dos indivíduos em situação econômica desfavorável.

As conquistas históricas da militância feminista foram fundamentais para ampliar direitos, visibilidade e reconhecimento social das mulheres, especialmente no que diz respeito à inserção no espaço público, ao mercado de trabalho e à formulação de políticas de igualdade de gênero. No entanto, para aquelas que vivem em contextos periféricos, marcados pela precariedade

material, pela sobrecarga do trabalho reprodutivo e pela fragilidade das políticas públicas, muitos desses avanços permanecem limitados ou de difícil acesso. A persistência de uma abordagem que separa rigidamente esfera pública e esfera privada contribui para invisibilizar as relações hierárquicas que estruturam o cotidiano doméstico, atravessadas por gênero, raça e classe, que seguem operando como obstáculo à efetivação dos direitos conquistados.

Na instituição familiar com configuração nuclear a dominação masculina prevalece, tornando as desvantagens entre gênero evidentes. Sendo assim, a posição da mulher pobre em uma relação conjugal heterossexual permanece subalterna na estrutura familiar, isto nos faz questionar os limites da nossa democracia e expõe a baixa efetividade dos direitos ditos como universais a todos os cidadãos e cidadãs.

Quando se discute a transição das mulheres do ambiente doméstico para a participação na vida pública, nota-se que mesmo com toda luta política, ainda ocorre a persistência de padrões desiguais entre gêneros, sendo necessário que se efetive caminhos para a superação dos privilégios atribuídos ao gênero masculino.

As relações de poder nos espaços domésticos destoam de valores de referência igualitários e do que foi conquistado legalmente quando se trata da atuação feminina nos espaços públicos. Sobre o patriarcado nas relações do ambiente privado, entende-se que

O advento do mundo moderno pode ser caracterizado e compreendido de diferentes maneiras. É certo que não correspondeu à superação do patriarcado, aqui brevemente definido como um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas. É ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas. (Biroli, 2018, p.10)

As transformações recentes da sociedade brasileira e seus limites mostram que, a respeito das necessidades das mulheres e as políticas públicas voltadas para elas, é preciso considerar também diferentes fatores como as desigualdades de classe, raça, etnia, idade e sexualidade, numa perspectiva interseccional e de consubstancialidade que preconiza a não hierarquização dos

sistemas de opressão. Kergoat (2010) defende que as diversas formas de opressões sejam pensadas conjuntamente de modo a não contribuir para a sua reprodução.

Os estudos feministas (Mariano e Carloto, 2009; Biroli, 2018; Collins, 2019) apontam que as mulheres negras e com famílias monoparentais estão em condições mais vulneráveis se forem comparadas com mulheres e homens de outras raças e classes sociais. Há uma emergente demanda por ações políticas no que se refere à superação das desigualdades sociais e conquista da cidadania por mulheres moradoras de territórios periféricos.

1.2 As desigualdades como produto das relações humanas na sociedade democrática

À luz das teorias decoloniais, torna-se necessário problematizar a ideia de que os critérios de diferenciação social baseados em marcadores como raça, gênero ou classe seriam universais ou anteriores à modernidade ocidental. Conforme argumenta Aníbal Quijano (2020), é no contexto da expansão colonial europeia que se consolida a colonialidade do poder, instituindo a raça como princípio organizador das hierarquias sociais modernas e articulando a classificação da população mundial à exploração do trabalho. Nesse mesmo movimento, como aponta María Lugones (2020), o gênero é reorganizado a partir da lógica colonial, produzindo um sistema moderno/colonial que racializa corpos, naturaliza desigualdades e estabelece posições sociais diferenciadas. Essas categorias, longe de expressarem diferenças “naturais”, operam como dispositivos históricos de hierarquização que estruturam as desigualdades sociais contemporâneas e oferecem a base simbólica e material sobre a qual se sustenta a promessa liberal de igualdade formal, preparando o terreno para a naturalização das assimetrias que atravessam as relações de classe, raça e gênero nas sociedades capitalistas modernas.

Para o sistema capitalista não há problemas na existência da desigualdade, na competição pelos privilégios, na exploração de pessoas, na concorrência ou na rivalidade, pois é mister haver alguém que esteja sendo

explorado ou oprimido para que o sistema funcione e se retroalimente. Este modelo econômico inaugurou princípios como o individualismo, incorporou o liberalismo e consolidou o modelo democrático, o qual deixou os sujeitos livres para cuidarem dos seus próprios interesses particulares e participarem pontualmente da vida pública.

O liberalismo, e a suposta igualdade de oportunidades conforme o mérito individual, considera as capacidades em potencial e não a real, além de ignorar as estruturas racistas, sexistas e segregadoras das sociedades. As variadas formas de opressão encontram-se entre as classes antagônicas, mas é possível perceber entre as classes oprimidas uma hierarquização dos modos de opressão, colocando grupos específicos de pessoas, etnias ou regiões do globo numa relação subalterna e desfavorável em relação às outras. Segundo Marx e Engels (1982), as sociedades se baseiam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas, “mas para oprimir uma classe é preciso garantir-lhe condições tais que permitam pelo menos uma existência servil” (Marx e Engels, 1982, p. 50). Entretanto é preciso ir além da perspectiva fundamentada no materialismo histórico centrada no mundo do trabalho assalariado e nas condições materiais de existência.

A modernidade é caracterizada pelo advento da economia capitalista, o estabelecimento de Estados-Nações, o crescimento urbano acelerado e muitas vezes desordenado, juntamente com a organização e controle regular das relações sociais e políticas que foram impessoalizadas e burocratizadas (Giddens, 2002, p. 21). Estas mudanças sociais delimitam uma forma de vida especificamente europeia, que também carregam consigo a imposição da colonialidade. Sendo produto das relações entre Europa e os outros continentes, a subalternidade do outro não-branco dito “não civilizado” inaugura o mundo moderno e organiza o sistema societal, no qual um só existe em relação ao outro, transformando o Norte Global em padrão hegemônico.

A modernidade não existe sem a experiência da colonialidade a qual se reproduz atualmente numa múltipla dimensão do poder, do saber, do ser e do gênero (Lugones, 2020). O termo colonialidade pode ser compreendido como um conjunto complexo de situações de opressões definidas a partir de fronteiras de gênero, etnias ou raças, mas principalmente na dominação do conhecimento

como forma de subalternização dos povos que foram colônias de países do Norte Global num tempo histórico passado.

O pós-colonialismo, entendido como um tempo histórico posterior aos processos de descolonização dos países do Sul Global a partir do final do século XIX e início do século XX, incorpora um conjunto de contribuições teóricas que buscam romper com a imposição de identidades binárias (colonizador x colonizado), se comprometendo com a superação das relações de colonialismo.

A perspectiva decolonial expõe a necessidade de se criar epistemologias que não partam da fala do colonizador, rompendo com a pretensão de fazer do colonizado alguém igual ao seu colonizador. Esse movimento questiona as narrativas ocidentais modernas, buscando evidenciar o subalterno como parte constitutiva dessa experiência histórica, estabelecendo uma crítica ao eurocentrismo epistemológico.

Uma análise decolonial das relações existentes nas desigualdades sociais contribui com este estudo quando constata que o capitalismo abrange um complexo heterogêneo sistema de dominação. O padrão de poder e dominação capitalista, mundial, eurocentrado e moderno consolida elementos constitutivos de uma colonialidade quando

Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular desse padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivos, da existência cotidiana e em escala social. (Quijano, 2020, p. 325)

Os discursos machistas e diversas políticas sexistas impostas às mulheres revelam que esses preconceitos ocultam interesses de uma categoria privilegiada, a qual sistematicamente garante a existência servil de mulheres para se sustentarem no poder. Segundo Quijano (2020), a naturalização de categorias sociais são explicitamente produtos históricos e revelam os mecanismos subjetivos das relações de reprodução do poder, mesmo que tenham ou não alguma referência real. Neste sentido,

[...] a produção social da categoria "gênero", a partir do sexo, é, sem dúvida, a mais antiga da história social, a produção da categoria "raça", a partir do fenótipo, é relativamente recente, e sua plena incorporação na classificação das pessoas nas relações de poder tem apenas quinhentos anos: começa com a

América e a globalização do padrão de poder capitalista.
(Quijano, 2020, p. 359)

A hierarquização das diversas formas de opressão entre as mulheres se dá entre camadas sociais diferentes e dentro de uma mesma classe social. Na luta intraclasses deve-se enfatizar que o fator raça também compõe o quadro das opressões impostas ao gênero feminino, colocando mulheres não brancas em situação de maior vulnerabilidade e submissão.

Percebe-se a necessidade de uma análise interseccional nas relações de opressão, pois as diferenças entre os gêneros foram construídas e perpetuadas socialmente, gerando um grupo de mulheres em condições vulneráveis pela estrutura social imposta, a qual abrange a cultura, a economia e a psique dos grupos oprimidos.

As mudanças de padrões de comportamento feminino não podem se dar apenas no nível cultural, o qual envolve os hábitos e as atitudes frente o mundo; elas precisam romper com o sistema econômico, que agrupa uma grande massa oprimida de mulheres, e com o atual modelo de democracia representativa. A desconstrução deste modelo econômico e político é necessária para não ocorrer uma inversão de polos, visto que, logo que um grupo sai da posição de oprimido, outro provavelmente assumirá o seu lugar.

Nota-se que existe um problema para justiça social e consequentemente para a democracia quando este modelo econômico aceita transformar uma categoria de cidadãos/as em servos/as, inviabilizando sua participação na vida pública, criando impeditivos para permanecer no mercado de trabalho, e consequentemente, gerando a dependência financeira das mulheres a outras pessoas, principalmente dos homens.

A democracia entendida como “um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (Schumpeter, 1961, p. 321), nos deixa claro que a população não governa, mas possui a oportunidade de aceitar ou rejeitar as pessoas que se candidataram para governar. O nosso modelo de democracia representativa latino-americano, ao delegar o governo a uma figura do político profissional, libera os/as cidadãos/ãs das discussões políticas para

que cuidem de suas vidas particulares gerando uma indiferença política. Desta forma, a representação não pode ser confundida com a participação do povo.

Ao compreender que esse sistema funciona a partir do voto popular, constata-se que as demandas sociais, principalmente no que se refere às desigualdades sociais, acabam por não produzirem agendas políticas que poderiam melhorar a vida de quem está em desvantagem ou excluído, pois o que prevalece são propostas que angariam mais votos.

Entretanto não é possível deixar a história a seu próprio curso, nem acreditar que uma tendência se transforme em destino. Os movimentos de massa emergentes de uma população considerada com estatuto minoritário possuem um caminho de superação quando podem formar suas lideranças políticas, as quais desenvolverão propostas com abrangência para a justiça social. Neste caso, a possibilidade de formação de uma liderança feminina em comunidades periféricas contribuiria para a busca de soluções coletivas para o problema do cuidado.

Todavia, não é possível ignorar a existência de um paradoxo quando a atuação feminina na vida pública depende do interesse e do tempo que a cidadã disponibilizaria para as rotinas da vida política, como reuniões sindicais ou organização de ações coletivas, quando justamente os trabalhos do cuidado consomem boa parte do tempo das mulheres das camadas populares. Esta realidade demonstra que para o gênero masculino, a participação na vida pública é facilitada quando culturalmente os homens não se responsabilizam individualmente com os afazeres domésticos e com os cuidados das pessoas dependentes.

Constatando que o cuidado é um problema político de primeira ordem – já que todos e todas somos dependentes de cuidados e por meio deles tecemos nossas relações de interdependência –, a sobrecarga e as responsabilidades dos cuidados que historicamente recaem sobre as mulheres interferem na participação política delas e na sua autonomia, uma vez que se percebe que há pouca representatividade das demandas femininas em agendas políticas. Consequentemente, a participação democrática apenas na hora do voto é uma maneira de perpetuar que os interesses sociais de um gênero prevaleçam sobre

o outro. Sendo assim, a maioria das mulheres não se veem contempladas em seus interesses políticos e individuais. É preciso haver mudanças na estrutura da política democrática brasileira, pois os políticos profissionais, conforme exposto acima, se ocupam pouco das demandas sociais, têm baixo ou nenhum compromisso com os cuidados como um problema político, trabalhando frequentemente em curto prazo para permanecerem no poder.

Falar de lutas feministas sem questionar o sistema econômico e o modo como são feitas as políticas no Brasil, é tratar com ingenuidade as relações políticas que não são neutras, mas que consolidam as práticas sociais sexistas no nível da cultura e da economia, interferindo na percepção coletiva sobre o papel da mulher.

1.3 A QUESTÃO DAS DIFERENÇAS

Com base no pensamento de Audre Lorde, como vemos em sua obra clássica *A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação* (2019a) e em *A Sister Outsider* (2019b), a forma como a sociedade ocidental lida com as diferenças humanas é profundamente marcada por uma lógica de dominação. A diferença não é o problema em si, mas a maneira como ela é tratada: a sociedade ocidental moderna foi construída com base no medo da diferença. Esse medo se manifesta, segundo ela, em três reações predominantes: (1) Ignorar a diferença, fingir que não existe — como nas falas do tipo “não vejo cor, somos todos iguais”; (2) Imitar a diferença, se ela for associada ao poder (como vemos, por exemplo, em apropriações culturais superficiais de elementos negros ou indígenas por parte de grupos dominantes); (3) Destruir a diferença, se ela for percebida como ameaça ou inferioridade — algo presente nas formas de violência, marginalização e exclusão sistemática de certos grupos sociais.

Essa crítica está relacionada ao legado da tradição europeia ocidental, que organizou o mundo por meio de oposições binárias simplificadoras — dominante/subordinado, bom/mau, certo/errado — com o objetivo de manter uma ordem social hierárquica. Essas oposições não apenas separam, mas classificam e hierarquizam os sujeitos, reforçando desigualdades estruturais.

Nesse modelo, grupos sociais inteiros são desumanizados: mulheres, negros, indígenas, povos do Sul Global, pessoas LGBTQIA+, idosos e pessoas empobrecidas. A simplificação da diferença em termos de oposição alimenta o ciclo de exclusão, silenciamento e violência simbólica e material.

Para Audre Lorde, essa rejeição institucionalizada da diferença não é acidental, mas funcional ao sistema capitalista global, que se baseia no lucro e, portanto, precisa constantemente produzir excedentes humanos — pessoas descartáveis, exploradas, empurradas às margens da sociedade. A diferença, nesse contexto, torna-se uma ameaça à ordem dominante, e por isso precisa ser controlada, apagada ou explorada. Contra essa lógica, Lorde propõe enxergar a diferença como fonte de potência, criatividade e transformação, sendo fundamental aprender a valorá-la como parte de um processo coletivo de construção de justiça social e liberdade.

A negação do outro a partir de atributos físicos ou de categorias identitárias revelam a existência do medo e do ódio às diferenças, explicitando que a nossa sociedade ainda não sabe lidar com a diferença quando coisificam pessoas ou criam estereótipos como fetiche do seu opressor. Mulheres fazem parte de um grupo social que há décadas vem lutando por acesso a direitos sociais que ainda são negados por estarmos alicerçados em uma cultura, economia e educação baseadas na cisheteronormatividade patriarcal, racial e colonial, o que produz modos de controle e submissão de determinadas categorias. Os opressores, por sua vez, fogem das responsabilidades quando a norma comum é que a sociedade seja governada por homem branco, jovem, heterossexual, magro, cristão e financeiramente estável. Entretanto, Lorde (1984) nos alerta para o fato de que dentro da categoria feminina é possível que mulheres estejam se esquecendo das distorções que podem ocorrer na percepção das diferenças. Criticando o seu contexto norte-americano, Audre Lorde afirma que

De modo geral, dentro do movimento das mulheres hoje, as mulheres brancas se concentram em sua opressão como mulheres e ignoram diferenças de raça, preferência sexual, classe e idade. (...) Existe a falsa aparência de uma homogeneidade de experiência sob a capa da palavra irmandade que de fato não existe. (Lorde, 1984, p. 241)

As mulheres brancas, jovens, magras, heterossexuais e financeiramente estáveis podem generalizar suas experiências de opressão como norma para reivindicar e propor novas políticas públicas, desconsiderando a pluralidade da existência feminina em suas diversidades de classe, de idade e de raças. No que diz respeito aos privilégios de cor, é possível perceber que mulheres brancas oprimem mulheres pardas e pretas quando estas últimas são consideradas inferiores, sendo enquadradas a lugares menos prestigiados na sociedade. Em um estudo anterior sobre o direito à autorrepresentação de mulheres negras, afirmei que

Servindo de cabedal há mais de cinco séculos, mulheres negras são fonte de enriquecimento de pessoas brancas de ambos os sexos quando possuem seu trabalho apropriado diariamente por baixos salários ou até mesmo gratuitamente dentro do seu ambiente familiar. Sendo exploradas diariamente, mulheres negras ficam restritas ao trabalho reprodutivo, tendo uma sobrecarga de trabalho desvalorizado, contudo essencial à manutenção da ordem econômica. (Domingos, 2024, p.12)

Lorde ressalta que dentro da categoria de mulheres negras, ainda há uma recusa em admitir a existência de hostilidades contra as mulheres negras homossexuais. Seria impossível atingir uma homogeneidade em grupos identitários, mas as diferenças existentes não podem mais ser tratada como superioridade ou como inferioridade. Essa posição dicotômica acaba por justificar o estabelecimento de hierarquias, dando anuência para opressão, exploração ou violência.

Lélia Gonzalez na década de 1980 trouxe ao debate acadêmico demandas fundamentais para a luta do feminismo negro, elucidando as condições de exploração de mulheres negras que foram (e ainda são) justificadas pela sua condição biológica e racial. Gonzalez (2020) afirma que

É importante insistir que, no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque esse sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo: dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte,

na sua grande maioria, do proletariado afro-latino-americano.
(Gonzalez, 2020, p. 49)

A transformação das diferenças em desigualdades reflete as condições econômicas a que a população negra tem sido submetida ao longo dos séculos no Brasil. Conforme dados divulgados pela PNAD Contínua 2019, dentre as características da população considerada mais pobre, o recorte racial apresenta diferenças expressivas, pois as taxas de extrema pobreza entre pretos e pardos eram mais que o dobro das observadas entre os brancos: 7,4% entre pretos e pardos eram extremamente pobres (contra 3,5% entre brancos) e 31,0% eram pobres (contra 15,1% entre os brancos). Quando o fator sexo está combinado com cor ou raça, as mulheres pretas e pardas apresentaram maiores incidências de pobreza (31,9%) e extrema pobreza (7,5%).

O passado brasileiro de colonização e de escravidão consolidou a normatização dos padrões estéticos baseada na branquitude em detrimento e/ou da fetichização dos corpos negros femininos. Contudo, a persistência do empobrecimento de mulheres negras não se restringe somente a esse contexto histórico, quando a estrutura de mobilidade, os processos de estratificação social continuam distribuindo de forma desigual as oportunidades de trabalho, as recompensas simbólicas de status na sociedade brasileira.

Em termos simples, os capitalistas brancos beneficiam-se diretamente da (super) exploração dos negros, ao passo que os outros brancos obtêm benefícios mais indiretos. A maioria dos brancos aproveita-se do racismo e da opressão racial, porque lhe dá uma vantagem competitiva, vis-à-vis a população negra, no preenchimento das posições da estrutura de classes que comportam as recompensas materiais e simbólicas mais desejadas, formulado mais amplamente, os brancos aproveitaram-se e continuam a se aproveitar de melhores possibilidades de mobilidade social e de acesso diferencial a posições mais elevadas nas várias dimensões da estratificação social. (Hasenbalg, 2005, p. 122)

A sociedade marcada pelo liberalismo e pela meritocracia se esforça por não admitir que as diferenças foram transformadas em desigualdades, mascarando a existência de uma estrutura de estratificação social a partir de diversos marcadores como gênero, raça e classe, sendo assim transferidos para o indivíduo a responsabilidade pelo seu empobrecimento, pela falta de acesso a estudos e pela pouca qualidade de vida. É preciso reconhecer que negros e

negras carregam uma herança de discriminação e exclusão, conforme Cida Bento:

De fato, o conceito comum de meritocracia é o de um conjunto de habilidades intrínsecas a uma pessoa que despende esforço individual e não estabelece nenhuma relação dessas “habilidades” com a história social do grupo a que ela pertence e com o contexto no qual está inserida. Ou seja, a meritocracia defende que cada pessoa é a única responsável por seu lugar na sociedade, seu desempenho escolar e profissional etc. Parte de uma ideia falsa para chegar a uma conclusão igualmente falsa. (Bento, 2022, p. 21)

As desigualdades não estão restritas aos aspectos econômicos, pois o circuito de precarização vai para além de dimensões monetárias (Arretche, 2018), quando o acesso a serviços necessários como educação, saúde, proteção do emprego, aposentadoria, moradia, consumo e lazer inserem os sujeitos em circuitos de vulnerabilidade pessoal. As formas injustas de distribuição de oportunidades estão ligadas ao racismo estrutural da sociedade brasileira, ao destinar aos brancos os espaços de poder como um privilégio naturalmente herdado. Essa posição social de privilégio, que é resultado de um pacto narcísico de branquitude (Cida Bento, 2022), vem marcada pela desumanização de corpos negros, pois mesmo que uma pessoa branca não se considere racista ou violenta, acaba por se beneficiar de uma prática criada para perpetuar as desigualdades, numa estrutura não verbalizada que mantém as relações sociais.

A socióloga Patrícia Hill Collins afirma que mulheres negras têm permanecido como “outsiders” quando

O status de ser o “outro” em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, homens brancos poderosos definem-se como sujeitos, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição a esse eixo branco masculino. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (Collins, 2016, p. 105).

As desigualdades analisadas pelo viés de classe, raça e gênero oportuniza a não hierarquização dos modos de opressão, isto contribui grandemente para elucidar as diferentes formas de discriminação que mulheres vêm sofrendo na atual sociedade. Esta perspectiva analítica inscrita como

interseccionalidade nos impulsiona a pensar a dominação de uma forma holística, incluindo religião, territórios, culturas, sexualidade, hábitos e as formas simbólicas de dominação.

1.4 PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DOS ESTUDOS FEMINISTAS

A perspectiva interseccional aprofunda análises que integram de forma indissociável categorias como gênero, raça e classe. O termo interseccionalidade apareceu pela primeira vez em 1989 num texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw, cujo objetivo era designar a interdependência das relações de poder de raça, gênero e classe. Sua origem é resultado da crítica coletiva do *Black Feminism* ao feminismo branco de classe média heteronormativo. Sendo assim, Crenshaw (1989) foca prioritariamente as intersecções entre raça e gênero, abordando perifericamente a classe, o que se apresenta como inovador ao romper com a perspectiva de homogeneidade nas diversas experiências da categoria feminina, levando em conta as múltiplas identidades. Como uma teoria transdisciplinar, o objetivo da interseccionalidade é capturar a complexidade das identidades femininas integrada às desigualdades existentes entre classes.

No final do ano 1970 na França, Danièle Kergoat propôs articular as relações sociais de sexo e classe. Em estudos mais recente, Kergoat (2010) propôs a compreensão das categorias de maneira não mecânica às práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em sua tripla dimensão de classe, origem e gênero.

a noção “geométrica” de intersecção leva a pensar em termos de cartografia induzindo a naturalizar as categorias analíticas [...]. Dito de outra forma, a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais. [...] As posições não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação” (Kergoat, 2010, p. 98).

Por serem dinâmicas, as relações sociais não podem ser cristalizadas em categorias e por estarem em constante mudança, não seria possível privilegiar um ponto de entrada como raça, classe ou gênero. Para Kergoat, a multiplicidade de pontos de entrada como idade e religião e não apenas gênero, raça e classe

poderia levar à fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência social, o que poderia resultar em sua reprodução. Kergoat afirma que

Os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem historicizá-las e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação (Kergoat, 2012, pp. 21-22).

Para Hirata (2014), o ponto essencial da crítica de Kergoat ao conceito de interseccionalidade é que tal categoria não parte das relações sociais fundamentais em toda sua complexidade e dinâmica. Essa análise coloca em jogo, em geral, mais o par gênero-raça, deixando a dimensão classe social em um plano menos visível. De uma maneira mais global, Hirata acredita que a controvérsia central quanto às categorias de interseccionalidade e consubstancialidade se refere ao que ela chama “interseccionalidade de geometria variável”.

Para Danièle Kergoat existem três relações sociais que se imbricam e são transversais: o gênero, a classe e a raça. Já a perspectiva da intersecção de geometria variável pode incluir, além das relações sociais de gênero, de classe e de raça, outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião, de território etc.

Como a interseccionalidade se tornou um conceito que inaugurou um novo olhar nos estudos feministas, suas implicações teóricas e políticas sobre as diferenças são bastante significativas. Um ponto maior de convergência entre as análises de Crenshaw e Kergoat é a proposta de não hierarquização das formas de opressão. Sirma Bilge define que

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (Bilge, 2009, p. 70).

A interseccionalidade, para além de uma ferramenta teórica que pode estabelecer formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, é um ato político quando se torna instrumento de luta para as questões de justiça social. Danièle Kergoat (2012, p. 20) afirma que há a “necessidade de pensar conjuntamente as dominações”, isto pode trazer luz às diferenças existente entre as mulheres brasileiras, de forma que a diversidade dos modos de vida, seja de origem, de idade, ou de classe não sejam encaradas como legitimação da desigualdade e assim não perpetuar processos de exclusão e opressão.

Ainda sobre diferentes maneiras de compreender os cruzamentos entre sistemas de opressão, Collins (2007) propõe uma leitura da interseccionalidade como um projeto enraizado contextualmente, o que significa que não há uma única forma “correta” de aplicá-la. O que ela propõe é uma abordagem crítica e reflexiva, que leve em conta os diferentes contextos históricos, políticos e culturais nos quais a interseccionalidade é mobilizada, sem esquecer seu fundamento ético-político. Em outras palavras, Collins defende que a interseccionalidade, enquanto conceito e prática política, deve ser constantemente reatualizada com base nas experiências concretas de opressão e resistência. Ela nos convoca a recuperar a força coletiva do feminismo negro, o caráter situado do conhecimento e a radicalidade transformadora que deu origem à interseccionalidade, e não a reduzir a uma ferramenta analítica descontextualizada ou esvaziada de sentido político.

Nesse sentido, Collins reconhece a importância do trabalho pioneiro de Kimberlé Crenshaw, sobretudo ao propor o termo interseccionalidade no campo jurídico para descrever como as mulheres negras enfrentam discriminação simultânea por raça e gênero no mercado de trabalho. No entanto, também propõe uma ampliação crítica da interseccionalidade, chamando atenção para algumas limitações na formulação original de Crenshaw, especialmente no que diz respeito à dimensão de classe e às críticas estruturais ao capitalismo.

Crenshaw, como jurista, desenvolve a interseccionalidade pensando sobretudo em como o sistema jurídico norte-americano falha ao tratar as discriminações de forma separada (ou por raça, ou por gênero, mas nunca ambas). Seu objetivo é ampliar a proteção jurídica das mulheres negras — por exemplo, no acesso ao mercado de trabalho. Para Collins, esse enfoque tende

a privilegiar soluções institucionais, sem questionar profundamente a própria estrutura econômica ou as condições exploratórias do mercado de trabalho capitalista e racializado.

Por isso, Collins sustenta que a interseccionalidade precisa ser mais atenta às relações de classe e às estruturas econômicas. Ela afirma que a formulação original da interseccionalidade deixa de lado, muitas vezes, as críticas anticapitalistas mais contundentes presentes em tradições marxistas, decoloniais ou feministas do Sul global. Em outras palavras, a denúncia das desigualdades raciais e de gênero não pode ser feita sem incluir a crítica ao modo de produção capitalista que organiza essas opressões. Assim, incluir mais mulheres negras no mercado de trabalho sem transformar esse mercado é, para ela, uma forma de diluição da proposta original do feminismo negro, cuja dimensão vivencial, comunitária e epistêmica é central para as críticas à ordem social e econômica racista e patriarcal.

Em resumo, embora a interseccionalidade tenha se consolidado como uma ferramenta analítica fundamental para compreender a imbricação entre diferentes formas de opressão, é importante reconhecer que nem todas as abordagens interseccionais operam a partir dos mesmos pressupostos teóricos e políticos. A formulação original de Kimberlé Crenshaw emerge no campo jurídico e dos direitos civis, tendo como objetivo central evidenciar como mulheres negras eram simultaneamente invisibilizadas pelas políticas antirracistas e feministas no mercado de trabalho e no sistema jurídico norte-americano. Nesse sentido, sua preocupação estava voltada sobretudo para o acesso a direitos e à igualdade formal, sem que as condições concretas de inserção no mercado de trabalho capitalista — marcadas pela exploração, pela precarização e pela hierarquização racial do trabalho — fossem colocadas no centro da análise.

Essa abordagem difere significativamente da perspectiva desenvolvida por autoras como Patrícia Hill Collins e, sobretudo, Angela Davis (2021), cuja reflexão sempre articulou raça, gênero e classe a partir de uma crítica estrutural ao capitalismo. Em Davis, a interseccionalidade não se reduz à coexistência de identidades ou discriminações, mas se ancora nas relações sociais de exploração, interrogando quem trabalha para quem, sob quais condições, e

quem se beneficia da organização desigual do trabalho produtivo e reprodutivo. Assim, embora Crenshaw, Collins e Davis sejam frequentemente agrupadas sob o rótulo da interseccionalidade, elas ocupam campos analíticos distintos, sobretudo no que diz respeito ao lugar atribuído à categoria classe e às relações materiais de dominação.

É justamente a partir dessa preocupação com as relações sociais concretas que se inscreve a crítica formulada por Danièle Kergoat e Helena Hirata a determinadas leituras da interseccionalidade. A noção de consubstancialidade das relações sociais não nega a importância das categorias de gênero, raça e classe, mas recusa tratá-las como pontos de partida fixos ou como simples somas de opressões. Para essas autoras, é imprescindível partir das relações sociais de trabalho, de dominação e de exploração, analisando sua dinâmica histórica e material, para então compreender como raça, gênero e classe se constituem mutuamente. Desse modo, a crítica de Hirata e Kergoat dirige-se menos à interseccionalidade enquanto tal e mais às abordagens que a transformam em uma lógica identitária ou classificatória, esvaziando sua potência crítica ao obscurecer as relações sociais que produzem e reproduzem as desigualdades.

2 O CAMPO E AS VOZES DA PESQUISA: MULHERES DA PERIFERIA DA ZONA LESTE DE JUIZ DE FORA/MG

A questão do trabalho do cuidado se intensificou como um problema teórico e social durante a pandemia da Covid-19, quando a obrigatoriedade do distanciamento social como medida preventiva confinou famílias ao seu ambiente doméstico, evidenciando a sobrecarga de trabalho feminino. Em uma

investigação preliminar (Domingos, 2022) que fiz com mulheres da comunidade da Zona Leste de Juiz de Fora/MG, mães de alunos/as que estavam em regime de estudos remotos, revelou que o sentimento de sobrecarga com os trabalhos do cuidado era uma realidade para muitas moradoras desta região periférica.

Para entender um pouco do contexto em que essas mulheres vivem e seus diversos arranjos domésticos, foi aplicado um questionário digital e realizadas entrevistas com um grupo de mães de alunos e alunas das 3 turmas de 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública da Zona Leste de Juiz de Fora/MG em que atuo como professora regente.

O objetivo do questionário aplicado por meio digital era dar vozes ao que essas mulheres tinham a dizer sobre si mesma e como elas percebiam as relações de subordinação impostas pela divisão sexual do trabalho doméstico não remunerado e pelas diversas tarefas que envolvem o cuidado dentro do ambiente doméstico.

O grupo com 34 entrevistadas foi formado por mulheres com idade entre 18 e 45 anos, com o seguinte perfil socioeconômico: 53% cursaram até o ensino médio completo; 70% se autodeclararam pretas e pardas; 50% residiam com companheiro; 87% possuíam 2 a 3 filhos; 85% não realizavam trabalho remunerado formal ou informal; 36% participavam de programas de transferência de renda ou recebem ajuda de ONG; 73% viviam com renda mensal de até 1 salário, sendo que 27% delas não tinham renda alguma; e, aproximadamente 70% dessas mulheres dependiam financeiramente de outra pessoa, principalmente do companheiro.

Quando perguntadas sobre quem é a pessoa na família que realiza a maior parte do trabalho doméstico e cuidados com a casa, 97% responderam que são elas mesmas. Quando questionadas sobre como elas se sentiam em relação às atividades domésticas e cuidados com filhos/as, durante a pandemia, 68% afirmaram que se sentiam sobrecarregadas. Ao falar sobre a percepção da carga de trabalho durante a pandemia, a maioria das entrevistadas afirmou que houve um aumento na quantidade de trabalho doméstico.

Quando questionadas sobre a divisão sexual do trabalho doméstico, 76% acreditam que as mulheres não dividem as tarefas domésticas de modo igualitário com os homens. Em se tratando dos cuidados com filhos(as), 82% das

entrevistadas afirmaram que as mulheres não dividem os cuidados com os filhos(as) de modo igualitário com os homens. Ao questionar se as mulheres têm as mesmas oportunidades de trabalho que os homens, 68% disseram que não possuem. Ao questionar se elas acreditavam que tinham alcançado realização profissional como mulher, 64% responderam que não.

Os dados obtidos por meio do formulário corroboram a literatura feminista ao evidenciar que as mulheres continuam a dedicar mais tempo do que os homens às tarefas domésticas e aos cuidados com os/as filhos/as. No entanto, para além da sobrecarga material de trabalho, destaca-se a percepção recorrente das entrevistadas acerca da distribuição desigual das responsabilidades, o que contribui de maneira significativa para o agravamento da sobrecarga psíquica e emocional. A consciência de que tais tarefas não são compartilhadas de forma justa, somada à naturalização social dessa desigualdade e à escassa valorização do trabalho do cuidado, produz sentimentos de cansaço, frustração e desvalorização. Embora indispensável à reprodução da vida e ao bem-estar social, o trabalho do cuidado permanece invisibilizado e desqualificado nas dinâmicas do capitalismo neoliberal, recaindo quase exclusivamente sobre as mulheres e aprofundando experiências de sofrimento que não se explicam apenas pela quantidade de trabalho, mas também pelas assimetrias de reconhecimento, responsabilidade e poder que o estruturam.

A partir destes dados preliminares foi elaborada esta pesquisa que pôde ouvir as moradoras na Zona Leste de Juiz de Fora com intuito de buscar alternativas políticas para a transposição dos trabalhos do cuidado. Desta forma, a percepção de mulheres periféricas sobre a possibilidade de compartilhamento destas responsabilidades do cuidado com o Estado foi o objetivo de investigação desta pesquisa, buscando compreender sob quais condições e em que termos as mulheres mães de baixa renda apoiariam implementação de políticas públicas com o objetivo de ampliar o cuidado com o Estado.

Como o trabalho do cuidado está imbricado em relações culturais, dos afetos e das tradições regionais, foram considerados esses elementos socioculturais nas formas como as provedoras do cuidado exercem esse

trabalho junto aos seus beneficiários, bem como a forma como percebem a si mesmas nestas relações.

Tradicionalmente, nota-se que mulheres em condições empobrecidas buscam soluções particulares para resolver o problema do cuidado no ambiente doméstico (seja na execução dos afazeres domésticos, cuidado com as crianças, idosos, ou pessoas com deficiências), buscando apoio na rede parental, de compadrio ou na vizinhança. Entretanto, a exploração de pessoas vulneráveis continua sobrecarregando mulheres com excesso de tarefas domésticas que contrariam os princípios democráticos de igualdade de oportunidades, pois muitos arranjos feitos para suprir o cuidado são consequências da falta de opção de compartilhar essas demandas com instituições públicas, revelando, assim, um problema ético e político para a democracia. Segundo Biroli,

Os resultados da privatização do cuidado ultrapassam a vida individual dos dependentes e dos que assumiram a responsabilidade de cuidar deles, sendo parte importante dos mecanismos de reprodução da pobreza e das desigualdades nas sociedades contemporâneas. (Biroli, 2018, p. 77)

As atuais políticas de combate à pobreza das mulheres necessitam de elementos teóricos fundamentados em uma perspectiva crítica para desmistificar a visão ultrapassada sobre a participação das mulheres na sociedade atrelada somente ao domínio privado do ambiente doméstico. Esta pesquisa problematiza a questão das soluções privatistas ou exploradoras para as demandas do cuidado, procurando alternativas para superar as formas como o cuidado está cristalizado em nossa sociedade.

Sendo a transposição da responsabilidade individual para o nível coletivo indicada por Biroli (2018) como um dos caminhos para a superação da sobrecarga de trabalho feminino, esta pesquisa ouviu mulheres afetadas por este problema social, uma vez que o trabalho invisível do cuidado sem remuneração consolida e perpetua a vulnerabilidade social de muitas mulheres que não contam com qualquer tipo de rede de apoio. Segundo Biroli (2018), o enfraquecimento de soluções coletivas adensa a “crise do cuidado” e compromete também a democracia. A autora defende que a ampliação da

responsabilidade social pelo trabalho do cuidado deveria ser construída num processo democrático, participando tanto aqueles/as que estão em posição de dependentes quanto aqueles/as que proveem os cuidados.

Deste modo, constatou-se a necessidade de entrevistar mulheres periféricas sobre a percepção de pontos importantes e fundamentais nas relações do cuidado que envolvem os significados da maternidade, a divisão sexual do trabalho doméstico e quais seriam as principais demandas a serem atendidas no trabalho do cuidado.

Como procedimento para escolha das respondentes foi aplicado um questionário na porta das escolas municipais da Zona Leste, para averiguação prévia a fim de detectar o interesse das mulheres em participarem da entrevista. Por questões de prazo institucional para conclusão da análise destes formulários e para lançar mão de estratégias mais eficientes, a participação das professoras dessas escolas encurtou o processo de seleção por intermédio de indicações. É interessante ressaltar que há uma dificuldade em trazer as mães para dentro da escola, pois grande parte das vezes em que é agendada uma reunião coletiva, poucas comparecem para tratar dos interesses escolares dos seus filhos e filhas. O questionário foi disponibilizado de forma virtual e impressa para quem tinha dificuldade de acesso, sendo aplicado previamente às mulheres mães abordadas, como forma de confirmar o interesse das participantes e captar informações sobre o perfil pessoal para fomento de dados quantitativos e complementares à análise qualitativa.

A escolha das instituições escolares para mediar a primeira etapa metodológica foi estratégica por serem locais que concentram a presença expressiva de mulheres moradoras da comunidade, as quais geralmente são as responsáveis por crianças e conseqüentemente realizam os diversos trabalhos de cuidados no ambiente doméstico.

2.1 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS

A primeira etapa de coleta de dados consistiu na aplicação do formulário inicial de interesse de pesquisa (Anexo I). A finalidade deste instrumento foi selecionar mulheres para a realização das entrevistas. Portanto, o formulário

serviu como uma triagem de perfil das interlocutoras desta pesquisa, analisando se essas mulheres se enquadravam no critério de respondentes, a saber: ser mãe, residir na Zona Leste e ter filhos(as) em idade escolar de qualquer escola da rede pública estadual ou municipal.

A estratégia adotada para que diversas mulheres pudessem responder ao questionário foi aplicá-lo na porta das escolas da região da Zona Leste. Antes de realizar a aplicação na porta das escolas, foi feito o contato com as equipes diretivas, a fim de conseguir anuência da direção escolar. Apesar da pesquisa inicialmente não envolver a escola diretamente, por questões éticas foram assinados termos de anuência de pesquisa.

Após o contato inicial feito por meio de ligações e mensagens, foi agendada uma reunião com as diretoras para explicar os objetivos da pesquisa e os métodos que seriam usados para coleta de dados, e todas afirmaram que a escola tem muita dificuldade em obter a participação efetiva dos e das responsáveis pelas crianças, uma vez que, mesmo sendo menor de 10 anos, a maioria dos alunos e das alunas vai e volta da escola sozinha, com irmãos mais velhos ou primos. Em uma das escolas municipais havia a particularidade de ter dois horários de entrada no mesmo turno, e a saída feita em duas etapas, por se tratar de tempo integral. A vice-diretora alegou que das 7h às 8h da manhã o número de responsáveis era muito baixo, que do total de crianças atendidas pela instituição, não ficavam nem 10 adultos na porta com elas. Entretanto ela me orientou a retornar nos horários de saída das 15h30 até 16h, pois era o horário que compareciam um pouco mais das mães responsáveis, o restante das crianças ia embora com os irmãos mais velhos que estudavam no 5º ano da mesma escola. Na segunda escola de ensino fundamental anos finais, não havia responsáveis na porta da escola, uma vez que com 11 ou 12 anos de idade, os responsáveis deixam seus filhos e filhas se deslocarem pelo bairro sem a presença de um adulto conduzindo-as até a escola.

Após a terceira ou quarta abordagem no portão da escola, uma das funcionárias que trabalha há bastante tempo me alertou de que a minha permanência em dias da semana alternados não faria encontrar mães diferentes das que eu já tinha abordado.

Diante das dificuldades de encontrar mães na entrada das escolas públicas da região, houve a necessidade de reorganizar as estratégias de aplicação de formulário prévio de pesquisa; a abordagem na porta da escola, apesar de me proporcionar um primeiro contato com as interlocutoras, não obteve muito sucesso em termos quantitativos. A direção da escola municipal no Linhares permitiu que os formulários ficassem à disposição na secretaria da escola. Nesse sentido, as mães que só podiam comparecer em horários em que eu não estava no portão tiveram a oportunidade de preenchê-los dentro da própria escola. O apoio da secretaria da escola foi essencial para obter mais respondentes, entretanto ainda não havia formulário suficiente com pessoas interessadas em participar da entrevista. O funcionário da escola me informou que a maioria dos responsáveis que foram à secretaria resolver questões de documentação era do sexo masculino, por isso não se encaixavam no perfil.

Desta forma contei com o apoio da direção de outra escola ao permitir que o formulário fosse enviado como um bilhete para casa das crianças. As turmas selecionadas foram as de 6º anos, por perceber que são estes estudantes que têm irmãos menores em outras escolas na mesma região. O retorno dos formulários respondidos foi extremamente baixo, o que era esperado de acordo com a previsão da gestão escolar na sua experiência em encaminhar bilhetes que precisam ser devolvidos no dia seguinte.

De posse de uma listagem inicial, foi feito o contato via telefone com as mulheres que concordaram em participar, entretanto fui notando que muitas protelavam o agendamento das entrevistas, alegando estarem muito ocupadas durante a semana, outras alegavam questões de saúde, outras disseram que houve reorganização no núcleo familiar e as crianças já não moravam mais na mesma casa. Apesar de algumas justificativas serem válidas, havia a sensação de que alguns argumentos foram dados para “escapar” da entrevista. Como não havia obrigatoriedade de participar da segunda etapa e a desistência a qualquer momento era parte do combinado inicial, foi necessário ir descartando quem demonstrava desinteresse. Um fator relevante que fui percebendo ao longo da aplicação do questionário inicial de interesse é que a vida na comunidade periférica sofre diversas interferências sociais e econômicas, influenciando diretamente na reconfiguração familiar. Desta forma, morar de aluguel,

separação do cônjuge, desemprego, são fatores que remodelam a vida social de modo abrupto e inesperado. Destarte, em questão de semanas ou poucos meses, uma família pode e/ou precisa se remodelar para enfrentar condições hostis de existência.

Fui percebendo também que havia uma resistência em me receber pessoalmente, muito provavelmente porque não me conheciam. Então contei com quatro professoras das escolas abordadas para me auxiliar no processo de coleta de dados da entrevista. Para refinar a seleção de participantes, contei com a participação das professoras que moram na região dos bairros São Benedito, São Bernardo, Bairro JK e Linhares – lugares sobre os quais falarei mais adiante. Elas me deram indicações de quais famílias haveria melhor abertura para a aplicação das entrevistas. Houve pouca recusa em atender à solicitação das professoras, pois já eram conhecidas por terem dado aula para seus filhos(as), além de serem conhecidas na comunidade, eram também conhecidas da “porta de escola”, o que reforçou a sensação de segurança, legitimando a confiança nas entrevistadoras.

Pude notar que algumas famílias, talvez por vivenciar situações de extrema pobreza, resistiram à participação, provavelmente por medo de denúncias aos órgãos que lidam com fatores de vulnerabilidade e risco aos menores de idade. De modo geral, a aceitação da pesquisa nos bairros se consolidou depois do apoio das professoras, que entravam nas casas das entrevistadas sem muita resistência e transitavam pela comunidade sem os riscos impostos por supostos grupos de facção local. Sem a participação das docentes moradoras do próprio bairro das interlocutoras não seria viável a conclusão da segunda etapa de coleta de dados, devido às inseguranças, incertezas e desconfianças.

A experiência com investigações realizadas em territórios violentos e geograficamente extensos quando participava do grupo de pesquisa intitulado Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação da Infância da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (NEPE-FURG/RS) inspirou-me a realizar a entrada em campo com a formação de uma equipe composta por pessoas ligadas diretamente à comunidade investigada. Associada à minha vivência de mestrado com pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, encontrei nas pessoas

situadas na região a parceria necessária para cooptar respondentes interessadas em colaborar com a pesquisadora estranha ao ambiente da comunidade. Apesar desta pesquisa não ser uma etnografia (por isso dispensou os processos sistêmicos de documentação detalhada), a descrição das participantes, o registro da observação do local, o registro em fotos, a análise do estilo de vida e da cultura local dos bairros complementam os dados das entrevistas para que a contextualização tivesse maior clareza. Foi nessa direção que as entrevistadoras-professoras foram previamente instruídas. Esta estratégia de entrada e de permanência em campo para coleta de dados teve sucesso, visto que as participantes que estavam resistindo foram mais flexíveis a partir da mediação das professoras. Uma das entrevistadoras-professoras de pesquisa relatou que foi recebida com uma mesa de café da tarde, tudo feito pela própria interlocutora que a recepcionou, aparentemente com muito esmero.



Imagem 01 – Entrevista na Zona Leste - São Benedito. Fonte: acervo pessoal.

Algumas interlocutoras foram entrevistadas no pátio da escola enquanto aguardavam saída do turno, outras mulheres foram entrevistadas enquanto executavam trabalho informal anexo a sua própria casa. É possível perceber que em camadas populares, a casa se funde ao trabalho informal, sendo um mesmo espaço/cômodo servindo para atividades laborais precarizadas. As mulheres que trabalhavam com artesanato ou com salgados não descansavam dos seus serviços enquanto conversavam, o que mostra que estar em casa, para estas mulheres, não é sinônimo de folga ou descanso.

Uma das interlocutoras inicialmente entrevistadas foi posteriormente retirada do conjunto de informantes da pesquisa. Durante o trabalho de campo, identificou-se nela um nível de desconforto significativamente superior ao observado entre as demais participantes, bem como a recusa em receber qualquer uma das colaboradoras em sua residência. Esses elementos indicaram a existência de situações sensíveis de ordem pessoal, que poderiam expô-la a riscos ou represálias em decorrência de sua participação na pesquisa. Embora a entrevista tenha sido realizada em local alternativo, de modo a garantir sua privacidade e não a associar publicamente ao estudo, optou-se, por razões éticas e de segurança, pela exclusão total de seus registros, inclusive daqueles que seriam apresentados sob pseudônimo.

É importante ressaltar que, para a realização das fotografias das ruas locais, foi necessária extrema discrição, uma vez que a região é marcada pela presença de “biqueiras” — pontos informais de comercialização de drogas — e de “desmanches”, locais destinados ao desmonte e à revenda ilegal de peças de veículos. Esses espaços integram a dinâmica cotidiana do território e estão associados a redes de ilegalidade e vigilância informal, o que impõe cuidados específicos à circulação de pessoas externas e à produção de registros visuais no campo. Neste sentido, corria-se o risco ser taxada de delatora e/ou informante. Por esta razão e para preservar a identidade das interlocutoras, não há registro de suas casas, apenas dos pontos principais onde há a circulação da comunidade em geral – escolas, ruas, posto de saúde, igrejas.

O bairro JK, apesar de ser um dos menores da região com fronteiras muito tênues entre Costa Carvalho e Bairro de Lourdes, é conhecido por sua alta rivalidade de território, o que gerou diversas ocorrências policiais, inclusive para atender as de homicídio. Ao convidar uma outra professora moradora da região para mediar uma entrevista, ela se recusou alegando que a “vizinhança era difícil”, por isto, preferia não se envolver em assuntos que fossem da casa dos outros.

O clima de hostilidade e a sensação de presença indesejada, até mesmo entre os próprios moradores, resultou na pouca participação das interlocutoras que aceitaram a mediação de outra professora/colaboradora. Esta outra professora que aceitou colaborar possui vínculo temporário com a escola, é

moradora desta comunidade e complementa sua renda oferecendo aulas de reforço a um custo acessível, o que pode ter sido relevante para que a relação dela com a comunidade fosse mais amistosa.

Para preparar as professoras para as entrevistas, foi realizada uma breve capacitação sobre os objetivos gerais da pesquisa, as discussões teóricas que a informam e os objetivos principais do formulário. Ao fazer a primeira entrevista, revisei o processo de escuta, fazendo a análise prévia da gravação, oferecendo a elas um feedback para aperfeiçoamento da forma como abordar as questões semiestruturadas.

Como foi dito, parte das entrevistas foi feita na casa das interlocutoras, pois a visita da “professora-vizinha” se deu em horários diversos, conforme o que foi acordado entre elas. Algumas foram feitas em outros espaços além da casa como na praça ou na escola. A flexibilidade dos espaços para além da casa foi a estratégia encontrada para evitar a desistência das participantes. Por todas as razões já elencadas sobre as dificuldades de realizar as entrevistas, as que eu mesma fiz foram dentro da própria escola, pois havia no formulário a opção de marcar o encontro dentro da instituição. A entrevista na escola surgiu como uma estratégia de aceitação uma vez que senti que, como uma desconhecida, muitas mulheres preferiam me encontrar fora de suas casas. Suspeitei que havia um desconforto com a presença de pessoas que não eram do bairro, muito provavelmente devido ao fato de que a consolidação das facções criminosas nestas duas regiões tem sido alvo de investigação e de intervenção policial.

Houve relatos de professoras que presenciaram recentemente a Polícia Civil realizando operações de desmantelamento do crime organizado, que contou com vigilância à paisana por muitas semanas. Como eu atuo na gestão de uma das escolas, da Zona Leste, ouviam-se rumores de moradores antecipando quando haveria operação policial, pois as facções designavam olheiros que observavam toda movimentação do bairro e previam com muita margem de acerto quando haveria uma intervenção policial.

Neste contexto de tensão entre as facções pelo controle dos pontos de venda de drogas e as intervenções policiais, há um rígido controle do território, inclusive dos carros que podem ou não entrar em determinadas regiões da

comunidade. Inclusive, me foi informado que os carros de aplicativos não seriam mais permitidos em certas partes dos morros da Zona Leste, pois a comunidade foi orientada a usar “uber clandestino” supostamente controlado por facção. Em 2024, quando pude ter contato com um dos supostos “patrões”, percebi que já era “conhecida” na comunidade e talvez tivesse um pouco mais de liberdade de circulação. Entretanto, durante o período de coleta de dados, esse suposto “patrão” foi assassinado e a hierarquia da facção não foi rapidamente substituída.

A ausência de um líder torna as tensões no território mais sensíveis, uma vez que os moradores ficam sem saber quem será seu substituto e outras facções tentam tomar posse dos territórios do tráfico. Nota-se que as lideranças do crime organizado não duram mais que cerca de dois anos, pois estes, talvez pela sua visibilidade, se tornam alvos de outras facções ou da ação policial, resultando em trajetórias curtas.

Na execução da segunda etapa de pesquisa, ainda desconhecia quem “comandava” a comunidade, só se escutavam rumores. Então senti que seria mais prudente continuar convidando parte das interlocutoras para a escola e encaminhar as próprias professoras-moradoras para as casas das interlocutoras que as aceitaram receber. As professoras, sendo moradoras, tinham mais liberdade para circular sem maiores riscos à sua integridade física e podiam prever com antecedência possíveis situações de confronto armado.

No total, foram aplicados 49 formulários com o objetivo de traçar o perfil das participantes. A partir dessa etapa, foram realizadas 22 entrevistas, cujos dados compõem o material empírico analisado nesta tese. As interlocutoras que optaram por não prosseguir a pesquisa tiveram sua participação interrompida, e seus dados não foram incorporados à análise.

Como o objetivo foi ouvir mulheres da Zona Leste sobre a percepção do compartilhamento do cuidado com o Estado, após aplicação das primeiras entrevistas, senti a necessidade de reformular algumas questões do roteiro semiestruturado para captar melhor como as mulheres conceberiam as formas coletivas de cuidado a partir das suas próprias experiências com os equipamentos públicos já existentes. A análise dos questionários aplicados na porta da escola também mereceu atenção quanto ao formato semiestruturado,

pois um formulário com questões de múltipla escolha se tornou mais eficiente do que com questões com respostas abertas. Ajustes também foram feitos na forma como se questionou o interesse delas em participar, dando opção de locais onde poderiam ser realizadas as entrevistas. O material coletado foi reavaliado, para que fosse feito os ajustes necessários à compreensão de alternativas coletivas de cuidado.

A metodologia que contou com professoras das escolas das crianças como entrevistadoras apresenta limites importantes que precisam ser reconhecidos. Um deles diz respeito ao possível constrangimento das entrevistadas diante da relação de autoridade simbólica que as professoras exercem em seus cotidianos. Essa assimetria pode ter levado algumas mulheres a responderem de maneira menos espontânea ou crítica sobre o peso da maternidade e da sobrecarga do cuidado, preferindo construir narrativas alinhadas a um ideal de responsabilidade materna para evitar julgamentos. Nesse sentido, há o risco de que certas respostas tenham sido moldadas pela expectativa de corresponder ao que seria considerado adequado no olhar das entrevistadoras-professoras.

Por outro lado, a escolha metodológica também trouxe ganhos significativos, sobretudo no que se refere ao acesso ao campo e à construção de confiança. O fato de as entrevistadoras serem moradoras do mesmo bairro contribuiu para que as mulheres se sentissem mais seguras em abrir suas casas e compartilhar aspectos de suas rotinas. Essa proximidade territorial e relacional diminuiu a distância entre pesquisadora e entrevistadas, facilitando a criação de um ambiente de diálogo em que a exposição da sobrecarga cotidiana foi acompanhada de relatos ricos sobre as estratégias pessoais e familiares de enfrentamento das dificuldades.

Nesse equilíbrio entre limites e possibilidades, observa-se que a presença das professoras-entrevistadoras pode ter gerado tanto narrativas atravessadas pelo desejo de demonstrar responsabilidade — “dar conta de tudo” — quanto relatos mais densos e críticos, especialmente quando as entrevistadas se sentiram à vontade para propor alternativas de políticas públicas e narrar a dinâmica familiar. Essa ambivalência metodológica não deve ser lida apenas como fragilidade, mas como um reflexo da complexidade do campo: ao mesmo

tempo em que a relação entre entrevistada e entrevistadora pode conter constrangimentos, ela também possibilitou a emergência de informações e percepções que dificilmente seriam acessadas por uma pesquisadora externa ao território.

2.2 INSTRUMENTOS DE COLETA

A pesquisa utilizou um formulário estruturado para selecionar participantes e um roteiro de entrevista semiestruturado como ferramenta metodológica para coleta de dados. O formulário aplicado às mulheres continha questões objetivas, elaboradas com perguntas curtas de múltipla escolha visando à seleção de interlocutoras para a realização da segunda etapa de entrevista. O formulário foi respondido de modo virtual (compartilhado por link) e presencialmente (fotocópia das questões idênticas ao link) sem a mediação da pesquisadora, e, em diversos momentos, respondidos simultaneamente por mais de 2 mulheres. A intervenção foi mínima, somente nos casos em que a respondente teve alguma dificuldade na leitura. A aplicação desse questionário era o pré-requisito para participar da entrevista, sendo assim, questionava-se idade da participante, número de filhos(as), quem cuidava das crianças, escolaridade, renda familiar, estado civil, cor/raça e a disponibilidade em ser entrevistada.

A partir dessas informações prévias, fez-se uma triagem descartando quem indicou no formulário que não gostaria de ser entrevistada. No total foram 14 o número de mulheres que recusaram por meio do questionário a não participar da segunda etapa, as demais foram desistindo ou não retornaram o contato.

O segundo instrumento metodológico foi o roteiro semiestruturado de entrevista que foi pensado a partir de 2 blocos temáticos: I - maternidade e cuidado; II - dinâmica dos afazeres domésticos e organização familiar. Esta etapa da pesquisa foi realizada entre janeiro e agosto de 2025.

O bloco maternidade e cuidado continha questões que investigavam em que contexto as mulheres se tornaram mães, se houve algum planejamento

e o que mudou na vida delas a partir do momento em que tiveram filhos(as). As questões se aprofundavam para definir qual era a relação da mãe com o genitor da criança, bem como o tipo de participação que ele tinha na criação dos filhos(as), através de perguntas que revelavam quem era a pessoa com maior responsabilidade nas ações de cuidado com as crianças e/ou pessoas com dependência. A partir das questões que tratavam das relações tecidas no espaço doméstico, ampliava-se os questionamentos sobre o cuidado realizado em espaços coletivos, bem como a percepção das mulheres sobre instituições de compartilhamento de cuidado com crianças e/ou pessoas dependentes, instituições que já existem e oferecem serviços à população.

O segundo bloco intitulado “dinâmica dos afazeres domésticos e organização familiar” iniciava com questões que descreviam as rotinas dos afazeres domésticos, o tempo gasto nele, se havia alguma divisão dos trabalhos de cuidado e os significados deste cuidado para as mulheres. Na mesma lógica do bloco anterior, do contexto doméstico fez-se uma transição para questionar a percepção das mulheres sobre o cuidado em ambientes coletivos, buscando compreender a percepção que elas têm sobre os serviços públicos ofertados à população da Zona Leste.

Por fim, a última questão buscava soluções criativas para o problema da responsabilização individual dos cuidados e a sobrecarga de trabalho das mulheres no ambiente doméstico a partir da ótica das interlocutoras. Uma escuta sensível foi possível por meio de entrevistas com mulheres residentes na Zona Leste da região do L1 e do L3 de Juiz de Fora/MG, sobre as quais falarei a seguir, uma região que representa a situação de alta vulnerabilidade social na cidade.

As questões da entrevista, além da percepção sobre maternidade e trabalho do cuidado, tentaram estimular e incentivar a imaginação sociológica e política das mulheres, a partir de suas próprias experiências e necessidades, buscando-se apontar, com elas como sujeitos ativos, para novos caminhos em relação à coletivização das tarefas e responsabilidades do cuidado.

A necessidade de ouvir as mulheres moradoras de bairros de periferia, as quais eram preponderantemente responsáveis pelos trabalhos do cuidado, foi essencial para entender quais são as demandas diárias que as sobrecarregam com excesso de trabalho exercido gratuitamente. Hermanowicz (2002) enfatiza

que a entrevista está entre os métodos mais centrais na pesquisa em Ciências Sociais, pois nos aproxima de uma compreensão íntima das pessoas e de seus mundos sociais.

A organização sistemática das questões de entrevista produziu dados que podem ser usados para compreender melhor a organização dos processos da vida sociocomportamental. Este método permitiu mostrar a compreensão das tradições do cuidado, elucidando os mecanismos internos nos quais as mulheres periféricas produzem sentidos para o seu mundo. Com as questões suscitadas, pode-se compreender as percepções que elas têm sobre o compartilhamento dos afazeres/cuidados com espaços públicos institucionais, e quais modelos de serviços públicos poderiam atender suas demandas.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO DA ZONA LESTE DE JUIZ DE FORA/MG

Juiz de Fora situa-se na Zona da Mata mineira, em posição estratégica entre três das principais capitais do Sudeste brasileiro — Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo — estando a aproximadamente 260 km de Belo Horizonte, 180 km do Rio de Janeiro e cerca de 500 km de São Paulo. Essa localização confere à cidade um papel histórico e contemporâneo de articulação regional, funcionando, na prática, como uma espécie de “capital” da Zona da Mata. Segundo as estimativas mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Juiz de Fora em 2025 é de aproximadamente 567.730 habitantes (essa projeção considera dados do Censo 2022 ajustados e atualizados para julho de 2025 pelo IBGE), e uma área de 1.429,875 km², distribuídas entre áreas rurais e urbanas. Juiz de Fora, portanto, se caracteriza como uma cidade de porte médio, dotada de infraestrutura urbana, econômica e institucional significativamente mais complexa do que a dos municípios ao seu entorno, muitos deles de pequeno porte e com baixa oferta de serviços especializados.

Nesse sentido, a cidade se consolida como polo educacional, abrigando universidades públicas e privadas que atraem estudantes de toda a região, como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), além de instituições privadas

como a Universidade Estácio de Sá, a Universidade Salgado de Oliveira (Universo), Faculdade Machado Sobrinho e Suprema. A cidade também exerce centralidade no campo da saúde, funcionando como referência regional tanto no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) — integrando a rede de atenção especializada que atende municípios da Zona da Mata mineira e do interior do estado do Rio de Janeiro — quanto no setor privado, com hospitais, clínicas e serviços de média e alta complexidade que atraem pacientes de cidades vizinhas.

Por isso, Juiz de Fora apresenta alta circulação intermunicipal, favorecida por uma rede de transporte que conecta diariamente a cidade a diversos municípios mineiros e fluminenses, reforçando sua função de centro regional de trabalho, estudo, consumo e acesso a serviços. Essa combinação de infraestrutura, oferta institucional e fluxos populacionais distingue Juiz de Fora das demais cidades da região, configurando-a como um espaço urbano marcado por intensa mobilidade, diversidade social e relativa centralidade econômica e simbólica no interior do Sudeste brasileiro.

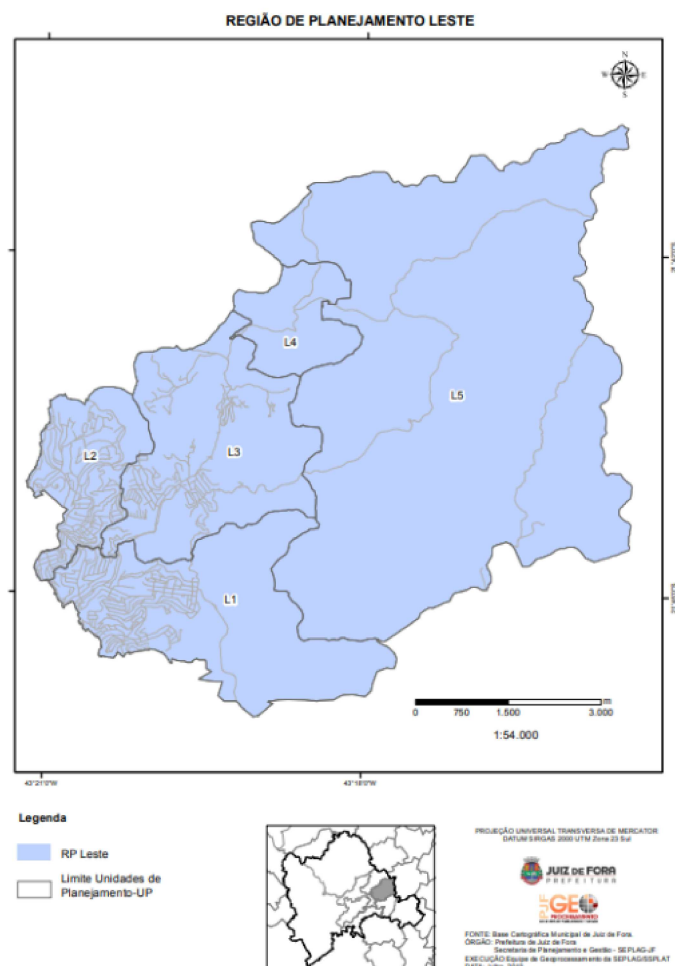
Também marcada pelos espaços de cultura, educação e lazer, a cidade conta com escolas técnicas, museus, parques, cinemas, estádio municipal, teatros, escolas de artes, bibliotecas, galerias de artes e pontos turísticos como fazendas, trilhas e cachoeiras. A sua infraestrutura urbana apresenta um comércio em expansão, hotelaria, diversos serviços e aeroporto.

Sua fundação se deu no século XVIII, quando da construção da estrada Caminho Novo para transporte do ouro extraído na região das minas para seguirem aos portos no litoral. Às margens desta estrada surgiram postos de fiscalização de ouro, dando origem a pequenos povoados em função de hospedarias e armazéns como a vila de Santo Antônio do Paraibuna.

A distribuição de sesmarias facilitou a formação de povoamento e de fazendas, que posteriormente se especializariam na produção de café. No ano de 1835 a Vila de Santo Antônio do Paraibuna seria elevada à categoria de município e, em 1865, recebe o nome de um magistrado do tempo colonial, nomeado pela Coroa Portuguesa, para atuar onde não havia Juiz de Direito. Assim, originou-se a cidade de Juiz de Fora.

A Zona Leste de Juiz de Fora/MG é subdivida em 5 Unidades de Planejamentos (UP), denominadas: L1 – Vitorino Braga; L2 – Progresso; L3 – Linhares; L4 – Yung; L5 – Vale das Frutas.

Imagem 2 - Região de planejamento Leste



Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora/Desenvolvimento Territorial/Sistema Municipal de Planejamento do Território - SISPLAN

A região do L3–Linhares é composta pelos bairros/localidades e loteamentos denominados: Bom Jardim, Botto, Caulim, Granjas Marcília, Jardim das Flores, Jardim Vera Cruz, Linhares, Porto Seguro e Reca. Conforme os dados da SEPLAG-JF/2019, possui uma população com 14.512 habitantes, com uma densidade populacional de aproximadamente 16,93.

A região L1–Vitorino Braga é composta pelas seguintes localidades, bairros e loteamentos: Alto Grajaú, Belvedere, Bonsucesso, Bosque dos Pinheiros, Cesário Alvim, Grajaú, Jardim do Sol, Parque ABC, Parque Encosta do Sol, Residencial Costa do Sol, Santa Cândida, Santos Anjos, São Benedito, São Bernardo, Vila Alpina, Vila São Sebastião e Vitorino Braga, totalizando 908,49 hectares. Conforme os dados da SEPLAG-JF/2019, possui uma população com 29.770 habitantes, com uma densidade populacional de aproximadamente 32,77.

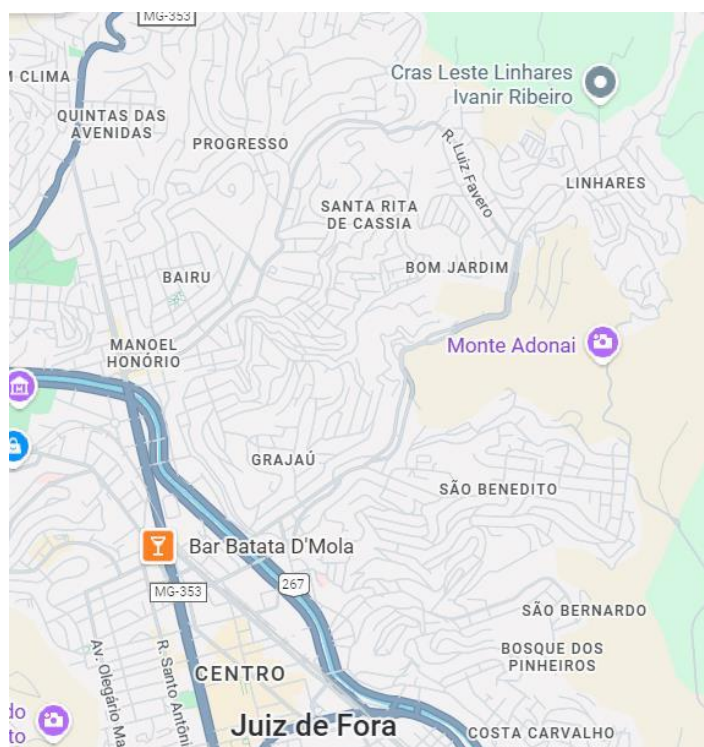


Imagem 3 – Mapa da região L1. Fonte: <https://www.google.com/maps/>

2.3.1 Caracterização Vitorino Braga (L1)

A subdivisão L1 possui 5 (cinco) escolas municipais que atendem crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) além de instituições de ensino particular. A população local conta apenas com 3 (três) creches públicas conveniadas que atendem crianças de 0 até 4 anos em tempo integral, situadas nos bairros São Benedito, Santa Cândida e Vitorino Braga. No bairro São Benedito está localizado as duas escolas estaduais da região que

atendem até o ensino médio. As três praças públicas situam-se nos bairros Vitorino Braga, São Bernardo e São Benedito.

Nos bairros Alto Grajaú, Santa Cândida/São Sebastião e São Benedito estão localizadas as 3 Unidades Básicas de Saúde (UBS) que atendem pelo SUS. Estas instituições são os antigos postos de saúde, constituem a porta de entrada para o atendimento público de saúde na área de vacinação, acompanhamento de hipertensão, diabetes, pré-natal e consultas agendadas.

O comércio local se caracteriza pela existência de estabelecimentos comerciais construídos, em sua maioria, anexos às garagens das casas, atendendo a população nas demandas diárias tais como pequenos mercados, açougues, padarias, lanchonetes, armarinhos, farmácias, casas de material de construção, malharias, oficinas mecânica, serralherias, marcenarias, barbearias e salões de beleza.

Os bairros mais antigos contam com igrejas católicas que marcam a região pelo tamanho do templo, porém a presença de inúmeras pequenas igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais passou a compor o espaço e a dinâmica religiosa da população. Os centros espíritas e de umbanda são marcados por sua descrição nas fachadas, o que não significa sua inexistência como parte da religiosidade local.

O transporte público circula pelas principais avenidas e ruas da região, costuma haver 2 linhas de ônibus para atender os bairros mais populosos, as quais fazem o ponto final no centro da cidade na Avenida Getúlio Vargas. Há também ponto de taxi na proximidade da praça do São Bernardo e os carros de aplicativos circulam sem impedimentos pela região nas quais os ônibus não circulam. O uso do ônibus urbano para se deslocar até o centro pode ser dispensado em certas ocasiões devido à proximidade alguns bairros da região “L1” com o centro da cidade.

A maior parte do bairro conta com asfaltamento e iluminação pública, entretanto a existência de becos e escadas construídos pela população são locais em que não apresentam muita segurança aos transeuntes, principalmente no período noturno. A segurança pública interfere na região quando o crime relacionado ao tráfico de drogas ameaça a ordem local em disputas de espaços

de vendas ou promove “acerto de contas”. Diante deste cenário são efetuadas ações de busca e apreensões, o que acaba por resultar em agitação entre os/as moradores/as das áreas mais precárias da região.

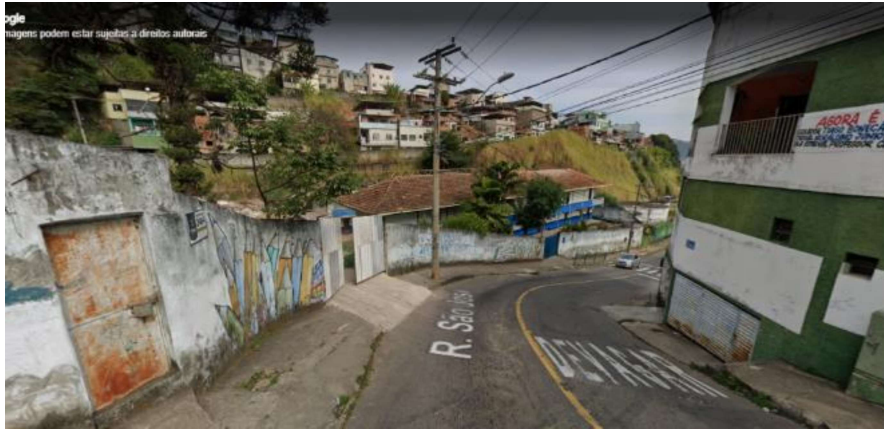
A urbanização da Zona Leste iniciou pela antiga região do Arado, onde atualmente são os bairros São Benedito e Vila Alpina. O processo de loteamento, de construção de casas e ocupação da população foi gradual. Moradores/as mais antigos/as contam que se buscavam madeira e lenha no Poço D'Antas, afirmam que as ruas não eram asfaltadas, não havia iluminação pública e a área era cercada de muito mato.

Imagem 4 – Morro do São Benedito. Neste local hoje está uma escola pública.



Foto de autoria provável: Roberto Dornellas ou Jorge Couri. Acervo pessoal.

Imagem 5 – Morro do São Benedito, onde atualmente situa-se a Escola Estadual Candido Mota Filho.



Fonte: Google Maps.

A ausência de infraestrutura básica, como água encanada, fez com que o cotidiano doméstico extrapolasse os limites da casa e se organizasse diretamente no espaço da rua e do território. O abastecimento diário nas minas naturais e o trabalho das lavadeiras — atividade essencial para a reprodução da vida local — conferiram centralidade pública às tarefas tradicionalmente associadas ao espaço doméstico. A Praça das Lavadeiras, nesse sentido, não apenas marca um ponto geográfico da ocupação inicial do morro, mas simboliza a articulação entre casa e rua na formação desses bairros, evidenciando como o trabalho feminino foi estruturante para a organização da vida coletiva. De modo semelhante, o surgimento das primeiras escolas nos bairros São Benedito e São Bernardo responde à necessidade de cuidado com as crianças das mulheres trabalhadoras, revelando que equipamentos públicos básicos se organizaram a partir das demandas geradas pelo trabalho de cuidado realizado majoritariamente por mulheres.

Imagem 6- Praça das Lavadeiras. Bairro Arado, atual Vila São Benedito, em novembro de 1974 -



Foto de autoria provável: Roberto Dornellas ou Jorge Couri. Acervo pessoal.

Essa imbricação entre espaço doméstico e espaço público revela uma lógica que não apenas marcou a origem desses bairros, mas segue se reproduzindo nas trajetórias das mulheres periféricas até os dias atuais. O trabalho doméstico e de cuidado — realizado gratuitamente no interior das famílias ou de forma precarizada e subalterna no mercado de trabalho — continua a ocupar grande parte do tempo e da energia dessas mulheres, limitando suas possibilidades de inserção em trabalhos mais estáveis, qualificados e melhor remunerados. Ao sustentar a reprodução cotidiana da força de trabalho e a organização da vida urbana, esse trabalho feminino beneficia aqueles que exercem atividades produtivas assalariadas, ao mesmo tempo em que perpetua condições de vulnerabilidade material, dependência econômica e sobrecarga física e emocional para as mulheres que vivem nas periferias urbanas. Trata-se, portanto, de uma dinâmica histórica e estrutural, na qual a separação entre casa e rua se mostra apenas aparente, pois ambas

seguem profundamente atravessadas pelo trabalho feminino invisibilizado e desvalorizado.

2.3.2 Caracterização do Linhares (L3)

A comunidade do Linhares tem um amplo território composto por ruas, avenidas, vielas, becos e morros, onde os próprios moradores identificam as localidades dentro do bairro pelos diversos números das linhas de ônibus, tais como “no 36”, “no 28”, “no 25”, “ponto final do 29”, além de contar com uma grande área rural intitulada “Vale dos peões” e Fazenda Yung. O bairro conta com asfaltamento nas ruas principais, possui 1 creche, 3 escolas de Ensino Fundamental e 1 de Ensino médio; há UBS, diversas igrejas, muitas evangélicas. Recentemente o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – unidade pública do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável pela oferta de serviços, programas e benefícios da proteção social básica, especialmente voltados a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social – se instalou na rua principal. Há também um diversificado comércio local como padarias, bares, armarinhos, lojas de roupas, açougues, farmácias, armazéns, mercadinhos, algumas fábricas e depósitos de material de construção.

O bairro Linhares é uma comunidade periférica de Juiz de Fora, está marcado pela sua vulnerabilidade social, pela precariedade e pela violência. A vivência de alguns moradores locais está atrelada à existência da instituição penal no território local. No bairro está localizada a Penitenciária José Edson Cavaliere, unidade do sistema prisional estadual de Minas Gerais situada na Rua Diva Garcia, nº 3351, que integra o complexo de unidades correcionais da cidade e tem impacto sobre as dinâmicas urbanas e sociais da região.

Nesse contexto, parte das famílias passou a se estabelecer no território em razão da proximidade com parentes privados de liberdade, o que contribuiu para a consolidação de vínculos de pertencimento ao bairro, ao mesmo tempo em que reforçou um estigma social associado à criminalidade e à transgressão, frequentemente projetado sobre os moradores locais de forma generalizada. Observa-se que, diante da ausência ou fragilidade da atuação do poder público

como regulador da vida social, emerge, no cotidiano, a necessidade de algum tipo de organização que dê sentido e previsibilidade às relações sociais em meio às múltiplas expressões da violência urbana. Nesse vazio institucional, o crime organizado tende a se impor como instância de ordenamento territorial, exercendo controle por meio do medo, da coerção e da violência, e punindo, muitas vezes de forma brutal, aqueles que desafiam ou não se submetem às lideranças das facções que atuam na região.

As instituições públicas presentes nesse território, embora juridicamente vinculadas ao Estado, encontram-se igualmente atravessadas por essa lógica de poder exercida pelas associações criminosas, tendo suas ações condicionadas, em muitos casos, por práticas de ameaça, intimidação e controle informal. O que confere especificidade a esse bairro em relação a outras comunidades marcadas pela presença do crime é sua estreita relação com a penitenciária, uma vez que os sujeitos que realizam visitas frequentes aos apenados são, majoritariamente, mulheres — esposas e mães — acompanhadas de crianças, muitas das quais residem no próprio território. Em razão disso, estabelece-se na comunidade uma orientação tácita no sentido de preservar equipamentos públicos como Unidades Básicas de Saúde, creches e escolas, uma vez que esses espaços atendem diretamente familiares próximos dos próprios apenados. Tal dinâmica demonstra como o controle territorial se reorganiza a partir de vínculos afetivos e familiares, produzindo uma forma particular de ordenamento social que, embora não institucional, interfere diretamente no funcionamento dos serviços públicos e na vida cotidiana da população local.

Em uma conversa que tive com um suposto chefe da facção local, ele afirmou: *“Já avisamos que não é pra quebrar o posto de saúde, nem desrespeitar a escola, porque aqui na rua quem manda é nós, pode vir o até o Papa, mas quem resolve é nós”*.

Apesar de haver uma rotatividade entre os chefes de facção devido à prisão ou morte, a mesma lógica se perpetua na transição entre as lideranças de uma mesma facção. Neste contexto, a presença de pessoas de fora é sempre muito vigiada e a circulação de desconhecidos pelo bairro não é feita sem riscos reais à integridade física.

Imagem 7 - Escola Municipal (CAIC) da Zona Leste – Linhares (2024)



Fonte: acervo pessoal

Imagem 8- Escola Estadual da Zona Leste.



Fonte: acervo pessoal

Imagem 9 - Igreja Católica do Linhares.



Fonte: Acervo Pessoal

Imagem 10- Escola Municipal do Linhares



Fonte: acervo pessoal

Imagem 11- Unidade Básica de Saúde (UBS) Linhares



Fonte: acervo pessoal

É nesse território específico da Zona Leste periférica de Juiz de Fora, marcado pela ausência sistemática do poder público e pela precarização dos serviços estatais, que se desenvolveu a escuta das mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Nesse contexto, a aparente desordem do cotidiano é, na prática, administrada por uma ordem paralela, exercida por grupos ligados ao crime organizado. Em determinadas ruas, entre o comércio local e as moradias, observam-se pontos de circulação e vigilância informal, nos quais não há acusações explícitas ou nomeações diretas, mas cujo funcionamento é amplamente reconhecido pelos moradores como espaços sob controle de facções, organizados segundo hierarquias próprias do tráfico.

Os/as moradores/as compreendem que nesses locais opera uma forma de poder coercitivo que se impõe paralelamente à segurança pública institucional, regulando comportamentos e oferecendo uma espécie de justiça extraoficial para conflitos cotidianos. Essa busca por instâncias paralelas de resolução de problemas está diretamente relacionada à ineficiência, lentidão ou ausência de resposta dos serviços públicos, como polícia militar, SAMU, conselho tutelar e outros equipamentos estatais, que frequentemente não chegam ou demoram a atender às demandas da população, apesar do pagamento regular de impostos.

Nesse cenário, consolidou-se uma prática local conhecida como “desenrolo”, acionada principalmente por mulheres, que recorrem a figuras

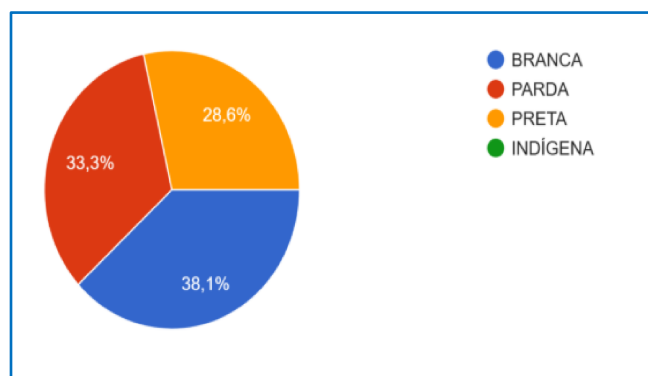
centrais do comando territorial — como o “dono do morro” ou o “patrão” — para intermediar conflitos que vão desde episódios de violência doméstica, desavenças entre vizinhos, pequenos furtos e ofensas. O “desenrolo” funciona como um mecanismo rápido de resolução, no qual a simples ameaça de recorrer a essa instância já é suficiente para produzir efeitos imediatos, dada a consciência coletiva dos riscos associados ao chamado “tribunal do crime”.

Dessa forma, a facção local estabelece padrões de comportamento considerados aceitáveis no território, interferindo inclusive no funcionamento de escolas, postos de saúde, comércio e transporte público. As mulheres em situação de pobreza e vulnerabilidade que vivem nessa região conhecem profundamente essa lógica e negociam cotidianamente com ela, respeitando regras implícitas como estratégia de sobrevivência, proteção de seus filhos e filhas, e preservação do pouco patrimônio que possuem. É nesse contexto de controle, medo, ausências institucionais e arranjos informais de poder que se inscrevem as experiências, percepções e narrativas das mulheres escutadas ao longo desta pesquisa.

2.4 PERFIL DAS INTERLOCUTORAS

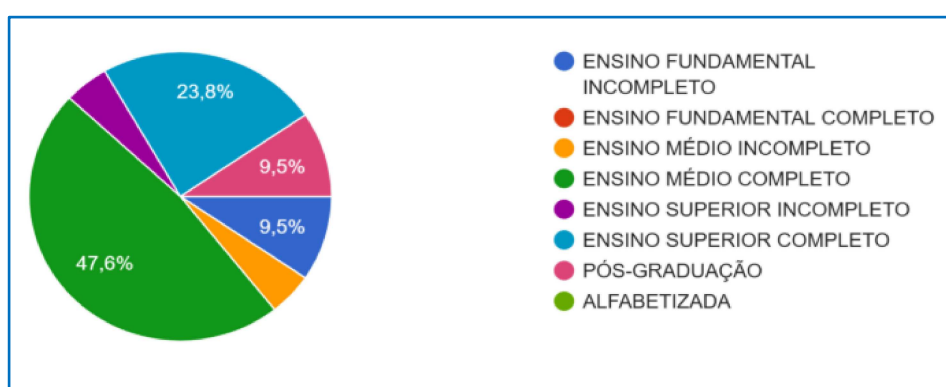
Cada interlocutora possui sua história de vida marcada pelas complexidades oriundas das condições materiais de existências e dos condicionamentos sociais impostos às mulheres moradoras de territórios periféricos. Foram entrevistadas 22 mulheres na segunda etapa da pesquisa, na faixa etária de 18 até 50 anos. Em se tratando de estado civil, 30% das participantes se declararam solteiras, 25% divorciadas e 45% declararam ter parceiro conjugal. No que diz respeito à cor/raça, podemos observar o predomínio de mulheres negras que totalizam 61,9% (pardas: 33,3%; pretas: 28,6%), fator essencial para pensar em políticas que promovam políticas sociais mais justas e equitativas, além de fomentar o direito à autorrepresentação.

Gráfico 01 – Cor/raça das entrevistadas



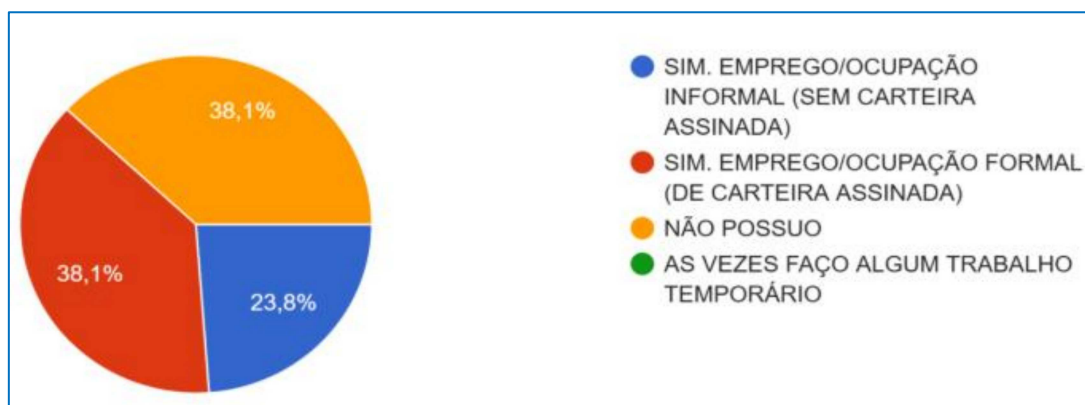
No que diz respeito ao nível de escolaridade, 9,5% possuem o ensino fundamental incompleto, 47% das mulheres possuem o Ensino Médio completo, 23% delas possuem Ensino Superior e 9,5% possuem pós-graduação. Estes dados de escolaridade apresentam relação direta com a ocupação, visto que somente 40% possuem emprego formal. As demais participantes oscilam entre não ter ocupação ou trabalhar informalmente em casa, ou fazer pequenos bicos.

Gráfico 02 - Grau de escolaridade das entrevistadas



A renda obtida pelo trabalho informal é insuficiente para prover a casa, os/as filhos/as e a família, uma vez que os ganhos financeiros dependem de muitas variáveis como fator tempo, clientela, condições de saúde e, principalmente, ter atendido todas as demandas domésticas.

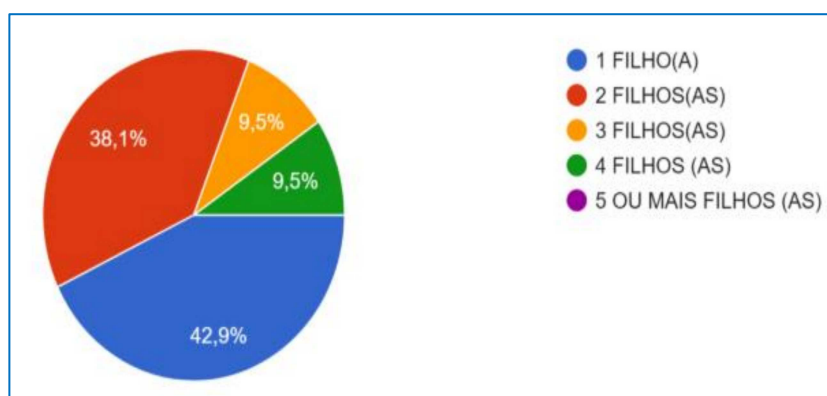
Gráfico 03 – situação ocupacional



Algumas das atividades informais exercidas pelas interlocutoras, como o trabalho de faxina, podem ser compreendidas como extensões do trabalho doméstico realizado no interior do lar. Essa continuidade entre o espaço doméstico e o mercado de trabalho mostra a persistência da desvalorização social dessas ocupações, historicamente associadas ao feminino. O baixo prestígio atribuído a tais funções se reflete em rendimentos financeiros reduzidos, mesmo quando se trata de atividades fisicamente desgastantes, realizadas sob condições precárias e, muitas vezes, em jornadas extensas.

No que se refere às taxas de natalidade, as mulheres participantes desta pesquisa relataram ter entre um e quatro filhos por residência, o que converge com os dados do IBGE, que vêm apontando, de forma consistente, a redução do número médio de filhos por mulher no Brasil nas últimas décadas. Contudo, para além da diminuição do tamanho das famílias, observa-se também uma reconfiguração das redes de cuidado, marcada pela menor participação de parentes na criação das crianças. Nesse sentido, 85% das entrevistadas afirmaram não cuidar de outras crianças além de seus próprios filhos, o que pode indicar um enfraquecimento de formas mais coletivas de socialização e educação, tradicionalmente presentes em contextos populares, e um deslocamento em direção a arranjos familiares mais individualizados. Corroborando essa tendência, nenhuma das famílias investigadas se caracterizou como multigeracional, não havendo a presença de avós ou outros idosos coabitando o mesmo núcleo familiar ou compartilhando o mesmo lote ou pátio, o que contribui para ampliar a sobrecarga do cuidado concentrada nas mulheres.

Gráfico 4 – Número de filhos por mulheres



Para fins de síntese e organização das informações empíricas, o perfil das participantes é apresentado de duas formas esquemáticas, em que os nomes das interlocutoras foram substituídos por pseudônimos, de modo a preservar sua identidade. De um lado, as minibiografias a seguir constituem breves sínteses de trajetórias construídas a partir das falas das próprias interlocutoras, aqui recortadas e articuladas de modo a oferecer um perfil geral de suas vidas e experiências. Não se trata, portanto, de reduzir histórias complexas a pequenos parágrafos ou de esgotar a riqueza de cada trajetória individual. De outro lado, os dois quadros cuja separação dos dados buscou evidenciar as condições sociodemográficas e ocupacionais das interlocutoras (idade, número de filhos, escolaridade e ocupação) e, no quadro seguinte, suas relações com políticas públicas, redes de apoio doméstico e pertencimento territorial (beneficiária de políticas públicas, apoio nos afazeres domésticos, bairro, religião), permitindo uma visão integrada das condições sociais e das trajetórias das mulheres entrevistadas, e permitindo uma leitura articulada entre trabalho, cuidado e vulnerabilidade social.

Quadro 1 – Perfil sociodemográfico e ocupacional das interlocutoras

PSEUDÔNIMO	IDADE	NÚMERO DE FILHOS	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO / PROFISSÃO
Janete	39	1	Ensino superior	Auxiliar de consultório

Janice	41	1	Ensino superior	Assistente administrativa
Lúcia	43	3	Ensino médio	Artesã
Ketlen	38	4	Ensino fundamental incompleto	Não possui
Aline	45	1	Ensino médio	Sacoleira
Amanda	45	2	Pós-graduação	Professora
Vanessa	34	2	Ensino médio	Não possui
Miranda	33	1	Ensino superior	Despachante
Verônica	47	2	Ensino médio	Não possui
Deise	44	2	Ensino superior incompleto	Não possui
Ísis	38	2	Ensino médio	Não possui
Diana	34	1	Ensino médio	Não possui
Tatiane	34	1	Ensino superior	Professora
Maria	40	4	Ensino superior completo	Professora e trancista
Mariana	24	2	Ensino médio	Escovista
Ingrid	32	3	Ensino fundamental	Cabeleireira
Melissa	37	1	Ensino médio	Salgadeira
Ester	26	3	Ensino médio	Atividade informal esporádica
Luzia	38	2	Ensino fundamental	Faxineira (informal)
Alineia	45	3	Ensino fundamental	Não possui
Raiane	33	1	Ensino superior completo	Secretária
Jaqueline	25	1	Ensino médio incompleto	Balconista

Quadro 2 – Políticas públicas, redes de apoio e pertencimento territorial

PSEUDÔNIMO	BENEFICIÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS	APOIO NOS AFAZERES DOMÉSTICOS	BAIRRO	RELIGIÃO
Janete	Não	Não	Linhares	Católica
Janice	Não	Às vezes	JK	Católica
Lúcia	Não	Sim	São Benedito	Evangélica
Ketlen	Sim (LOAS)	Não informado	São Benedito	Não informado
Aline	Sim (Bolsa Família)	Não	São Benedito	Evangélica
Amanda	Não	Às vezes	São Benedito	Não informado
Vanessa	Não	Não	Linhares	Evangélica
Miranda	Não	Não informado	Linhares	Não informado
Verônica	Não	Não	Linhares	Não possui
Deise	Não	Não	Linhares	Evangélica
Ísis	Sim (LOAS e Bolsa Família)	Não informado	Linhares	Não possui
Diana	Sim (Bolsa Família)	Não	Linhares	Católica
Tatiane	Não	Não	Linhares	Evangélica
Maria	Não	Não informado	JK	Evangélica
Mariana	Sim (Bolsa Família)	Sim	JK	Não possui
Ingrid	Sim (Bolsa Família)	Sim	JK	Evangélica
Melissa	Não participa	Às vezes	São Benedito	Evangélica
Ester	Sim (LOAS e Bolsa Família)	Às vezes	Linhares	Evangélica
Luzia	Não	Às vezes	São Benedito	Evangélica
Alineia	Não participa	Às vezes	São Benedito	Evangélica
Raiane	Não participa	Sim	Linhares	Católica

Jaqueline	Sim (Bolsa Família)	Sim	Linhares	Católica
-----------	---------------------	-----	----------	----------

Alineia tem 45 anos e teve sua primeira filha aos 25. Atualmente, é mãe de três meninas. A mais nova tem 10 anos; a filha mais velha, Sabrina, casou-se recentemente; Samara, a filha do meio, trabalha fora durante todo o dia; e Sara, a caçula, estuda em uma escola próxima de casa e auxilia Alineia nos afazeres domésticos.

Alineia cursou até o ensino fundamental. Embora tenha retornado à escola já na vida adulta, não conseguiu dar continuidade aos estudos. Iniciou sua trajetória de trabalho muito cedo, aos 10 anos de idade, atuando informalmente como empregada doméstica. Hoje, não realiza mais serviços de faxina, e a renda familiar provém exclusivamente do trabalho de seu esposo.

Ela não é beneficiária de programas de transferência de renda governamentais e afirma que o salário do marido tem sido suficiente para a manutenção da família. Atualmente, não exerce atividade remunerada, formal ou informal, dedicando seus dias integralmente ao trabalho do cuidado em sua própria casa. Sua rotina envolve lavar, passar, cozinhar, organizar a casa e cuidar de Sara.

Alineia relata que seu esposo, Jorge, contribui com algumas tarefas, como organizar a cozinha e lavar roupas, mas ressalta que a maior parte das responsabilidades domésticas recai sobre ela. Em relação ao trabalho do cuidado, afirma vivenciá-lo como algo “gratificante” e comenta que, se tivesse mais tempo livre, gostaria de aprender crochê. Evangélica, Alineia orienta as filhas dentro dessa fé, que é compartilhada e apoiada por toda a família.

Janete tem 39 anos, se autodeclara preta e teve sua primeira e única filha, Mariana, aos 33 anos. Atualmente, a criança tem 6 anos. Janete mora no bairro Linhares com a filha e com Jorge, seu companheiro e pai da criança.

Ela concluiu o ensino superior e trabalha como auxiliar em um consultório odontológico, deslocando-se diariamente de moto para o trabalho. O companheiro também contribui financeiramente com as despesas da casa. Janete não é beneficiária de programas de transferência de renda.

Para que possa trabalhar, Mariana permanece em creche de tempo integral, sendo o pai responsável por buscá-la ao final do turno. Sua rotina se divide entre o trabalho formal, os cuidados com a filha e os afazeres domésticos. A família passa o dia fora de casa e se reúne no fim da tarde. Todos professam a fé católica.

Janice tem 41 anos, se autodeclara preta e teve seu primeiro filho, Benício, aos 35 anos, quando ainda morava sozinha. Após o nascimento da criança, Igor, pai de Benício, passou a residir com eles em um lote com várias casas no bairro JK.

Janice concluiu dois cursos de ensino superior e trabalha como assistente administrativa em uma empresa privada, utilizando transporte público para se deslocar até o trabalho. Benício estuda em escola de tempo integral, e o casal se organiza alternando quem leva e quem busca a criança.

No período da noite, Janice acompanha as tarefas escolares do filho, cuida do banho e das rotinas domésticas. A família se declara católica, embora não seja praticante.

Lúcia tem 43 anos, se autodeclara parda, concluiu o ensino médio e é divorciada. Mora no bairro São Benedito com seus três filhos: Júlio, Kely e Israel. Júlio, o mais velho, nasceu quando Lúcia tinha 20 anos e atualmente contribui financeiramente com a casa, pois já trabalha.

Lúcia é pessoa com deficiência (PNE), apresenta limitações de mobilidade e enfrenta questões relacionadas à saúde mental. Em razão disso, os filhos mais novos colaboram nos afazeres domésticos. Até recentemente, uma tia a auxiliava nas rotinas da casa, mas deixou de fazê-lo por problemas de saúde.

Ela não é beneficiária de programas governamentais e sua renda provém da produção e venda de artesanato, como chinelos decorados e acessórios, o que torna seus ganhos instáveis. A família é evangélica, embora a participação nos cultos tenha diminuído devido às dificuldades de saúde de Lúcia. Mesmo diante das limitações, ela afirma se esforçar para continuar sendo o principal alicerce de sua família.

Ketlen tem 38 anos, se autodeclara branca, possui ensino fundamental incompleto e é divorciada. Teve seu primeiro filho aos 20 anos e, ao todo, é mãe de quatro crianças. Atualmente, apenas dois filhos moram com ela no bairro São Benedito; os mais velhos residem com o pai.

Os filhos menores, Mateus e Matias, ambos com menos de 5 anos, foram diagnosticados com autismo. Matias é não verbal e cadeirante; Mateus apresenta autismo associado ao TDAH. Ambos demandam cuidados permanentes, o que torna sua rotina intensa e exaustiva.

Ketlen não exerce atividade remunerada e dedica-se integralmente aos cuidados com os filhos, levando-os à escola, às terapias e às consultas médicas. Segundo ela, o pai das crianças não participa do cuidado cotidiano e não contribui financeiramente. A renda da família é composta exclusivamente pelo benefício do LOAS, sendo Ketlen a principal responsável pela casa e pelos filhos.

Aline tem 45 anos, se autodeclara parda e teve seu único filho, Lucas, aos 37 anos. Atualmente, o menino tem 8 anos. Ela vive em união estável com o atual companheiro, que não é o pai biológico da criança, mas contribui financeiramente com as despesas da casa. Aline recebe o benefício Bolsa Família.

Ela concluiu o ensino médio e atua informalmente como sacoleira, exercendo atividade remunerada apenas enquanto o filho está na escola. A escola de Lucas fica distante da residência, exigindo deslocamento por transporte público.

Aline relata não contar com rede de apoio para os cuidados e afirma sentir-se “desamparada” quando precisa se ausentar ou conciliar trabalho e responsabilidades domésticas. Evangélica, orienta o filho nessa fé, embora nem todos os familiares a compartilhem, mantendo, segundo ela, uma convivência respeitosa.

Amanda tem 45 anos, se autodeclara parda e teve seu primeiro filho, Yuri, aos 24 anos. Atualmente, possui dois filhos que moram com ela e com o pai das crianças.

Ela concluiu o ensino superior em licenciatura e realizou pós-graduação, atuando formalmente como professora. O esposo e o filho mais velho, também contribuem financeiramente com a casa. Amanda trabalha meio período, enquanto o companheiro atua como autônomo, o que permite certa organização no cuidado do filho mais novo, Gabriel.

Embora conte eventualmente com ajuda de familiares, Amanda afirma que a maior parte das responsabilidades com a casa e com o filho menor recai sobre ela.

Vanessa tem 34 anos, se autodeclara negra e é mãe de dois filhos: Lúcia, de 10 anos, e Israel, de 6. Concluiu o ensino médio e deixou um emprego formal quando engravidou. Recentemente, voltou a distribuir currículos em busca de trabalho.

Ela não participa de programas de transferência de renda e depende financeiramente do companheiro, Valter, que é o único provedor da família. Como moram de aluguel e estão construindo a própria casa, Valter realiza horas extras para arcar com as despesas.

Vanessa dedica-se integralmente aos cuidados com os filhos, às demandas escolares e aos afazeres domésticos. Cresceu em instituição de acolhimento e afirma que esta é sua primeira experiência de vida familiar estruturada. A família é evangélica e participa ativamente da igreja.

Miranda tem 30 anos, se autodeclara parda e teve sua filha, Emily, aos 22 anos. Mora no bairro Linhares com a criança e com Jeferson, pai de Emily.

Ela concluiu o ensino superior e trabalha informalmente como despachante de veículos. O companheiro contribui financeiramente, mas, segundo Miranda, não participa dos afazeres domésticos, embora ajude nos cuidados com a filha.

Quando precisa trabalhar fora em horários alternativos, conta com o apoio da mãe e de uma sobrinha, que compõem sua principal rede de apoio. Miranda orienta a filha na fé cristã, embora relate que nem todos da família apoiem essa escolha.

Verônica tem 47 anos, se autodeclara branca e teve seu primeiro filho aos 18 anos. É mãe de dois filhos: Ronald, de 29 anos, que mora em outra residência, e Adriano, de 9 anos, que vive com ela.

Ela concluiu o ensino médio e trabalhou como cuidadora de idosos, mas atualmente está desempregada. Não possui renda própria e depende financeiramente do companheiro, com quem mora. Verônica não participa de programas de transferência de renda.

Sua rotina é integralmente dedicada aos afazeres domésticos e aos cuidados com o filho mais novo. A família não segue uma religião específica, embora o filho mais velho frequente ocasionalmente uma igreja evangélica.

Jaqueline tem 25 anos, se autodeclara negra e teve seu filho, Lucas, aos 21 anos. Atualmente, a criança tem 4 anos e ainda não frequenta a educação infantil.

Ela cursou o ensino médio incompleto e trabalha formalmente como balconista em uma cafeteria. Pela manhã, cuida do filho e das tarefas domésticas; à tarde, trabalha e deixa a criança sob os cuidados da mãe, avó de Lucas.

Jaqueline mora com o companheiro e o filho. As tarefas domésticas são parcialmente divididas, mas ela afirma que a maior parte permanece sob sua responsabilidade. A família participa da igreja católica e Jaqueline é beneficiária do Bolsa Família, embora considere a renda insuficiente.

Deise tem 44 anos, se autodeclara branca e com ensino superior incompleto. Teve seu primeiro filho aos 23 anos e a segunda filha aos 34. Atualmente, mora com os dois filhos e não mantém contato com o pai das crianças.

Ela não possui emprego formal, não recebe pensão e não participa de programas de transferência de renda. A principal contribuição financeira da casa vem do filho mais velho.

Deise dedica-se integralmente aos afazeres domésticos e ao acompanhamento escolar da filha mais nova. A família é evangélica e participa regularmente das atividades da igreja.

Isis tem 38 anos, se autodeclara branca e concluiu o ensino médio. É mãe de Alice, de 5 anos, diagnosticada com autismo e com necessidade de cuidados permanentes, e de André, de 2 anos.

Alice recebe o benefício do LOAS, e a renda familiar é composta pelo Bolsa Família, pelo LOAS e pela contribuição do companheiro, que reside com a família. Isis não trabalha fora e dedica-se integralmente aos cuidados das crianças e da casa.

Ela relata dificuldade em inserir André na creche devido à rigidez dos horários, o que limita ainda mais suas possibilidades de organização cotidiana.

Raiane tem 33 anos, se autodeclara branca, concluiu o ensino superior e é mãe de Lívia, de 1 ano e 9 meses. Mora com o companheiro e a filha.

Ela trabalha como secretária em uma clínica, saindo cedo de casa e retornando apenas no início da noite. A criança não frequenta creche, ficando sob os cuidados de uma babá em residência própria. O esposo, que possui jornada de trabalho menor, é responsável por levar e buscar a filha.

Mesmo com ajuda do companheiro, Raiane afirma que a maior parte das tarefas domésticas permanece sob sua responsabilidade. A família é católica e participa da igreja.

Diana tem 34 anos, se autodeclara branca, concluiu o ensino médio e é mãe de Jessé, de 3 anos. Ela participa do Bolsa Família, embora a principal renda da casa seja proveniente do companheiro.

Diana não exerce atividade remunerada e dedica-se integralmente aos cuidados com o filho e à organização da casa. Jessé frequenta a escola apenas no período da tarde.

Tatiane tem 34 anos, se autodeclara parda e concluiu o ensino superior. Teve sua única filha aos 24 anos, atualmente com 10 anos. Mora com a criança no bairro Linhares e é separada do pai da menina.

Ela trabalha formalmente como professora da rede pública e complementa a renda como manicure. Não recebe pensão nem participa de programas de transferência de renda, sendo a única responsável financeira da casa.

Tatiane organiza sua rotina entre trabalho, cuidados domésticos e acompanhamento escolar da filha. Conta com o apoio da mãe, da avó e da irmã quando precisa se ausentar. É evangélica e realizou laqueadura recentemente, afirmando estar satisfeita com a decisão.

Maria tem 40 anos, se autodeclara preta e teve o primeiro de seus quatro filhos aos 16 anos. Mora no bairro JK com todos eles e não mantém boa relação com o pai das crianças.

Ela concluiu o ensino superior e trabalha formalmente como professora, além de atuar informalmente como trancista aos fins de semana. Os filhos mais velhos contribuem financeiramente e auxiliam nos cuidados com os menores.

Apesar da divisão de tarefas, Maria afirma que a maior parte das responsabilidades domésticas recai sobre ela. Frequenta igreja evangélica e orienta os filhos nessa fé.

Mariana tem 24 anos, se autodeclara preta, é solteira e concluiu o ensino médio. Teve seu primeiro filho aos 19 anos e atualmente é mãe de duas crianças pequenas. Mora com a mãe e os filhos no bairro JK. Trabalha informalmente como escovista e recebe o Bolsa Família. Sua mãe é sua principal rede de apoio, tanto no cuidado com as crianças quanto na contribuição financeira. Mariana não frequenta religião.

Ingrid tem 32 anos, se autodeclara parda, é casada e cursou o ensino fundamental incompleto. É mãe de três filhos e mora com a família no bairro JK. Trabalha informalmente como cabeleireira, participa do Bolsa Família e divide as despesas com o esposo. Pela manhã, cuida das crianças e conta com o apoio de uma bisavó quando precisa trabalhar. A família é evangélica, e Ingrid orienta os filhos nessa religião.

Melissa tem 37 anos, se autodeclara parda e concluiu o ensino médio. É mãe de um menino de 10 anos e mora com o esposo e o filho no bairro São Benedito. Atua informalmente como salgadeira e não participa de programas de transferência de renda. Afirmar que divide as responsabilidades domésticas com o companheiro, embora reconheça que, por trabalhar em casa, a maior parte do cuidado recaia sobre ela. Quando precisa se ausentar, conta com o apoio dos pais.

Ester tem 26 anos, se autodeclara preta e concluiu o ensino médio. Teve seu primeiro filho aos 16 anos e atualmente cuida de três crianças: dois filhos biológicos e uma sobrinha, que considera filha de criação.

Recebe o LOAS e o Bolsa Família, mas afirma que a renda é insuficiente, complementando-a com trabalhos informais aos fins de semana. O esposo contribui financeiramente, mas chega tarde em casa, ficando Ester responsável por todo o cuidado cotidiano.

Ela orienta os filhos na fé evangélica e conta ocasionalmente com o apoio da sogra.

Luzia tem 38 anos, se autodeclara parda e cursou o ensino fundamental. É mãe adotiva de duas meninas e mora com o esposo no bairro São Benedito.

Trabalha informalmente como faxineira e depende financeiramente do companheiro. Quando precisa trabalhar, conta com o apoio da escola ou de vizinhos. Em períodos de férias escolares, a demanda por faxinas diminui.

Luzia dedica-se intensamente à organização da casa e aos cuidados com as crianças, afirmando ser rigorosa com a divisão das tarefas. A família frequenta a igreja evangélica Assembleia de Deus.

De forma sintética, a análise conjunta dos dados revela um perfil marcado por forte vulnerabilidade socioeconômica, ainda que atravessado por trajetórias heterogêneas. A maioria das interlocutoras encontra-se na faixa etária adulta (entre 30 e 45 anos); elas têm de um a quatro filhos(as), o que indica responsabilidades de cuidado concentradas no cotidiano feminino. Observa-se predominância de baixa e média escolaridade, embora coexistam casos pontuais de ensino superior e pós-graduação, sem que isso se traduza, necessariamente, em inserção estável ou valorizada no mercado de trabalho.

No que se refere à ocupação, destaca-se a presença significativa de atividades informais ou de baixa remuneração, muitas delas diretamente relacionadas ao trabalho reprodutivo e de cuidado — como faxina, artesanato, produção de alimentos e serviços estéticos —, além de um número expressivo de mulheres sem ocupação remunerada. Mesmo entre aquelas com formação superior, a inserção profissional aparece frequentemente marcada pela precarização e pela instabilidade. A dupla ou tripla jornada aparece como um traço comum, indicando que o acesso ao emprego remunerado não implica, necessariamente, redistribuição das responsabilidades domésticas. Ao contrário, em muitos casos, o trabalho assalariado se soma às tarefas do cuidado, ampliando a sobrecarga física, emocional e psíquica dessas mulheres.

Parcela relevante das entrevistadas é beneficiária de políticas públicas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família e o LOAS, o que reforça a centralidade dessas políticas para a sobrevivência das famílias. Ainda assim, nota-se que o acesso a redes de apoio nos afazeres domésticos é limitado ou intermitente, recaindo majoritariamente sobre as próprias mulheres a

responsabilidade pelo cuidado da casa e dos filhos. Territorialmente, as interlocutoras concentram-se nos bairros Linhares, São Benedito e JK (Zona Leste periférica de Juiz de Fora), e apresentam forte presença de vinculação religiosa evangélica, elemento que atravessa práticas de sociabilidade e redes de suporte simbólico.

Em conjunto, os dados reforçam que as desigualdades vivenciadas por essas mulheres não se explicam apenas por renda ou escolaridade, mas pela articulação entre gênero, classe, território e responsabilidades de cuidado, mostrando como a precarização da vida cotidiana se reproduz de forma estrutural e profundamente generificada.

3 EXPERIÊNCIAS E TRAJETÓRIAS: COTIDIANO, FAMÍLIA E DESIGUALDADES

Conforme foi dito anteriormente, em razão das dificuldades em agendar as entrevistas com as interlocutoras, as entrevistas foram conduzidas por uma equipe composta por mim e por quatro professoras colaboradoras, que atuaram de forma articulada desde a aplicação do questionário inicial de identificação de perfil e interesse das participantes até o agendamento e a realização das entrevistas em profundidade. Esse trabalho coletivo possibilitou uma aproximação cuidadosa com o campo e contribuiu para a construção de um ambiente de confiança entre pesquisadoras e interlocutoras.

A prática da escuta atenta e qualificada permitiu acessar não apenas informações objetivas, mas também os afetos, valores e significados atribuídos ao cuidado no cotidiano das mulheres entrevistadas. Ao longo das narrativas, emergiram contradições na forma como as interlocutoras percebem a si mesmas, suas responsabilidades e seus limites, revelando tensões entre naturalização, resignação e desejo de transformação. Esse processo de escuta, longe de ser neutro, instigou um exercício de reflexão crítica e abriu espaço para a imaginação de outros modos possíveis de organizar a vida social.

Ao tratar de temas que, no cotidiano das periferias, tendem a ser naturalizados como óbvios ou “normais” — como o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e a sobrecarga feminina —, a pesquisa constituiu-se também como um exercício democrático de participação social. A possibilidade de nomear, narrar e refletir sobre essas experiências conferiu centralidade às vozes das mulheres, cujas falas se mostraram fundamentais para pensar políticas públicas mais sensíveis às desigualdades estruturais de gênero, raça e classe, e comprometidas com a redução das assimetrias que marcam suas condições de vida.

A maior parte das entrevistas foi feita no período das férias de janeiro e de julho de 2025, uma vez que a maioria das mães foram obrigadas a permanecer em casa para cuidar dos seus filhos. Enquanto a escola não entrou de férias, houve bastante dificuldade para encontrar as interlocutoras a fim de serem entrevistadas, visto que alegavam estarem sempre “abafadas” com bicos, trabalhos informais, fazendo faxinas ou no deslocamento entre levar e buscar crianças. O apoio das diretoras e das professoras foi fundamental para validar a participação das mulheres que aparentemente mantêm uma boa relação com a

equipe escolar e percebem na escola uma rede de apoio séria na educação dos (as) filhos (as).

As professoras são moradoras dos bairros na Zona Leste (Linhares, São Benedito, São Bernardo e JK), o que facilitou a abordagem e a permanência no interior da residência para a gravação das entrevistas, uma vez que, mesmo não tendo intimidade, houve maior confiança e segurança em ter uma profissional da educação dentro das suas casas. Como as comunidades estão inseridas em contextos vulneráveis e de violência, a participação das educadoras foi essencial para que houvesse menos insegurança com quem as interlocutoras estariam colocando dentro de suas casas, bem como o que seria feito com as informações pessoais que elas estavam cedendo. Outra parte da entrevista foi feita na área coletiva externa ao portão da escola, pois o prédio possui um pátio com bancos de concreto, com a finalidade pessoas poderem aguardar a entrada e saída das crianças.

É importante enfatizar que em pesquisas qualitativas, numa situação de entrevista, há uma relação de poder envolvida entre quem pergunta e quem responde, no sentido de que há o risco de que os sujeitos envolvidos respondam o que é socialmente esperado em uma pergunta, principalmente quando se trata de maternidade. Neste sentido é preciso considerar que a mediação das professoras e o seu papel escolar na vida das crianças da comunidade carregam aspectos que estão intimamente ligadas a uma instituição escolar com padrões normativos de comportamento. Isto significa que mesmo estabelecendo uma relação de confiança entre as interlocutoras, pode haver uma dimensão performativa da fala, que ressalta valores socialmente aceitos como gratidão, satisfação e amor incondicional, consequentemente modulado a narrativa de cada uma das entrevistadas. Isto não significa que os dados coletados não sejam válidos, pois no senso comum, é esperado que “mães” cultivem virtudes morais, verbalizem um amor sacrificial e mantenham habilidades para o cuidado como aspectos inerentes ao gênero feminino. Entretanto, no processo de escuta, ao se aprofundar no que diz respeito aos trabalhos do cuidado e nas desigualdades de gênero, foi oportunizado que as mulheres se comunicassem para além do que é esperado para o gênero feminino no que se refere aos trabalhos do cuidado, ressaltando os ganhos, mas também os ônus quando se trata das

desigualdades produzidas pelas disparidades de gênero e de classe.

3.1 MATERNIDADE

Este subcapítulo tem como objetivo analisar as percepções sobre a maternidade a partir das narrativas de mulheres periféricas da Zona Leste de Juiz de Fora, considerando os sentidos que elas próprias atribuem à experiência de ser mãe. De modo geral, os relatos iniciais enfatizam uma percepção positiva da maternidade, frequentemente associada à realização pessoal, ao sentimento de completude e à valorização social. Ainda que as entrevistadas reconheçam o trabalho intenso e as responsabilidades envolvidas no cuidado cotidiano, a maternidade aparece, em um primeiro momento, como uma experiência desejável e significativa.

É importante considerar, contudo, que essas percepções podem estar parcialmente atravessadas por um efeito performativo da situação de entrevista. Diante de entrevistadoras que ocupam o lugar social de professoras na comunidade em que vivem, muitas mulheres tendem a acionar um ideal normativo de maternidade, socialmente valorizado, marcado por dedicação, amor incondicional e abnegação. À medida que as entrevistas se aprofundam, no entanto, emergem tensões, contradições e ambiguidades: a sobrecarga física, o cansaço emocional, a ausência de redes de apoio e as renúncias impostas pelo cuidado vão sendo nomeadas, revelando o peso material e subjetivo da maternidade no cotidiano dessas mulheres.

As vivências da maternidade, portanto, não podem ser compreendidas fora das condições socioeconômicas, históricas e simbólicas que as estruturam. Os valores morais e emocionais associados ao ser mãe são construídos em processos complexos, que envolvem heranças geracionais, normas culturais, expectativas sociais e relações de poder. Os legados transmitidos entre mulheres de diferentes gerações oscilam entre continuidades e enfrentamentos, sobretudo no que diz respeito à responsabilização desigual pelo trabalho doméstico e pelo cuidado. Assim, maternidade, conjugalidade e trajetória

profissional se entrelaçam em um campo permanente de negociações e dilemas nas experiências femininas.

Em contextos marcados por restrições no acesso a direitos, precariedade econômica e desigualdades raciais e territoriais, as possibilidades de reconhecimento social por meio do trabalho assalariado, da escolarização ou da ascensão profissional tornam-se limitadas para mulheres periféricas. O discurso liberal da igualdade de oportunidades e da meritocracia desconsidera essas condições estruturais, ao supor capacidades abstratas e ignorar as desigualdades reais produzidas por sistemas racistas, sexistas e de classe. Nesse cenário, a maternidade pode adquirir um sentido específico de valor e reconhecimento, não como compensação econômica, mas como fonte de dignidade social e afirmação subjetiva.

Em comunidades atravessadas pela violência, pela presença precária do Estado e pela insuficiência de políticas públicas, a maternidade aparece, para muitas mulheres, como um elemento que confere sentido à luta cotidiana pela sobrevivência. A gestação bem-sucedida, a adoção concretizada ou o crescimento saudável dos filhos são vivenciados como conquistas importantes, capazes de produzir satisfação e orgulho. Pequenas vitórias — como aniversários, avanços escolares, formaturas ou conquistas esportivas dos filhos — ganham centralidade como marcos de realização pessoal e familiar.

Nesse sentido, o relato de Alineia é emblemático. Ao falar sobre o nascimento da primeira filha, aos 25 anos, ela afirma que a maternidade transformou sua vida de maneira profundamente positiva:

Foi muita alegria (...) minha vida mudou, mudou pra melhor! (...) Ser mãe é uma dádiva, é muito bom, eu amo a maternidade, tanto que eu tive três. Se eu fosse mais nova, eu teria mais!"
(Alineia, 2025, informação verbal)

Por se tratar de um valor subjetivo e relacional, os significados atribuídos à maternidade não podem ser reduzidos a uma contabilidade de perdas econômicas, assim como não devem ser romantizados a ponto de invisibilizar a negação de direitos e a sobrecarga que recaem sobre as mulheres. O desafio analítico está em reconhecer que, ao aplicar modelos elitizados de compreensão da maternidade — centrados exclusivamente na autonomia individual e na

carreira profissional — corre-se o risco de deslegitimar experiências nas quais o trabalho do cuidado também é vivido como fonte de sentido, reconhecimento e valorização pessoal.

A fala de Luzia, ao afirmar que “depois de ser mãe, passei a dar mais valor à minha própria mãe”, nos ajuda a pensar como a maternidade opera como um marcador simbólico de pertencimento e autoridade moral. Segundo ela, “a palavra mãe é muito sagrada; pra mim é Deus no céu e minha mãe na terra”. Para mulheres que não acessam prestígio social por vias econômicas ou institucionais, a maternidade pode significar uma forma específica de aquisição de poder e reconhecimento social, fundada em valores que não se convertem em capital econômico. O que é considerado sagrado não se precifica, e é justamente nesse deslocamento — entre trabalho invisível, afeto, autoridade e reconhecimento — que a maternidade adquire centralidade nas narrativas dessas mulheres.

Como a maternidade, para além do testemunho individual, se inscreve numa trama histórica de socialização, gênero e poder, é possível desenvolver dois eixos de reflexão nesse sentido. De um lado, a educação histórica das mulheres para a maternidade. A fala de Luzia revela como a maternidade opera como valor estruturante na formação identitária feminina. Isso está em sintonia com o que autoras como Elisabeth Badinter (*Um amor conquistado*, 1985) e Adrienne Rich (*Of Woman Born*, 1986) apontam: historicamente, as mulheres foram socializadas a ver na maternidade não apenas uma função biológica, mas uma missão moral e social. No Brasil, estudos como os de Eva Blay (2008) e de Margareth Rago (1997) mostram como instituições religiosas, médicas e jurídicas reforçaram esse papel, vinculando a realização feminina ao desempenho materno. Assim, quando uma mulher afirma que “ser mãe é sagrado”, não se trata apenas de um sentimento individual, mas da incorporação de uma pedagogia social que coloca a maternidade como eixo da vida das mulheres.

Por outro lado, quando a maternidade aparece como um “capital” não no sentido econômico, mas em sentido simbólico e afetivo, podemos interpretá-la a partir de algumas chaves. Enquanto capital simbólico (Bourdieu, 1998), para mulheres em situação de escassez econômica, a maternidade pode ser uma

forma de distinção e prestígio social, já que o reconhecimento como “boa mãe” atribui legitimidade e respeito na comunidade. Enquanto autoridade moral, a maternidade pode funcionar como forma de ascensão no interior da família e da comunidade, permitindo a essas mulheres ocupar um lugar de fala autorizado, especialmente em sociedades que associam autoridade feminina ao cuidado. Em se tratando de resistência e agência, em contextos de exclusão, a maternidade também pode ser ressignificada como prática de resistência, uma maneira de afirmar valor e dignidade onde o capital econômico não chega. A maternidade, longe de ser apenas um lugar de opressão, pode ser também espaço de agência e de construção de identidades femininas. E como sacralização e intangibilidade, ao definir a maternidade como “sagrada”, Luzia desloca o valor do campo mercantil para o campo moral e simbólico, criando um espaço em que o capitalismo não pode mensurar nem impor hierarquias. Esse deslocamento pode ser lido como uma forma de construir valor próprio e escapar, parcialmente, à lógica da desvalorização social.

Assim, a maternidade, nesse contexto, é ao mesmo tempo produto de uma história de socialização que educa mulheres para encontrarem sua realização no maternar, e uma estratégia simbólica que lhes permite conquistar autoridade, reconhecimento e distinção em meio à precariedade econômica.

Não se trata de afirmar que essas mulheres estejam simplesmente presas a um estereótipo de gênero, tampouco que sejam alheias às condições de exploração e desvantagem social que atravessam suas vidas. O que emerge de seus relatos é que a maternidade e a participação na vida dos filhos e filhas assumem um peso simbólico particular, frequentemente sobrepondo-se, em termos de reconhecimento, às conquistas ligadas ao mercado de trabalho ou à escolarização formal. Essa centralidade, porém, não deve ser lida como ausência de consciência crítica, mas como uma forma de atribuir valor e construir autoridade em contextos em que o capital econômico e acadêmico é escasso. Trata-se, portanto, de um modo de ressignificar a própria condição social, elaborando distinção e dignidade a partir do que é vivido como inalienável: o vínculo com os filhos e a autoridade materna. Observe a percepção de Amanda sobre seu ingresso na vida de mãe:

Eu tive meu primeiro filho com 24 anos, e mudou muita coisa. Eu não trabalhava fora, então eu me dediquei aos cuidados com ele. Ele era um menino, exatamente como eu tinha pedido a Deus! (...) E eu me senti muito encorajada a cuidar dele... e eu não fui mais a mesma pessoa. (...) Eu me casei e 3 meses depois eu já estava grávida, praticamente casei e engravidei! (risos) (...) eu não fiquei muito assustada, porque eu não tomava anticoncepcional, então foi gostoso saber que cuidaria de uma criança. (...) eu nunca pensei em não ter filhos, eu sempre quis ser mãe. (Amanda, 2025, informação verbal)

A crítica à divisão sexual do trabalho e à hierarquização dos papéis de gênero não pode apagar o fato de que muitas mulheres escolhem conscientemente permanecer no ambiente doméstico ou priorizar a maternidade, sem que isso represente necessariamente alienação ou submissão. Amanda, ao afirmar “eu nunca pensei em não ter filhos, eu sempre quis ser mãe”, expressa um desejo que não pode ser reduzido a mera imposição social, ainda que seja atravessado por estruturas históricas que vinculam o ser mulher à maternidade. O risco, para um feminismo liberal, seria o de transformar a crítica estrutural em uma forma de paternalismo acadêmico: ao falar em nome das mulheres das periferias, corre-se o perigo de invalidar suas escolhas em nome de uma agenda universalista de emancipação.

Nesse sentido, embora perspectivas feministas decoloniais alertem para os perigos de importar epistemologias colonizadoras, que definem como o “outro” deve viver para ser considerado livre, o feminismo liberal lembraria que a autonomia das mulheres está justamente em poder optar, inclusive pela permanência em tradições de gênero. Assim, a crítica não deveria se dirigir à mulher que decide por essa trajetória, mas às condições sociais que limitam ou reduzem o leque de escolhas possíveis.

Isso remete à experiência de colonialidade em suas múltiplas dimensões do poder, do saber, do ser e do gênero (Lugones, 2020) que a todo momento alguém de fora tenta ensinar o jeito mais correto de se viver em sociedade, ao invés de escutar e entender os sentidos produzidos pelas ações dos sujeitos. O termo colonialidade pode ser compreendido como um conjunto complexo de situações de opressões definidas a partir de fronteiras de gênero, etnias ou raças, mas principalmente na dominação do conhecimento como forma de subalternização dos povos que foram colônias de países do Norte Global num tempo histórico passado.

A perspectiva decolonial expõe a necessidade de se criar epistemologias que não partam da fala do colonizador, rompendo com a pretensão de fazer do colonizado alguém igual ao seu colonizador. Esse movimento questiona as narrativas ocidentais modernas, buscando evidenciar o subalterno como parte constitutiva dessa experiência histórica, estabelecendo uma crítica ao eurocentrismo epistemológico.

Podemos inferir que a partir de uma escuta sensível é possível afirmar que existem diversos modos de viver a maternidade, mesmo dentro de um ambiente urbano periférico marcado pelo neoliberalismo, que vem tentando reduzir as relações pessoais às lógicas do mercado.

De modo algum afirmo que as vulnerabilidades e as desigualdades não estão impostas como condições hostis de existências nas comunidades periféricas, mas que é possível pensar que para algumas mulheres as relações sociais e o reconhecimento social não são estimados apenas em termos econômicos, desconstruindo um entendimento de que a realização e o sucesso teriam relação direta com o mercado, sendo mais subjetivos do que se percebe.

Os estudos antropológicos de Brandão e Heilborn (2006, p. 1428) chamam a atenção para a necessidade de relativizar a compreensão dominante sobre a chamada maternidade precoce. É importante frisar que, no escopo dessas análises — e no contexto desta pesquisa — não se está tratando de gestações de meninas com menos de 14 anos, situação que, segundo a legislação brasileira, configura estupro de vulnerável e deve ser compreendida no campo da violência sexual e da violação de direitos. As reflexões aqui mobilizadas referem-se a jovens a partir de 16 ou 17 anos, cujas experiências de maternidade se dão em contextos específicos de sociabilidade, relações afetivas e expectativas comunitárias.

Com frequência, políticas públicas, discursos biomédicos e análises sociais interpretam a gravidez em idades jovens como um problema social, associando-a quase exclusivamente ao abandono escolar, à pobreza e ao desvio de trajetórias consideradas socialmente desejáveis. Essa leitura tende a homogeneizar experiências diversas, desconsiderando os sentidos atribuídos

pelas próprias jovens à maternidade e ignorando os condicionantes estruturais que moldam suas escolhas — ou a ausência delas.

Estudos antropológicos de Brandão e Heilborn (2006) indicam que em muitos contextos populares, a maternidade em idades jovens pode ser compreendida como uma aceleração do curso da vida, funcionando como um marco de transição simbólica para a vida adulta. Mais do que uma experiência exclusivamente marcada pela perda, a gravidez pode inaugurar novas responsabilidades e conferir reconhecimento social, legitimando a jovem como mulher e como mãe perante sua família e comunidade. Nessa perspectiva, a maternidade assume contornos de rito de passagem, produzindo autoridade moral e reposicionamento nas relações familiares.

Ainda assim, é fundamental situar essas experiências no contexto brasileiro, no qual a maternidade é, em grande medida, socialmente e institucionalmente compulsória. A criminalização do aborto, aliada à insuficiência de políticas públicas de planejamento familiar — como o acesso facilitado à pílula do dia seguinte, à distribuição regular de preservativos, à educação sexual e a serviços de saúde voltados à autonomia reprodutiva — restringe severamente as possibilidades de escolha das mulheres, especialmente das jovens periféricas. Nesse cenário, a maternidade não pode ser analisada apenas como resultado de decisões individuais, mas como um fenômeno produzido na intersecção entre normas morais, desigualdades de gênero e limitações concretas no acesso a direitos reprodutivos.

É importante ressaltar que tal interpretação não implica romantizar ou invisibilizar as dificuldades concretas enfrentadas por essas mulheres, mas reconhecer que a maternidade precoce não é vivida apenas como obstáculo ou tragédia. Em determinados contextos populares, ela pode constituir uma conquista de lugar social, permitindo à jovem afirmar sua identidade, reorganizar sua trajetória e ressignificar papéis de gênero. Assim, ao considerar a maternidade como “aceleração do curso da vida”, o que se evidencia é a multiplicidade de experiências possíveis e a inadequação de análises que a reduzem exclusivamente a perdas econômicas ou a desvios sociais.

Ester engravidou aos 16 anos, ela queria ser mãe, mas não planejava ser naquele momento. Este evento acelerou o curso da sua vida em termos de assumir o espaço doméstico como parte de sua rotina diária, pois ao 4º mês de gestação casou-se e um tempo depois teve o segundo filho com seu atual companheiro. Apesar de ter interrompido os planos que a mãe de Ester tinha para ela, a maternidade e a conjugalidade surgiram como “destino inescapável”, e esta adolescente acelerou o seu reconhecimento social de uma mulher adulta.

Entrevistadora: Como você descobriu que estava grávida?

Ester: Eu andava com muita dor de estômago, não era nem sintoma de gravidez, aí eu fui ao médico, ele passou um ultrassom, foi aí que eu descobri que estava grávida.

Entrevistadora: Como você se sentiu?

Ester: Nossa, fiquei muito assustada, apavorada! Porque eu gostava de estudar, gostava da minha rotina de estudo, e na hora que a mulher falou “você está grávida”, eu chorei muito. Para mim foi assustador de primeira hora, mas depois eu fiquei mais animada, que era uma vida que estava ali.

Entrevistadora: Em algum momento você pensou em não ter filhos?

Ester: Não. Eu só não queria naquele momento, pois eu tinha muitos planos. A minha mãe queria que eu me formasse, eu queria que eu fosse para o exército, queria eu fosse jogadora de vôlei... e aí, tudo isso que ela planejou para mim e que eu também gostava, foram interrompidos. (Ester, 2025, informação verbal)

Ester foi uma jovem mãe aos 16 anos, e apesar de não ter maioridade legal, aparentemente não foi um problema social assumir sua própria família e as responsabilidades atreladas ao casamento. A maternidade e o casamento (não a maioridade legal) conferiu a ela o poder de decisão sob sua própria família, fazendo a transição do status de submissão de uma filha para ter autoridade de uma mãe. A mudança no estatuto de ser filha para ser mãe, muda também o sentido de uma mãe que passa ser avó. O controle na relação da mãe com a sua filha se afrouxa quando esta torna-se avó de um novo membro de sua rede parental. Partindo dessa premissa nota-se que a maturidade de uma mulher não está vinculada necessariamente pela idade instituída pela legislação brasileira, mas principalmente pela mudança de sua condição de filha para mãe. A assunção de novas responsabilidades do cuidado, estão basicamente dissociadas da assunção material e financeira, a transição da maturidade não é estabelecida pela idade cronológica, mas no nível moral do reconhecimento de sua responsabilidade como mãe.

Para Maria, a maternidade precoce parece não ter se constituído um impedimento a outros planos, pois revela que *“Se eu tivesse uma condição melhor de vida eu não trabalharia e cuidaria dos meus filhos, eu ficaria mais com eles”*. O desejo de poder passar mais tempo com os filhos que possui, complementa as constatações das autoras supracitadas, quando há um paradoxo entre “planejamento pessoal-interrupção-continuidade”, uma vez que Maria não afirma exatamente que ter um filho interrompeu projetos particulares, mas reconhece que ela precisa se organizar no tempo, para poder estudar ou cuidar da casa. Maria é uma mulher preta, solteira, possui 4 filhos e fez curso superior, atualmente trabalha de carteira assinada como professora de educação infantil, mas complementa a renda familiar como trancista.

Com que idade você teve o primeiro filho?

Maria: Então, eu comecei a maternidade de uma forma muito precoce, muito surpresa. Tive meu primeiro filho aos 16 anos.

O que mudou na sua vida depois que você teve seu filho?

Maria: Na verdade tudo, né, muda tudo.

Você planejou ser mãe?

Maria: Não. Foi um susto, a maternidade pra mim a princípio foi um susto. Eu fui aprendendo a ser mãe com o tempo e com as vivências com a criança a partir do momento que ela nasceu, aí aprendi o que é ser mãe.

Conte como foi quando você descobriu que estava grávida.

Maria: Foi de uma forma bastante assustadora. Eu fui fazer um preventivo e durante o preventivo a médica disse que não poderia fazer porque estava grávida.

Em algum momento você pensou em não ter filhos?

Maria: Eu pensei em ter filhos, mas não naquele momento, mesmo porque não era o momento, era muito novinha.

O que é ser mãe para você?

Maria: É abdicar da minha própria existência pra existir por eles.
(Maria, 2025, informação verbal)

Como disse, a gravidez na juventude nas camadas populares pode não ser encarado na ótica do "problema social" quando se nota que há uma transição da jovem como um sujeito sem direito a fala, para um ser a protagonista nas decisões do cuidado. Esta transição para maturidade é consolidada pelo nascimento de um filho, se antes de ser mãe todos os adultos homens ou mulheres mais velhas de sua família tinham o poder de decisão sobre essa jovem, esse poder vai sendo diluído e a jovem se emancipa parcialmente da dependência dos pais ao assumir o papel de cuidadora.

Em geral, nos segmentos populares, a gravidez promove mudanças no estatuto social dos jovens pais. Eles passam a ocupar outras posições sociais decorrentes da parentalidade e da mudança do estatuto conjugal, o que lhes atribui maior prestígio e reconhecimento social nas suas comunidades. Comumente, a parentalidade na adolescência nos estratos populares engendra um deslocamento de posição dos jovens em relação às famílias de origem, pois eles aspiram constituir suas famílias de procriação. (Brandão ER, Heilborn ML, 2006, p. 1428)

Por outro lado, o planejamento da maternidade demonstra um lugar de protagonismo, quando mulheres percebem esta etapa como um projeto para si, e quando consolidado vai conferir a elas o sentimento de sucesso, pois para algumas mulheres, pode não ser tão fácil gerar um filho como foi o caso de Luzia, que teve que esperar por quase 5 anos para ter seus planos realizados.

Luzia: - Eu adotei, foi filho do coração ... demorou 4 anos...

Entrevistadora: - Você pensou em desistir?

Luzia: - Não! foram quase 5 anos (de espera), (...) ele já tinha nascido. (Luiza, 2025, informação verbal)

Nas falas de Alineia pode-se constatar que a maternidade foi um projeto de vida bem-sucedido e não apenas um imprevisto nos planos que tinha para si mesma.

Entrevistadora: - Você planejou ser mãe? Conte como foi quando descobriu que estava grávida.

Alineia: - Planejei! Planejei sim, Deus abençoou que deu tudo certo, quando eu descobri (que estava grávida) dava muita alegria!

Entrevistadora: Em algum momento você pensou em não ter filhos?

Alineia: -Não! Eu sempre quis ter! (Alineia, 2025, informação verbal)

No caso de Lúcia, mesmo afirmando que sua gravidez não foi planejada, ela enfatiza o desejo que tinha de ser mãe, então não se pode inferir que houve uma interrupção nos seus projetos de vida, apenas acelerou algo que já estava sendo deliberado.

Lúcia: Eu tive ele com 20 anos, e mudou tudo. você tem que dar atenção, você precisa cuidar, é ser totalmente inexperiente e precisar aprender. Eu tinha um sonho de ser mãe, a gravidez não foi planejada, mas eu fiquei muito feliz, eu sempre quis ser mãe. (Lúcia, 2025, informação verbal)

É importante enfatizar que em comunidades periféricas, a maternidade pode conferir às mulheres em situação empobrecida um lugar de protagonismo na esfera doméstica, um lugar de reconhecimento e de valorização do gênero. Isso não significa que o ato de planejar a maternidade vai anular as ambiguidades, as dificuldades de educar uma criança, diminuir a sobrecarga de trabalho doméstico ou aumentar as chances de se manterem no mercado de trabalho, pois estas condições não são ignoradas quando estas mulheres fizerem estas escolhas. Lúcia reconhece que educar 3 filhos tem suas dificuldades, ela afirma que

Ser mãe é tudo! tem hora que é estressante, tem as desobediências, tem hora que você quer de um jeito e eles não fazem (...), eu começo a entender que eles são pessoas, eu tenho 3 filhos e é cada um com a sua personalidade, (...) é conhecer um pouquinho de cada um. (...)eu gosto de cuidar dos meus filhos, mas eu vejo a necessidade deles terem mais atividades. (Lúcia, 2025, informação verbal)

Lúcia, que não recebe nenhum benefício do governo, concilia a maternidade com trabalho informal de faxineira, se organizando com as vizinhas para que tomem conta das suas filhas quando se ausenta de casa. Isto mostra que sua vulnerabilidade social e insegurança financeira não foram motivos suficientes para interferir nos seus planos para si de ser mãe, mas torna sua rotina de trabalho incerta por depender de favores para cuidar das filhas.

A fala de Ketlen é carregada de ambiguidades quando afirma que nas duas primeiras gestações não têm do que se queixar, enfatizando que ser mãe mudou sua vida para melhor. A terceira gestação foi planejada e desejada, nascendo uma criança cadeirante e autista em nível de suporte 3. Como não desejava ter mais filhos optou por utilizar DIU ao invés de fazer laqueadura. Mesmo utilizando método contraceptivo, descobriu que estava grávida do 4º filho, nascendo outra criança também diagnosticada com autismo.

Ela não desconhecia os métodos contraceptivos mais contemporâneos e mantinha um planejamento familiar, porém a falha no dispositivo contraceptivo a fez assumir a responsabilidade por mais uma criança. Ketlen cuidava dos 4 filhos e de 1 enteado, porém atualmente somente os dois filhos mais novos moram com ela. Os dois filhos mais velhos vivem em outra casa, o enteado também se mudou com o ex-companheiro, que não reside mais na casa dela. Mesmo diante

desse contexto de dificuldade na criação dos filhos mais novos com deficiência, ela afirma que sempre quis ter filhos e não demonstra arrependimento de suas decisões, pois segundo ela “ser mãe é bom”. Na organização do dia a dia, Ketlen disse que a sua rotina ficou mais complicada, pois uma das crianças é autista com laudo de TDAH e a outra é uma criança autista cadeirante. Ela não trabalha fora, sua vida e sua rotina giram em torno do cuidado com as duas crianças especiais, isto demanda muito do seu tempo, pois eles requerem cuidados específicos como apoio na alimentação, na higiene, na proteção, levá-los para as terapias e os tratamentos complementares.

Quando Ketlen diz que a maternidade mudou sua vida “para melhor”, mesmo diante das responsabilidades acrescidas por quatro filhos – dois deles autistas –, essa fala pode expressar um sentido genuíno de realização. Muitas mulheres narram a maternidade como momento de reconfiguração do sentido da vida, de fortalecimento pessoal e até de descoberta de capacidades que antes não se reconheciam. Nesse caso, “para melhor” não necessariamente significa ausência de dificuldades, mas uma ressignificação das próprias lutas cotidianas.

Por outro lado, não podemos ignorar o peso das normas culturais que exaltam a maternidade como destino e virtude feminina. Em sociedades marcadas por fortes expectativas de gênero, existe uma pressão para que a experiência materna seja relatada em termos positivos, mesmo quando acompanhada de sobrecarga e sofrimento. O risco aqui é o da romantização da maternidade: um discurso que silencia as dificuldades, normaliza a sobrecarga e perpetua a ideia de que “boa mãe” é aquela que não reclama.

O reconhecimento da sobrecarga feminina com os trabalhos de cuidado, mesmo quando é dividida com mais algum membro da família, não anula o sentimento de que esse trabalho significa “zelar pela família”, pois segundo Amanda “ser mãe é cuidar, é alimentar, é estar presente na vida da criança”. Ana reconhece que a maternidade interferiu em outras áreas da vida pessoal; afirma que a vida doméstica modificou seus planos de estudar, mas que não se arrepende das escolhas que fez. Entretanto se não tivesse ocupada com os trabalhos do cuidado, diz que estaria estudando ou viajando.

A percepção da maternidade somente em termos de perdas, de dominação e de exploração do trabalho feminino no ambiente doméstico pode gerar tensões com a percepção que as mulheres entrevistadas têm de si mesmas. Ser responsável pelos filhos(as) pode conferir a uma mulher um novo estatuto social de direito a voz, quando ser mãe lhe confere uma posição que dá legitimidade aos próprios ideais de feminilidade e aos seus projetos de vida.

A emoção emergente com a concretização do projeto de maternidade das interlocutoras revela a existência de ambiguidades na relação de afeto com os filhos e filhas, pois está carregado de tensão e contradições. A oscilação das emoções diárias é fluidas e transita facilmente de um polo ao outro, demonstrando ambivalências na mulher que se relaciona com seus dependentes. Os afetos se misturam facilmente, ora emergindo, ora sendo suprimidos de acordo com o contexto vivido.

O significado de ser mãe sendo percebido por Ingrid como "um fardo grande, mas é muito prazeroso poder ensinar a criança o caminho certo e cuidar" é um exemplo de como esses sentimentos e significados se mostram contraditórios, pois não seria o caso de sentir uma coisa ou outra, mas de sentir tudo simultaneamente, com emoções transitando fora de um fluxo determinado. Ao mesmo tempo, que tal emoção inicialmente "assustou" Ingrid, ligeiramente se torna em uma sensação gratificante, e ao mesmo que é a concretização de um sonho, pode facilmente se tornar um fardo.

A existência simultânea de mais de uma emoção, que pode se opor ou que se pode complementar nos faz inferir que o sentimento de maternidade se torna ambíguo porque apresenta múltiplos significados.

A confusão de sentimentos e as incertezas presentes na maternidade podem advir de uma relação em que não existe um modelo pré-determinado para educar e cuidar crianças, pois conforme Lúcia afirma, cada filho(a) nasce com suas particularidades, então o que pode funcionar para um, pode não funcionar para outros que vivem no mesmo núcleo familiar. Além de cada ser humano ter suas próprias peculiaridades, a educação e o cuidado recebem influências de diversos segmentos sociais como tradições familiares, religião e instituições de saúde e educação.

Quando as estratégias construídas para se relacionar com uma mesma criança começam a falhar ao longo do tempo, estas necessitam de serem repensadas, pois a maturidade e a consolidação da personalidade de um indivíduo são construídas ao longo do tempo, fazendo com que uma mãe enfrente etapas diferentes do desenvolvimento de um filho(a).

Desta forma as certezas e convicções são tensionadas diariamente, fazendo com que uma mãe tente fazer o melhor que pode pelos(a) filhos(as) com os recursos emocionais e financeiros que tem disponível. Neste sentido, a cada dia novos desafios e novas inseguranças vão aparecendo no contexto de vida de uma mãe, e por não seguir uma linearidade, há um esforço mental diário para prever, antecipar ou suprir as necessidades de sua prole.

Ter uma rotina pode tranquilizar os indivíduos com os imprevistos da vida, diminuindo a ansiedade do novo e do desconhecido, porém a rotina de uma mãe, mesmo sendo repetitiva e enfadonha está sempre ameaçada pelos imprevistos causados pelas experiências infantis. Isto pode gerar ansiedade e frustração de quem é a maior responsável pelo cuidado com as crianças e com a casa. Uma mãe pode ser acometida do sentimento de constante luta para manter a ordem e reduzir a sensação de a qualquer momento a família pode ser invadida pelo caos, instabilidades ou inseguranças.

O cuidado com pessoas dependentes requer uma vigilância constante, capacidade de prever riscos, além das eventuais cobranças para desempenhar com êxito o seu papel social de formadora ética de um cidadão, o que pode gerar grande estresse e sentimento de frustração quando algo não sai como planejado. Desta forma constata-se que a percepção de Mariana, que ser mãe é algo “muito difícil, mas é bom” pode ser paradoxalmente coerente com a sensação de dever cumprido.

Os mecanismos socializadores básicos como família, religião e vizinhança são como âncoras que constituem a estrutura psicológica dos sujeitos, porém são constantemente tensionados, negociados, reconstruídos devido às complexas dimensões socioculturais da sociedade atual. Pode haver uma forte tendência em aliar o papel de mãe ao sucesso da mulher. Quando ela não contraria e se submete às expectativas sociais, estes valores são reforçados

constantemente e legitimados por diversas instituições sociais. Grande parte das mulheres no Brasil ainda são educadas num ambiente familiar em que as qualidades femininas são valorizadas pelas suas supostas atribuições naturais para o cuidado. Em razão disto, este ideal é incorporado e retroalimentado constantemente ao longo do curso da vida. Estas questões do cuidado, das dinâmicas dos afazeres domésticos e a organização familiar serão discutidas no tópico a seguir.

3.2 CUIDADOS, RESPONSABILIDADES E FAMÍLIA

"ser mãe é uma pessoa que cuida, que está presente".

(Amanda, 2025, informação verbal)

Em nosso país, as mudanças de valores e as conquistas das lutas feministas não foram suficientes para romper com a ideia cristalizada de que o trabalho do cuidado é “naturalmente” uma prática do gênero feminino, por envolver afetos, atenção e abnegação. As relações de cuidado são complexas e envolvem interdependência entre quem cuida e precisa de cuidados, revelando a existência de assimetrias nas relações de poder.

O trabalho do cuidado na família não pode ser resumido aos afazeres domésticos como varrer, limpar, passar, cozinhar ou lavar a louça diariamente. O cuidado inclui: a educação das gerações mais novas e todas as demandas escolares relativas; abrange as práticas de prevenção da saúde – física e psíquica – dos/as integrantes da família; o tratamento e acompanhamento dos enfermos; a guarda ou tutela de pessoas com dependências ou deficiências, sejam elas temporárias ou permanentes; além do cuidado de si e do outro de forma interdependente.

Ingrid (32 anos, 3 filhos) percebe que os homens e mulheres não se responsabilizam igualmente pelos cuidados com as crianças, pois segundo ela "é a mãe que tem que levar para o hospital, é a mãe que tem que pensar nas coisas da escola, tem que deixar a comida pronta, deixar tudo feito e o pai não tem essa responsabilidade, esse peso que a mãe tem".

Para que o trabalho do cuidado seja feito diariamente, provavelmente alguém ficará penalizado ao se responsabilizar individualmente por todos os afazeres domésticos, uma vez que as extensas jornadas de trabalho do cuidado serão incompatíveis com horários de trabalho remunerado, deixando a pessoa que cuida sobrecarregada ou em situação financeira vulnerável ou precária.

A experiência de Ketlen (38 anos, 4 filhos) corrobora com essa afirmação quando é a principal cuidadora de seus dois filhos com deficiência. Como a rotina de cuidados de saúde é intensa e as crianças apresentam dependência, ela não consegue trabalhar fora. Segundo ela, a relação de convivência com o pai das crianças “é complicada e difícil”, no que diz respeito à divisão dos cuidados. Afirma que não há uma divisão, como mora sozinha com os dois filhos, ela cuida deles sozinha alegando que "sobra pra mãe!".

Aline define a relação com o pai da criança como "inexistente", ela diz que não há uma divisão dos cuidados, porque "a responsabilidade teoricamente já é da mulher". Isto nos faz inferir que ainda há um senso comum de que a maternidade e cuidado estão indissociados, neste sentido, a maior parcela de responsabilidade dos cuidados é feminina. As dicotomias instituídas nas identidades dos sujeitos promovem uma ordem compulsória, colocando os atos de cuidado como uma pré-condição feminina.

Retomando a fala de Amanda na epígrafe, nota-se que o cuidado está relacionado diretamente com a maternidade que é inerente à reprodução da vida, entretanto essa percepção tem isentado deliberadamente o gênero masculino de participar de tais ações, visto que a sua condição biológica supostamente não seria naturalmente apropriada para a função.

A perpetuação de uma visão de mundo que naturaliza as potencialidades femininas restritas a uma vocação natural para o cuidado se reproduz nos diversos campos sociais, produzindo sentidos nos quais a realização da mulher só seria bem-sucedida se estiver condicionada à atuação do ambiente privado do lar, na criação dos filhos, na submissão e obediência aos homens.

A premissa de uma vocação do gênero feminino implica diretamente na desvalorização de sua participação nos espaços públicos enquanto trabalho socialmente reconhecido, pois supostamente a vida pública seria inadequada à

sua natureza e ao seu papel na reprodução da vida, delimitando assim quais espaços sociais são adequados às mulheres.

Amanda alega que tem uma boa relação de convivências com o pai das crianças, e quando foi perguntada se homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelo cuidado com as crianças, ela enfatiza que deveria ser igualitário, mas que sua vivência demonstra o contrário, pois segundo ela "é a mãe que está ali sempre". Ela diz que não tem do que reclamar de seu marido porque ele "ajuda muito", todavia, reconhece que na maioria dos casos, não acontece assim com as mulheres.

A visão biologizante dos gêneros associada com a transição econômica da modernidade resultante numa sociedade capitalista industrial, consolidou e universalizou a noção de que o espaço doméstico é reservado à categoria feminina. Mulheres acabam por reproduzirem uma performance socialmente instituída como norma (Butler, 2003), influenciando na constituição das suas identidades e na internalização de um compromisso intrínseco de cuidar.

Lúcia revela que a relação de convivência com o pai as vezes é complicada por não chegarem a um consenso sobre como vão criar os filhos, o que gera discórdia entre o casal. Ela percebe que não há uma divisão igualitária no cuidado com as crianças. Segundo Lúcia, "há casos e casos... as vezes a gente escuta falar de um marido que participa dos cuidados com a criança e tem casos que não. No meu caso... eu não tive!"

A ausência paterna ou a pouca participação masculina nos cuidados é predominante nas falas das interlocutoras, e, embora as famílias sejam plurais e não sigam um padrão universal de configuração, nota-se que a posição da mulher é desvantajosa em relação à dos homens devido às expectativas sociais dos papéis femininos, os quais são reforçados por diversos segmentos sociais e pessoais.

A existência de uma diferenciação construída socialmente nas expectativas da atuação das mulheres nos espaços públicos e nos espaços privados do ambiente doméstico vem acarretando uma assimetria de recursos entre os gêneros, tendo em vista o maior incentivo à atuação dos homens no

mercado de trabalho, enquanto as mulheres se dedicam aos cuidados com as crianças e com os diversos afazeres domésticos.

Essas relações desiguais na vida privada interferem diretamente na atuação da mulher na vida pública, revelando um problema para democracia quando não há paridade na dimensão particular da vida privada, em oposição aos valores ditos universais da vida pública. Os valores éticos de paridade entre homens e mulheres disseminados nos espaços públicos são aplicados (ou não aplicados) de formas diferenciadas do ambiente doméstico, relevando que há uma necessidade de se politizar as relações de poder na vida privada, uma vez que tem sido local onde ainda se têm perpetuado desigualdades em nome de uma autonomia ou privacidade familiar.

Pode ser problemático definir as experiências privadas como vivências não políticas, uma vez que isto se torna um artifício para esconder as exclusões perpetuadas entre os gêneros, reforçar a naturalização da domesticidade feminina e as relações de subalternização das mulheres. A esfera pública e a esfera privada estão imbricadas, não podendo ser percebidas como espaços distintos e independentes quando o lugar ocupado pela mulher dentro das relações familiares condiciona a sua atuação na vida pública.

o âmbito das relações familiares e íntimas pode ser também o da distribuição desigual das responsabilidades sobre a vida doméstica e sobre as crianças, dos estímulos diferenciados que favorecem um maior exercício da autonomia, no caso dos homens, e a obediência ou o engajamento em relações que cultivam uma posição de dependência e subordinação para as mulheres. (Miguel e Biroli, 2014, p. 34)

O impacto na vida profissional e os custos pessoais produzidos pelo desenho do espaço privado na vida da mulher têm produzido ônus diferenciados entre os gêneros, quando o trabalho do cuidado percebido como uma responsabilidade exclusivamente feminina, realizado no ambiente íntimo do lar, oportuniza aos homens usufruírem de mais tempo livre para que se dediquem a si mesmos, à vida política ou às suas rotinas profissionais.

Nesta questão dos cuidados percebe-se que há dois grupos de pessoas envolvidos no processo de cuidar e de ser cuidado: existe a pessoa na posição de cuidadora, frequentemente representada por mulheres, pobres, com

trajetórias precarizadas de vida, que pode ser definida como a provedora do cuidado. O grupo denominado beneficiários dos cuidados é constituído por aqueles que têm poder e meios para serem cuidados sem ter a necessidade de cuidar, mas também inclui aqueles que se encontram em situação vulnerável e/ou não têm autonomia para poder cuidar de si mesmo.

Neste sentido, as diferenças de classe irão ser fator preponderante na delegação ou na mercantilização dos serviços domésticos, uma vez que, quem pode pagar pelo cuidado terá mais tempo livre para se dedicar aos estudos e à carreira, podendo competir e participar do mercado de trabalho formal.

Inversamente, quando uma mulher em situação empobrecida precisa exercer um trabalho formal/informal remunerado fora do seu ambiente familiar, geralmente outra pessoa em situação mais vulnerável será penalizada ao exercer o trabalho do cuidado gratuitamente e em condições informais, recebendo pagamentos muito abaixo do previsto pelo salário-mínimo nacional.

A situação de Luzia expressa essa realidade quando trabalha informalmente como faxineira. Para poder ir ao serviço conta com a ajuda dos seus vizinhos. O vizinho busca as crianças na escola e a esposa deste vizinho cuida das duas crianças enquanto ela faz as faxinas, pagando um valor previamente combinado. Estimando que atualmente se paga em torno de \$150 para uma diária de faxina na cidade, percebe-se que esta vizinha ganha um valor muito abaixo do que uma babá deveria receber, perpetuando a exploração entre mulheres em situação vulnerável.

Alineia (45 anos, 3 filhas), atualmente mora apenas com duas, pois a mais velha se casou. Quando todas as filhas eram muito novas somente a mãe levava e buscava na escola, o marido ajudava quando estava de folga. No momento, a filha mais nova tem 10 anos e para ajudar nessa rotina de ir e voltar da escola, a família precisa pagar uma pessoa da vizinhança para buscar e levar diariamente.

É muito comum em escolas situadas na periferia haver pessoas que recebem pequenos valores para levar e buscar mais de uma criança que vive num mesmo bairro. Diferentemente do transporte escolar legalizado, esse tipo de trabalho se caracteriza como temporário e informal, sendo

predominantemente feito por outras mulheres em situação mais vulnerável, que podem ou não tomar conta destas crianças em suas casas enquanto a mãe não chega do serviço.

Desta forma, constata-se que as mulheres da Zona Leste se organizam em diversos arranjos para conseguir suprir a necessidade de guarda e proteção das crianças quando precisam trabalhar, recorrendo a ajuda de vizinhos, parentes próximos ou pagando aos conhecidos pequenos valores para levar ou buscar as crianças na escola.

No caso de Ingrid que mora com seus 3 filhos, ela conta com a ajuda da bisavó das crianças para poder trabalhar como cabelereira. No horário de buscar na escola ela e o pai da criança se revezam diariamente, combinando previamente que quem conseguir sair mais rápido do trabalho se responsabiliza por buscá-los.

Atuar informalmente no mercado de trabalho torna-se uma alternativa para combinar afazeres domésticos, cuidado com os filhos e conquistar uma pequena renda, uma vez que as jornadas de trabalho informal não são fixas e só aceitas conforme as rotinas das crianças.

Melissa também trabalha informalmente como salgadeira em sua própria casa, se organiza para cuidar sozinha de seu filho quando ele não está na escola e se responsabiliza por levá-lo e buscá-lo diariamente. Lúcia se ocupa informalmente como artesã, como trabalha em casa cuida dos 3 filhos, mas permite que eles voltem sozinhos da escola.

Aline (45 anos, 1 filho) trabalha como sacoleira, parte do seu dia é ocupado pela responsabilidade de cuidar do filho quando ele não está na escola. Como a escola é longe da sua residência, eles necessitam de usar duas conduções para chegar até o local. Desta forma, é preciso que almocem às 10h para conseguirem pegar o ônibus às 11h a fim de chegarem às 13h na escola. Os dois retornam diariamente por volta das 19h. Quando Aline tem outros compromissos que não possa levar o filho, ela os renuncia em detrimento do cuidado da criança.

Não muito diferente destas outras mães em relação ao horário de trabalho, Amanda atua formalmente meio período como professora, desta forma é possível ficar com os dois filhos durante a parte da manhã em casa. Após organizar a casa e as rotinas domésticas, ela leva o filho para escola e vai para seu trabalho, por coincidir seu horário de saída do trabalho com o do filho na escola, o pai busca o menino no final do turno.

Atrelados à dimensão dos afetos, os elos de solidariedade entre as mulheres em situação de pobreza não resolvem o problema da exploração do trabalho feminino gratuito em situação de vulnerabilidade social, apenas reforça as desigualdades de classe e de raça.

Joan Tronto é uma cientista política e pesquisadora referência no tema sobre a ética do cuidado. Sua contribuição para esta discussão se faz importante quando problematiza as relações de afeto vinculadas ao cuidado, pois nos estudos de autores/as que investigam a temática do cuidado, para "a maioria deles, cuidado é o "trabalho do amor", no qual uma atividade privada e íntima é feita em um estado emocional particular" (Tronto, 2007, p. 286).

O trabalho do cuidado percebido como ato de amor, que combina afeição e responsabilidade de realizar ações que supram a necessidade de outro indivíduo (Cancian, 2000) é bastante problemática quando

(...) presume que o cuidado é apenas a atividade de indivíduos direcionada a outros indivíduos. Isso não apenas exclui o cuidar de si, mas também exclui a possibilidade de que instituições ou grupos de indivíduos possam praticá-lo, ou que as pessoas possam fazê-lo à distância. (Tronto, 2007, p. 287)

As críticas feitas por Tronto ao conceito de cuidado elaborado por Cancian (2000) se dão pelo fato de que o cuidado, a partir desta ótica, fica reduzido ao altruísmo e à compaixão, desconsiderando sua abordagem holística. Neste sentido, uma mulher ao ser responsabilizada individualmente pelo cuidado de sua família, ao realizar um trabalho invisível e não remunerado no seu cotidiano doméstico, pode sofrer uma sobrecarga de trabalho em nome do amor. Esta situação vivenciada por diversas mulheres em nossa sociedade pode colocá-las em um dilema emocional e moral que acaba por sacrificar as aspirações pessoais em nome do bem-estar do outro.

A combinação de responsabilidade com amor enfraquece a possibilidade de que este tipo de cuidado seja realizado fora do ambiente doméstico, reforçando a ideia de que o cuidado é uma obrigação feminina (da mãe, esposa, companheira, filha, nora, avó etc.) e quando realizado por instituições, a burocratização do cuidado resultaria em ações com impessoalidade e menos afeição. A complexidade desta questão pode influenciar diretamente na aceitação do cuidado como um problema político (de primeira ordem) e consequentemente na aceitação de formulação de políticas públicas para mulheres.

Apesar de uma definição clara sobre o conceito de cuidado ser importante, o fundamental é pensar sobre o objetivo do cuidado na era da democracia, quando se entende que as relações entre os seres humanos não são iguais, nem suas capacidades para exercê-lo. A exclusão de um grupo de pessoas da participação na vida pública quando responsabilizado individualmente pelo trabalho do cuidado - exercido gratuitamente no ambiente doméstico - pode se tornar um problema para democracia quando este sujeito o exerce por falta de opção ou em submissão aos condicionamentos sociais de cunho patriarcal. As sociedades modernas ocidentais criaram uma rígida separação entre vida pública e vida privada, sendo assim, as sociedades democráticas continuaram a praticar exclusão para o problema da desigualdade.

A suposta separação da esfera privada e da esfera pública nas sociedades modernas conduziu as relações éticas e políticas no que diz respeito aos direitos das mulheres e a sua autonomia relativa em ambas as esferas. A vida privada tomada pela particularidade nas relações domésticas, sofre pouca interferência do Estado no que diz respeito à organização das dinâmicas sociais. Isto estimula a permanência de violências, de abusos e de subalternização das mulheres aos homens, primeiramente na figura paterna e posteriormente na do cônjuge.

Embora as famílias sejam plurais e não sigam um padrão universal de configuração, nota-se que a posição da mulher é desvantajosa em relação à dos homens devido às expectativas sociais dos papéis femininos, os quais são reforçados por diversos segmentos sociais e pessoais. A existência de uma diferenciação construída socialmente nas expectativas da atuação das mulheres

nos espaços públicos e nos espaços privados do ambiente doméstico vem acarretando uma assimetria de recursos entre os gêneros, tendo em vista o maior incentivo à atuação dos homens no mercado de trabalho, enquanto as mulheres se dedicam prioritariamente aos afazeres domésticos e aos trabalhos do cuidado.

É importante ressaltar que todas as pessoas em todas as etapas da vida precisam de cuidados, seja na infância, na velhice ou na vida adulta, fazendo a dimensão do cuidado algo constante. A falta de alternativas coletivas para atendimento cotidiano do trabalho doméstico colabora para a sobrecarga das mulheres e produz um efeito negativo na vida da pessoa que assumiu a posição de cuidar. A inexistência de modelos de equipamentos específicos para cuidado compartilhado com instituições públicas representa um problema político no que diz respeito à discussão ética das ações públicas e das decisões privadas no que tange aos arranjos domésticos sobre quem cuida e quem vai ser cuidado.

Isto significa que as “escolhas” que as mulheres fazem ao assumirem para si a responsabilidade pelo cuidado, quando entendido pela ótica da autonomia individual na perspectiva capitalista, delega às mulheres as consequências de suas próprias escolhas. Tal premissa reflete diretamente nos ideais democráticos e de cidadania para as mulheres, pois as formas de responsabilização desiguais implicam na sua participação política e no tempo que dedicam para si.

Não se trata de apenas exigir mais participação masculina nos trabalhos do cuidado com as crianças, mas de ampliar as redes de cuidado para um nível mais coletivo. É preciso oportunizar que as famílias tenham opções de cuidar das pessoas com dependência sem penalizar financeiramente somente uma pessoa ou sobrecarregar mulheres com as demandas do cuidado doméstico.

Na percepção do grupo de mulheres entrevistadas, que atuam como principal provedora de cuidado, houve consenso sobre a necessidade de instituições públicas que poderia participar de forma efetiva nos cuidados, principalmente no que diz respeito às demandas escolares. O tempo escolar ofertado atualmente pelas escolas municipais de aproximadamente 4 horas diária foi apontado como insuficiente para suprir a necessidade de cuidado e

educação das crianças. Na opinião de Luzia, alguns serviços públicos e gratuitos oferecidos pela prefeitura de uma cidade vizinha serviria de modelo a ser instalado na sua própria comunidade.

A van... Em Matias [Barbosa] tem e é de graça, aqui podia ter também! O uniforme é de graça, o material é de graça, a van é de graça, aqui está faltando. E eu acho que deveria ter o colégio tempo integral direto, seria muito bom, porque criança em primeiro lugar, ninguém quer ficar longe dos filhos, mas precisa trabalhar (...) aqui no Santa Cândida podia ter também. (Luzia, 2025, informação verbal).

Aline, que dedica grande parte do seu tempo aos cuidados e afazeres domésticos, quando precisa se ausentar de casa e dos cuidados com o filho diz sentir-se “desamparada”, pois não conta com uma rede de apoio para compartilhar os cuidados, e para ela, a participação do Estado no cuidado com seu filho seria uma demanda a ser atendida.

Para Alineia, o Estado poderia ficar um tempo maior com as crianças, pois na sua percepção, “as mães precisam muito trabalhar o dia inteiro” e quando precisa se ausentar de sua casa por muitas horas, diz sentir-se preocupada, visto que não há locais públicos para permanência das crianças por longos períodos.

Para Amanda, a organização da casa deve ser pensada primeiramente com a família, mas ter opções em que há a participação do Estado ajudaria, pois segundo a sua percepção, existem famílias em que ambos os pais trabalham o dia inteiro e não contam com uma rede de apoio parental consolidada.

Ingrid, mesmo contando com ajuda de parentes, acredita na importância da participação do Estado nos cuidados com as crianças, quando afirma que “isso ia ajudar a gente trabalhar mais, pra dar mais qualidade de vida pra criança, não ia ficar com tanta correria, com a preocupação de chegar atrasada na creche e pra buscar na escola”. Ketlen afirma que gostaria muito de encontrar uma escola em tempo integral para os seus filhos, pois como é responsável por levar um deles às terapias, se pelo menos o outro ficasse na escola por mais horas, facilitaria na organização do tempo necessário para ir às consultas. Como ela conta com pouca rede de apoio parental, Ketlen não costuma se ausentar de casa e afirma “nem saber o que fazer” caso precise sair sem os filhos.

Sendo a escola de tempo integral uma demanda coletiva para as provedoras do cuidado, a fala de Melissa nos leva a refletir que além da provedora é preciso levar em consideração as necessidades de quem precisa do cuidado, aumentando a rede de cuidadores para que as crianças se desenvolvam plenamente. Na percepção desta interlocutora, o cuidado compartilhado com instituições como creche ou escola em tempo integral “ajuda, porque além de estarem aos cuidados de outras pessoas, eles vão aprender outras coisas”. Isto mostra que a convivência coletiva poderia aumentar o repertório de aprendizagens das crianças, sendo benéfica a socialização externa à da família.

Quando questionada sobre a participação do Estado, Lúcia afirmou com muita ênfase “eu gosto de cuidar dos meus filhos..., mas eu vejo a necessidade de eles terem mais atividades em escola de integral, umas atividades que mostrem as coisas do mundo aqui fora, porque tem muita coisa perigosa, têm muitas coisas que eles precisam aprender”.

A escola pública de tempo integral enquanto um espaço coletivo de socialização e coletivização do cuidado das crianças parece ser bem aceito pelas interlocutoras. Isto nos faz pensar que as experiências que as mães têm previamente com a escola pública é positiva, visto como um espaço seguro e acolhedor, onde as crianças vão aprender “outras coisas” para além do que elas podem oferecer ao desenvolvimento intelectual e cognitivo de seus filhos.

Ingrid sente que uma instituição de tempo integral a deixaria mais tranquila quando diz que “seria muito bom, porque a gente não fica preocupada se a criança está na rua. Quem está cuidando da criança é uma preocupação grande que a mãe tem!” Aline afirma que se houvesse uma instituição de tempo integral ela se sentiria “amparada e poderia se organizar melhor”.

Ao passar muito tempo com os filhos e filhas no espaço doméstico, o esgotamento físico oriundo da sobrecarga de afazeres domésticos pode interferir diretamente na qualidade da educação oferecida. Uma pessoa com esgotamento mental pode desenvolver transtornos psíquicos o que afetaria diretamente na forma como as mães se relacionam com seus filhos e filhas. Sem desfrutar de um tempo de ócio produtivo e de autocuidado é inviável recuperar

as energias para manter uma rotina estruturada de atividades que colaboram para o desenvolvimento infantil. Mesmo quando uma mulher enfatiza “gostar de cuidar dos seus filhos” como um valor importante para sua subjetividade, é preciso reconhecer que somente a mãe não é suficiente para atender às necessidades das crianças pequenas.

Nota-se a existência de um conflito entre o vínculo materno e a emancipação feminina do espaço doméstico, pois segundo Alineia “ninguém quer ficar longe dos filhos”, e, mesmo que uma mãe queira ficar com as crianças no lar, as crianças vão precisar ser socializadas em espaços coletivos seja por necessidade de promover o desenvolvimento cognitivo da infância ou por uma demanda feminina.

É possível inferir que a sobrecarga de trabalhos e o mito do amor sacrificial de uma mãe, que dedica 24h de trabalho pelos filhos, possa prejudicar a construção de relação emocional positiva da mãe com seus filhos, uma vez que sobra pouco tempo, ou quase nenhum, para estabelecerem uma troca positiva entre ambos. Uma mãe acaba por se tornar um ser despossuído de tempo, alguém que está sempre ocupada com alimentação, limpeza, arrumação, tarefas da escola das crianças, e trabalho remunerado (quando possui), restando pouco tempo para dedicar ao lazer com seus filhos, e principalmente para seus interesses pessoais, que na maioria das vezes ficam em segundo plano.

De forma alguma está sendo defendido um mito do amor materno romantizado, como se todas as mães fossem iguais ou santificadas, porém é preciso reconhecer que o atual modelo estrutural das casas, modelo que promove uma vida confinada ao ambiente doméstico, é carregado por atritos, cansaço, aborrecimentos, causando um esgotamento físico e emocional, prejudicando a saúde das mulheres. É preciso desnaturalizar a instituição da casa e problematizar as relações das práticas sociais no ambiente da privacidade do lar, quando estes paradigmas têm contribuído para o prejuízo do desenvolvimento emocional, econômico e social das mulheres.

Os binarismos instituídos na cosmovisão brasileira perpassam as ações e decisões políticas quando estão condicionados por uma assimetria social de gênero. A definição de gênero não deve ser entendida enquanto uma relação

causal do sexo, mas deve ser percebida como uma interpretação múltipla do sexo, assumindo significados culturais. Diante disto, as alegações universalistas sobre o que é ser mulher e qual seu papel na sociedade compartilham estruturas opressivas de feminilidade, revelando que conceitos e categorias cunhadas para definir o gênero feminino estão numa disputa de poder.

Não é mais viável pensar em ações políticas a partir da reprodução de um modelo teórico de ser humano que tenta enquadrar todos os sujeitos numa mesma realidade social, pois não abrange as diversidades e as representações dissidentes. A tentativa de despersonalização com apagamento dos pluralismos vem anular os protagonismos e capacidades num movimento de subjugação, criando artifícios para que sujeitos com identidades divergentes do que é esperado socialmente não acreditem nas suas potencialidades.

Tratar de políticas públicas para mulheres se torna um assunto complexo quando elas não formam um grupo homogêneo, devido ao fato de haver uma diversidade dentro dessa categoria identitária. Seria equivocado juntar todas as demandas políticas e sociais quando elas se diferenciam umas das outras, pois cada grupo tem suas particularidades e suas próprias lutas por direitos que não podem ser generalizadas.

São múltiplas as maneiras de ser mulher, as quais podem se fundir, se sobrepor ou até mesmo divergir, uma vez que pode estar se referindo às necessidades das mulheres heteros cis, das mulheres bissexuais ou das lésbicas, das mulheres transsexuais, das mulheres negras, das mulheres brancas, das mulheres indígenas ou das comunidades quilombolas, além de tantos outros grupos de origem étnica ou religiosa.

As diferenças que consideram corpos e trajetórias como fator de distinção social consolidam a formação de grupos identitários quando estes vêm reivindicar igualdade por direitos e por representação. A busca por equidade e alteridade nas suas próprias condições revela que a questão das identidades coletivas tomou a cena nas lutas políticas na atual democracia.

A questão da identidade está no cerne das tensões políticas e organiza a vida pública em sociedade, por isso não é viável falar de um ser humano abstrato e universal para conceder direito e deveres como cidadão. Tampouco se pode

falar de mulher no singular ou como uma categoria universal. As categorias biológicas, binárias e hierárquicas como um padrão que organiza as construções teóricas de gênero são insuficientes para construir um único sujeito e uma única identidade de ser mulher, visto que isto seria uma tentativa de eliminar as diferenças em favor de valorizar noções heteronormativas, brancas e eurocentradas.

Quando se trata de infância, a falta de vagas em creches é uma discussão em pauta há mais de 30 anos e ainda não são todas famílias que se beneficiam do serviço (Fernandes, 2021). Devido à alta demanda por atendimento, muitas instituições municipais de educação infantil precisam adotar critérios de seleção (não muito claros e arbitrários) que nada tem a ver com o direito fundamental à educação e cuidado a todas as crianças desde a primeira infância.

Com outros grupos que demandam cuidado como pessoas com deficiência e idosos, as soluções para o cuidado dessa parte da população se encontra na mercantilização do serviço, pois os grupos familiares que podem pagar pelo cuidado buscam soluções privadas para poder suprir tal demanda. Notoriamente, as mulheres continuam na posição de cuidadoras das pessoas dependentes, mesmo quando o trabalho é pago, necessitando conciliar a extensa jornada de trabalho remunerado com o cuidado que precisa dispensar no seu ambiente familiar.

O cuidado, que inclui todos os afazeres domésticos, guarda e proteção de pessoas com dependências, não deveria ser trabalho para uma pessoa só, pois é inviável um único sujeito se responsabilizar diariamente por alguém com dependência. Se considerarmos que a população brasileira tem alcançado maior expectativa de vida, a longevidade trará consequências para milhares de mulheres ao exercerem diariamente todos os cuidados que uma pessoa em idade muito avançada requer (alimentação, deslocamento para consultas, administração de medicamentos, eventuais curativos, troca de fraldas, banho no leito, higiene dos utensílios, limpeza das roupas de cama e vestimentas). Garantir o bem-estar de idosos é desafiador quando

(...) apresenta-se como sendo de natureza extremamente complexa e multifacetada. Em um primeiro momento, pode-se dizer que a população idosa é prioritariamente exposta a uma

série de doenças, agravos e limitações que geram, necessariamente, uma série de cuidados. Ocorre que, normalmente, em nosso país, tais cuidados acabam sendo realizados por membros da própria família do idoso e, em outros casos, por trabalhadores contratados de maneira informal ou por instituições de amparo a tal população (tais como Instituições de Longa Permanência). (Oliveira e Enoque, 2020, p. 132)

No Brasil há uma tradição muito forte na qual os filhos, principalmente as filhas, se responsabilizam pelo cuidado com os pais e mães idosas, precisando em determinadas situações abandonar a atividade laboral remunerada para garantir o bem-estar dos seus progenitores. Não está em questão a formação de elos de solidariedade familiar nem os afetos envolvidos nisto, mas é preciso problematizar este cuidado destinado ao ambiente doméstico, quando demonstra o abandono do Estado com os/as idosos/as, abandono que fica mais evidente quando este/a cidadão/ã idoso/a não tem filhos/as, nem parentes próximos para cuidar de si mesmo ou não pode mercantilizar o serviço.

As demandas diárias de cuidados com a pessoa com dependência exigem força física e disponibilidade de tempo destinado a quem não pode cuidar de si mesmo. Em situação similar estão as pessoas com deficiência em idade adulta ou em estágio de envelhecimento, quando as mães já não têm mais o vigor da juventude para realizar uma rotina exaustiva de cuidados destinados a quem tem dependência.

Responsabilizar uma mãe idosa que não tem condições de mercantilizar os trabalhos do cuidado com pessoa com deficiência permanente demonstra que estes sujeitos não estão incluídos nos ideais de justiça social, quando a responsabilidade continua sendo individualizada e não coletiva. Não se trata apenas de ampliar a quantidade de vagas em instituições públicas de longa permanência, mas de ampliar a responsabilização dos cuidados de forma compartilhada. O cuidado não se dissocia do ato de se importar com alguém, porém não pode ser interpretado como motivo para ser realizado somente por uma categoria de indivíduos, neste caso as mulheres, ou restrito ao ambiente doméstico como garantia de bem-estar.

A mudança de perspectiva de um cuidado privado para uma responsabilidade ampliada poderia trazer benefícios tanto para quem cuida

como para quem é cuidado, vindo a garantir a diminuição das desigualdades impostas as mulheres, pois

O cuidado, assim como outros aspectos da vida humana, se beneficia ao ser praticado por muitas pessoas. Mesmo que haja um limite para o quanto um dado círculo de cuidados possa se expandir, há maneiras de tentar garantir que esses círculos sejam grandes o suficiente para garantir uma boa qualidade de cuidado. (Tronto, 2007, p. 301)

Há uma necessidade urgente de maior atuação do Estado como corresponsável pelo cuidado e proteção dos grupos mais vulneráveis, transpondo a responsabilização individualizada das mulheres para uma perspectiva de cuidado como prática coletiva, na qual a sociedade e não apenas a família se preocupa e provê ações para o bem-estar de todos e todas.

Não é viável continuar encontrando soluções privatistas ou se beneficiar do trabalho do cuidado em condições informais e indignas. Se uma mulher tem que explorar o trabalho de outras mulheres para conseguir se manter no mercado de trabalho ou penalizar alguma pessoa no grupo familiar para poder trabalhar fora de casa, isto vai contra o princípio democrático de equidade de oportunidades e de acesso aos direitos básicos de bem-estar social.

Faz-se urgente trazer para as discussões públicas e acadêmicas a organização das dinâmicas familiares e a gestão dos afazeres domésticos quando este último ainda é realizado prioritariamente por mulheres, de forma individualizada, com técnicas rudimentares e manuais. É certo que a indústria tecnológica pensou em modelos mais eficientes de os afazeres domésticos serem realizados com mais rapidez e automação, recriando formas de manter o asseio e o bem-estar físico das pessoas. Apesar desses avanços, a democratização da automação não está acessível todos e todas, pois trabalhadores e trabalhadoras que recebem um salário-mínimo ou que não possuem renda, não usufruem dos benefícios da automação. As tecnologias que permitem que os afazeres domésticos sejam feitos com mais economia de tempo ainda são comercializadas com alto valor aquisitivo, o que se constitui como um privilégio de classe.

Para algumas pessoas que gozam do privilégio de gênero, de raça e de classe, pode parecer insignificante e sem cunho político falar de assuntos que foram delegados às mulheres periféricas, pois historicamente a desigualdade social e o racismo estrutural tornaram essas mulheres invisíveis aos olhos da sociedade, ficando confinadas ao lar, dentro de uma cozinha ou bem afastadas nas lavanderias de suas casas. Os diversos argumentos machistas utilizados para justificar a divisão sexual do trabalho tais como vocação natural do gênero ou incapacidade intelectual feminina impôs e reforçou as injustiças sociais, consolidando um modelo doméstico que controla, oprime mulheres e subordina suas vontades ao poder masculino e ao modo de vida regulado pelo capital.

3.3 O COTIDIANO DA CASA

Ao descreverem a rotina de um dia comum, todas as interlocutoras citaram os afazeres domésticos como parte de suas ações cotidianas, que são refeitas diariamente tais como arrumar a casa, varrer os cômodos, passar pano no chão, tirar o pó, faxinar banheiros, preparar todas as refeições, lavar as roupas, recolher e guardar as roupas, lavar a louça, cuidar dos filhos pequenos, dar banho nas crianças e alimentá-los, ajudar no dever de casa e cuidar dos pets. Algumas dessas mulheres que não trabalham fora de casa precisam conciliar o tempo gasto nos afazeres domésticos com o trabalho que produz renda. O modo de vida dessas mulheres está consolidado num hábito em que o trabalho doméstico não remunerado ocupa um lugar central na constituição de seu lugar no mundo, pois aparentemente o cuidado com a casa/lar/família precede a vivência e experiências nos espaços públicos. A ideia de conciliação dos afazeres domésticos com o trabalho que produz renda não reduziu a jornada de trabalho doméstico das mulheres, apenas agregou mais trabalho para elas, e, conseqüentemente maior confinamento do gênero feminino aos espaços privados do lar. Mesmo quando algumas entrevistadas possuem carreiras profissionais, a maioria é uma extensão das atribuições ditas femininas como professoras, faxineiras, cabelereiras, artesãs, cozinheiras etc.

Os afazeres domésticos sendo percebidos como um trabalho não remunerado, mas que consome o tempo e energia de quem o executa, são percebidos por essas mulheres como uma fatalidade, pois mesmo que não gostem de fazê-los, são obrigadas a trabalhar para o benefício de alguém. Não existe uma alternativa de não os fazer, pois mesmo que se recusem a lavar, passar ou cozinhar, no final do dia, os afazeres se acumularam e não há uma escapatória se não forem delegados a outrem.

É interessante notar que os papéis de gêneros estão profundamente enraizados nas formas de vida das mulheres periféricas que nenhuma delas se recusou a assumir os trabalhos do cuidado, como se não houvesse alternativa além da resignação. Ninguém pergunta a essas mulheres se elas querem continuar realizando diversos afazeres domésticos mesmo que elas não gostem ou não tenham afinidades com esse tipo de trabalho. A servidão é exigida diariamente sem receber financeiramente pelo seu tempo e esforço empregado em tais tarefas. Essas mulheres trabalham sem regulação sobre o tempo da jornada de trabalho, sem direito à salário e sem garantias trabalhistas, seguridade ou benefícios.

Quando perguntadas sobre as atividades diárias dos cuidados com a casa que demandam muito tempo pessoal das interlocutoras, foi questionado qual das atividades citadas nas respostas elas gostariam de não fazer. Visivelmente os afazeres domésticos, como lavar e cozinhar parecem muito penosos e desgastantes, nota-se uma frustração na fala das interlocutoras ao descrever estes afazeres, e a possibilidade de não os fazer soa como uma realidade muito distante ou impossível de alcançar.

Para Luzia e Lúcia, arrumar a casa demanda muito tempo pessoal. Ketlen aponta a cozinha como algo que demanda muito do seu tempo. Para Ingrid, que tem filhos pequenos, a lavagem das roupas se constitui algo que demanda tempo, pois segundo ela, algumas peças de roupa precisam “esfregar na mão”. Alexandra afirma que precisa se programar mentalmente para dar conta da lavagem das roupas, pois precisa levantar-se cedo, contar com o tempo ensolarado, e de acordo com seu depoimento, se pudesse, não faria, pois “lavar roupa é muito ruim”. Alineia diz que a preparação do almoço demanda muito do seu tempo pessoal, mas particularmente lavar banheiro é algo que causa muita

frustração; se pudesse, ela não faria. Não muito diferente das outras mulheres, o que mais demanda tempo pessoal de Maria e de Mariana é cuidar das crianças pequenas, pois sabe-se que quanto menor é a criança, maior é a sua dependência dos adultos, principalmente das mulheres que dedicam muitas horas no cuidado e proteção de pessoas com dependência.

Ninguém dá a essas mulheres o direito de escolha, não há quem pergunte quais afazeres elas gostariam ou não de fazer, ou até quantas horas da sua vida elas gostariam de dedicar ao trabalho do cuidado, simplesmente a estrutura social as coloca no lugar de servidão que perpetua as desigualdades de gênero, de raça e de classe. Mulheres periféricas produzem um trabalho não assalariado que beneficia a sociedade capitalista como um todo, pois é com elas que se formam as novas gerações de trabalhadores e os atuais trabalhadores se beneficiam do trabalho delas para terem descanso e recuperam suas forças, e assim, retomar para mais um dia de exploração do capital em seus empregos.

...por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força de trabalho em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas escritórios ou minas. (Federici, 2019)

Ao apresentar a problemática do trabalho doméstico, Federici (2019) reconhece que as mulheres mais jovens têm maior autonomia e independência em relação aos homens, porém o trabalho doméstico não desapareceu e ainda continua sendo uma questão que não foi superada. Os movimentos feministas não deram conta de libertar as mulheres da exploração e as donas de casa permanecem fora da relação salarial quando o capitalismo precisa do trabalho reprodutivo para conter os custos da força de trabalho.

Silvia Federici ampliou a análise marxiana apresentando a mulher dona de casa como integrante da massa trabalhadora não remunerada, reconceitualizando-a como sujeito da (re)produção da força de trabalho. A autora define a reprodução como “o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente”. Para manter uma massa de trabalhadoras exploradas, o capital converteu o trabalho doméstico em um atributo natural da psique e da personalidade feminina, desta forma foi destinado a não ser remunerado. Segundo Federici,

Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. (Federici, 2019, P. 43)

Elucidando as armadilhas do capital, o questionamento que ainda persiste é como trazer “essa luta da cozinha e do quarto para as ruas” e como destruir o papel que o capitalismo outorgou às mulheres? A experiência da autora nos alerta para o fato de que arrumar um segundo trabalho (assalariado) não resolveu o problema, apenas aumentou a exploração feminina, reproduzindo o papel em diversas formas (enfermeiras, professoras, empregadas domésticas, secretárias, babás, cuidadoras etc.). Segundo a autora, “conseguir um segundo emprego nunca nos libertou do primeiro. Ter dois empregos apenas significou para as mulheres possuírem ainda menos tempo energia para lutar contra ambos” (Federici, 2019, p. 69). Desta forma, ela aponta para a necessidade de reconhecimento de que o que as mulheres fazem no espaço doméstico seja visto como trabalho e preconiza a criação de serviços sociais que proponham a coletivização e socialização do trabalho doméstico.

Na casa de Aline não existe uma divisão dos afazeres domésticos, ela é a responsável por todo trabalho de cuidado, limpeza e organização das demandas diárias. Quando questionada se homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelos afazeres domésticos ela foi enfática afirmando “É lógico que não!” e ainda deixou escapar uma risada irônica quando respondeu que é ela a pessoa que tem maior responsabilidade de cuidar da família, das crianças e dos pais idosos. Aline revela que se sente frustrada ao ser a principal responsável pelos cuidados com a casa, a criança e os idosos. Entretanto, essa frustração se mistura aos valores importantes que estão embutidos no cuidado com a sua própria casa, pois ao mesmo tempo em que a responsabilidade frustra, o cuidado com a família representa “tudo” para ela. Segundo Aline “os valores começam dentro de casa, no cuidado com coisas que você acha insignificante”.

Os afazeres domésticos e os trabalhos do cuidado classificados como “insignificantes” nos revelam a construção social da percepção desvalorizada do

trabalho do cuidado até mesmo por quem os realiza. Contudo esse trabalho é essencial para quem é beneficiado por ele, pois garante a preservação do bem-estar social, da saúde emocional e física. Podemos inferir que a insignificância não está no trabalho em si, mas existe um problema político quando esse tipo de trabalho reprodutivo exercido de forma gratuita não produz renda para quem o realiza, apenas toma tempo e energia criativa de quem se responsabiliza individualmente por ele. Deste modo, uma mulher pode ficar horas, confinada ao reduto do lar, realizando pequenos afazeres domésticos que são invisíveis, mas que somadas as horas trabalhadas, ocupam demasiadamente um tempo que para Aline serviria para “concluir os estudos, exercer a profissão que escolhi, tirar a minha habilitação”.

Há uma reprodução geracional dos valores impostos ao gênero feminino no que diz respeito a tolerar a frustração em favor de uma casa supostamente “bem cuidada”. Consta-se a persistência do que os estudos das Ciências Sociais que abordam gênero (Domingos, Grama e Santos, 2023; Lira e Nunes, 2016; Lins de Barros, 2006; Brandão e Heilborn, 2006) vem afirmando, que a socialização e educação das crianças do sexo feminino está voltada para o ambiente privado e para os trabalhos do cuidado.

A vida social mais aberta aos limites do espaço público e às mudanças culturais pode não ser garantias de melhorias no estatuto social das mulheres, quando se oferece a elas a opção do adiamento, porém não a ruptura da imersão no mundo privado como um espaço destinado ao gênero feminino e aos ideais de feminilidade.

A perspectiva geracional neste trabalho é entendida pela ótica de Mannhein (1982), quando expõe que a sucessão de nascimento não propicia a formação de uma geração, pois esta não se restringiria a um intervalo cronológico como um simples curso da vida. Uma geração é construída socialmente quando ocorre uma mudança na estrutura social, resultando em uma estratificação da experiência entre grupos sociais.

Os legados morais transmitidos de uma geração para outra oscilam entre enfrentamentos e continuidades nas condições desiguais da responsabilização do cuidado doméstico. Isto implica em reconhecer que a experiência da

maternidade, das relações conjugais e carreira profissional carregam dilemas e negociações constantes nas vivências femininas.

A tradição cultural que estimula o exercício da maternidade para o interior da esfera doméstica, realizada predominantemente pelo sexo feminino, atua como forças coercitivas recorrentes na qual mulheres acabam por ter pouco controle sobre ela. Mesmo mulheres que possuem autonomia financeira, que possuem carreiras profissionais e reivindicam paridade de direitos com os homens, acabam por serem absorvidas para o universo doméstico quando optam por serem mães. Frequentemente estas mulheres assumem um novo estatuto social como pessoa, no qual se espera desta mãe a assunção da responsabilidade do cuidado nos parâmetros da disparidade da divisão sexual do trabalho.

As perspectivas que mulheres têm sobre si mesmas vão sendo construídas majoritariamente nas suas vivências familiares, as quais estarão fortemente vinculadas aos fatores como raça, gênero e classe. Ainda há o predomínio do pensamento que vincula a presença feminina aos espaços privados do ambiente doméstico, mesmo com existência das possibilidades ampliadas para estudar e trabalhar fora de casa.

As interlocutoras desta pesquisa afirmaram que aprenderam a realizar este tipo de trabalho com suas próprias mães. Neste sentido, o papel feminino na reprodução da desigualdade de gênero é algo que está arraigado na cultura brasileira enquanto uma ferramenta que se alia aos diferentes modos de opressão, quando se educam meninas para tolerarem a frustração em silêncio como uma virtude desejada. Maria reconhece a existência da repetição de padrões quando informa ter aprendido a cuidar da casa/família com as mulheres da sua família.

Quem é a pessoa com maior responsabilidade de cuidar da família, especialmente das crianças?

Maria: A mãe, acho que é uma coisa enraizada na sociedade, um patriarquismo.

Com quem você aprendeu a realizar as diversas atividades de cuidados?

Maria: Vendo a minha mãe, a minha avó.

O que o cuidado com a sua casa/família significa para você?

Maria: É um reflexo daquilo que eu vivi sendo cuidada, pela minha avó, pela minha mãe, aí a gente passa a cuidar deles,

né. (Maria, 2025, informação verbal)

Se os trabalhos do cuidado são impostos ao gênero feminino, são precisas ferramentas de dominação que exerçam o controle interno em cada mulher para que ela aceite se submeter a uma cultura que a desvaloriza e interfere em seus planos de vida sem que haja uma resistência coletiva. A dominação pela socialização se dá de forma coletiva, uma vez que muitas interlocutoras frustradas e aborrecidas com a vida que escolherem (para ela e por ela), expressam um certo fatalismo, pois mesmo que não elas queiram ser donas de casas sobrecarregadas de afazeres, resistir não seria uma opção, pois foram por anos educadas para se resignarem.

A resignação é um elemento de dominação construído nas crianças do sexo feminino, pois quando há uma pequena manifestação de resistência ou insubmissão, há uma intervenção coletiva dentro da família para que estas meninas sejam dóceis, gentis e saibam servir. Estes atributos internalizados desde crianças são instrumentos de dominação coletiva, uma vez que as trabalhadoras subalternas e oprimidas se condicionaram a ter seus desejos e vontades submissas aos controles externos e internos. Isto nos faz pensar sobre a importância da educação de crianças do sexo feminino enquanto um ponto a ser explorado na superação das desigualdades de gênero, pois as mulheres e mães que reproduzem o papel de gênero educam assim, porque, talvez, aprenderam assim. Contudo ampliar a socialização das crianças para além da casa e do controle familiar, pode ser o começo da garantia de direitos e de justiça social, rompendo com o ciclo de subalternização e opressão de toda uma categoria de gênero.

A socialização das gerações mais novas ainda passa primeiramente pelo controle familiar sob a responsabilidade das mulheres, as quais, por sua vez, acabam tendo seu comportamento controlado pelo gênero masculino. Esta estrutura de poder do homem sobre a mulher, e da mulher sobre as crianças vem perpetuando uma hierarquia de gênero, o que dificulta a apropriação de uma educação para emancipação do gênero feminino.

Explicitar apenas do controle do capital (Federici, 2019), presente na estrutura econômica e social brasileira, enquanto um fator que condiciona

mulheres ao trabalho do cuidado sem remuneração, seria insuficiente para compreender a lógica da dominação, pois a existência de uma estrutura educativa pela via dos afetos, estruturada ao longo da infância e da adolescência das mulheres, que aprisiona a consciência de uma categoria inteira.

Esta estruturação de uma prisão mental atrapalha a categoria de mulheres se perceberem como pessoa digna de direitos, pois mesmo que tenha havido vários movimentos feministas para conquista de mais liberdade e direitos, grande parte de mulheres moradoras em territórios periféricos ainda não desfruta sequer de direito a estudar ou trabalhar fora de casa. A falta de espaços para coletivização dos cuidados, bem como abdicar de suas vontades em prol da casa e da família é algo vivido e aprendido por mulheres há várias gerações.

Enquanto a estrutura social não ampliar a coletivização dos espaços de socialização das gerações mais novas, tornando o Estado e famílias corresponsáveis pelo cuidado e educação pautados em valores éticos e equitativos, não haverá de fato emancipação para todas as mulheres, uma vez que se verão eternamente no dilema entre renunciar a uma participação na vida pública em prol da casa e da família.

As interlocutoras apontaram a escola como uma instituição parceira no seu cotidiano, uma vez que compartilham com ela a educação de seus filhos. Entretanto, apesar de ser uma demanda real para os territórios periféricos de Juiz de Fora, a escola de tempo integral não é uma política pública consolidada na região.

A organização do ambiente doméstico não acompanhou a evolução da sociedade, os equipamentos mecânicos que modernizaram os afazeres domésticos ainda concentram esforços em apenas uma única pessoa. É preciso um exercício sociológico criativo e reflexivo para romper com paradigmas de um cuidado centralizado na figura da mulher para que as redes de cuidado sejam ampliadas e socializadas com o Estado.

As reflexões e obras de Charlotte Perkins Gilman (1910) geraram duras críticas à organização da família tradicional hierárquica e aos papéis destinados às mulheres, tornando objeto de análise a cultura, a economia, a política e a família. Esta socióloga norte-americana buscava entender como o lar e o seu

funcionamento se relacionavam com o trabalho e o mercado, e o modo como estas relações fomentavam a produção social das desigualdades de gênero.

A percepção dos processos cotidianos de socialização e interação social foram os principais pontos de discussão nos seus trabalhos, mostrando como as relações dentro da estrutura da casa, do casamento e da família construíam e reforçavam divisões e desigualdades entre os sexos. A família e o lar enquanto instituições sociais foram problematizadas por Gilman, pois sua perspectiva tomava estes ambientes enquanto espaço de prática social e por isso com caráter mutável.

A sua obra “O lar”, publicado em 1910, questionava os mitos que giravam em torno da sacralidade do lar como um ambiente privado, bem como a ineficiência da economia do lar, argumentando que a mulher, a mãe e dona de casa, não gozavam do privilégio da privacidade, uma vez que todos recorrem a ela para todos os afazeres domésticos, e que ao realizar todos os serviços sozinha, obtinha-se menores resultados com maiores esforços. Esta autora defendia a necessidade de socialização dos trabalhos definidos como próprios para o ambiente doméstico, uma vez que “o menor esforço e os melhores resultados são obtidos com o maior grau de especialização e troca” (Gilman, 1910).

Reconhecendo que esse é um problema antigo, o qual as ondas dos movimentos feministas não deram conta de resolver para as mulheres empobrecidas das camadas populares no Brasil, nota-se a urgência de questionar como as relações na economia doméstica das camadas populares continuam a reforçar as estruturas de divisão sexual do trabalho e da responsabilização individual de mulheres pelos trabalhos do cuidado.

No que diz respeito ao trabalho incessante exercido no ambiente doméstico por mulheres, Gilman afirmava que a ocupação remunerada das mulheres era tida como complementar a dos maridos, sendo irrelevante para determinar suas chances na vida. Segundo Toste (2021, p. 115), “até hoje o lugar das donas de casa e o status de diversas ocupações femininas são alvos de debates dentro das teorias sociológicas sobre classe e estratificação social”.

Apesar das reivindicações por direitos e das críticas ao estatuto social de gênero feminino de Gilman serem dirigidas para mulheres brancas de classe média e alta, pode-se constatar que os trabalhos do cuidado no lar na atualidade também interferem na participação remunerada de mulheres não brancas de camadas mais pobres da população no Brasil, uma vez que a dependência do cônjuge, ou a falta dele, insere as mulheres em circuitos de precarização de vida quando precisam conciliar jornadas de trabalho com o cuidado com filhos e com a casa. Devido à falta de opções de compartilhar o trabalho do cuidado com o Estado, mulheres ainda se encontram num dilema entre optar por trabalhar de carteira assinada ou cuidar da família, visto que a carga horária provavelmente não será compatível com as demandas para cuidar de alguém com dependência.

Os argumentos de Gilman sobre a necessidade de tirar a responsabilidade individual de mulheres pelos trabalhos do cuidado e promover a ampliação das redes de cuidado continham origens liberais e econômicas. Para ela, tais atividades como limpeza, preparar refeição e cuidar das crianças deveriam ser transferidas para espaço público, sujeitas as regras do mercado, como competição e especialização.

Entretanto sabe-se que a sujeição a regras de mercado não resolve o problema da justiça social quando milhares de mulheres não possuem condições de pagar por serviços especializados, necessitando que o Estado assuma esses serviços como garantia de direitos com caráter público e gratuito. Levar os serviços para o mercado como instituição de longa permanência, creches privadas, lavanderias, restaurantes, mão de obra de limpeza especializada já estão ao alcance de muitas mulheres que são de camadas mais altas da sociedade, permitindo que elas participem do mercado de trabalho ao delegarem todos os trabalhos do cuidado doméstico.

Contudo, geralmente são as mulheres não brancas das camadas pobres que executam tais serviços relacionados aos cuidados, conciliando as extensas jornadas de um trabalho que desgasta fisicamente uma pessoa, com os cuidados de sua própria casa que ficou pendente no tempo que essa trabalhadora passou fora de casa. As soluções comunitárias de redistribuição e de ampliação das redes de compartilhamento dos trabalhos do cuidado parecem ser mais

adequadas à realidade brasileira, visto que nossa cultura ainda direciona a subjetividade e energia criativa das mulheres para o confinamento da casa.

Apesar da configuração das famílias brasileiras terem modificado ao longo do tempo, de mulheres terem conquistado direito ao trabalho, ao voto, à participação política e de não haver mais proibição legal para a vida pública, há muito que fazer para superar a condição de subalternidade a que são submetidas mulheres marcadas pelas desigualdades de gênero, de raça e de classe. A obsolescência dos afazeres domésticos aliada à forma rudimentar como são executados diária e repetidamente exige muitas horas de dedicação por serem realizados por uma única pessoa, quando soluções coletivas poderiam libertar as mulheres dessa condição de servidão.

A existência de uma demanda pela socialização dos afazeres domésticos precisa ser evidenciada por estudos sociológicos, considerando também que as relações dos afetos podem interferir na ideia sacralizada de que cuidado é um trabalho maternal do amor. Contudo há uma grande contradição quando, na realidade de muitas mulheres, o tempo gasto para trabalho informal fora de casa, a sobrecarga de trabalho doméstico são fatores que tomam muito tempo do qual as mães poderiam estar passando com seus filhos, ao invés de estar só trabalhando por eles.

3.4 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: GÊNERO E PATRIARCADO

O conceito de família abrange uma multiplicidade de sentidos, os quais podem assumir perspectivas antropológicas, sociológicas, religiosas ou psicológicas. A família, partindo de uma abordagem antropológica pode ser conceituada como unidade relativa a laços de alianças ou uniões consensuais, para reprodução biológica e social, seja por elos de consanguinidade ou não entre filhos e progenitores (Albuquerque, 2009).

No campo sociológico, Bourdieu (1998) esclarece que é a partir da família que se estabelecem as bases das estratégias de reprodução, da estratégia de fecundidade, das estratégias matrimoniais, das estratégias de herança, das estratégias econômicas, e por fim, das estratégias educativas. As definições a

respeito do conceito de família têm seus fundamentos baseados no tempo histórico vivido, não se restringem a uma generalização, pois há uma heterogeneidade daquilo que costumeiramente se trata como homogêneo, “um meio, uma família”.

Segundo Lahire (1997, p. 39), a família pode ser considerada como uma “rede de interdependência e a existência de elementos contraditórios principalmente na forma de princípios de socialização concorrentes” demonstram uma instabilidade nas relações sociais, por isso não há como instituir padrões universais daquilo que se define como família.

Numa perspectiva antropológica, a obra de Velho (1978) reconhece que nos meios populares não existe um padrão para definir quem são os sujeitos que podem ser privilegiados para compor o conceito de família.

Não há uma família. A antropologia mostra através de estudos, a existência de vários tipos de famílias e de diversos sistemas de parentescos. Família e parentesco têm de ser entendidos, de alguma maneira, como coisas que se relacionam, mas que não são iguais. Em princípio são agências e instituições para lidar com a questão da subjetividade” (VELHO, 1978, P. 80)

A heterogeneidade existente no sentido de família abrange uma multiplicidade de configurações, impossibilitando instituir um modelo único e universal. Apesar da diversidade de famílias ser uma realidade na sociedade brasileira, ainda persiste a perpetuação dos papéis de gênero, isentando a participação masculina nos trabalhos do cuidado, principalmente no que diz respeito a educação e socialização das crianças.

Os dados coletados indicam que metade das mulheres entrevistadas possuem parceiros conjugais, entretanto isto não se constituiu fator para uma participação equitativa entre os gêneros nos afazeres domésticos ou nos cuidados com os filhos. Apesar de Alineia alegar que na sua casa havia uma divisão equitativa entre homens e mulheres na responsabilidade pelos cuidados com as crianças, informando que “ele sempre ajudou”, nota-se uma contradição quando, por não trabalhar fora, seu dia é ocupado com a maior parte dos afazeres domésticos como cozinhar, lavar, passar, arrumar casa, os quais têm

relação direta nos cuidados com as filhas. A posição do seu companheiro é tida como de único provedor da casa, o que reforça o entendimento de que a divisão das funções se estabelece entre uma parceria entre quem fica em casa e quem vive uma vida pública.

Alineia percebe que é a pessoa que ficou com a maior parte dos afazeres domésticos quando responde “*Quem fica com a maior parte sou eu, mas meu esposo ajuda muito. Ele ajuda demais, gosta de arrumar cozinha, gosta de lavar roupa, me ajuda muito*”. Apesar de se perceber como a pessoa com maior compromisso de cuidar da família, especialmente das crianças, diz que sente muita satisfação com o trabalho do cuidado, pois para ela cuidar da casa/família “*significa tudo*”. Nesta configuração familiar, mesmo alegando que o homem “ajuda”, nota-se o predomínio da atuação feminina nos trabalhos do cuidado, pois quando há necessidade de Alineia se ausentar da casa, ocorre a delegação para outra pessoa, preferencialmente do sexo feminino. Observe:

Pesquisadora: Quando você precisa se ausentar da sua casa por mais de algumas horas (talvez dias), como você se organiza?

Alineia: Como eu me organizo? A minha filha do meio ela está trabalhando agora e tem pouco tempo, mas assim, pra falar a verdade eu não sou muito de sair, mas quando preciso a Luzia toma conta da Sofia pra mim, que mora aqui embaixo da minha casa, mas teve um jeitinho da Suelem tomar conta pra mim. (Alineia, 2025, informação verbal)

Mulheres vivem em função do outro, como se orbitassem ao redor do lar, dos filhos e do companheiro. Esse movimento ao redor destas pessoas e do ambiente em si se constitui fator de esquecimento de si mesma, pois em sua mente, pode existir a crença de que sua função principal seria garantir o bem-estar dos indivíduos que convivem com ela. Em famílias monoparentais, a sustentação de um sistema de cuidado, na percepção da mulher que chefia uma família, pode ser entendido como algo extremamente frágil, pois em sua ausência, nada se sustentaria por si mesmo. Ao assumir uma centralidade que não lhe dá direito de escolha, a responsabilidade que deveria ser coletiva é transferida à mulher, que assume o compromisso intrínseco pelo bem-estar de todos. Se não for essa mulher quem dá as estruturas emocionais, se empenha fisicamente e, em muitos casos, provê as condições materiais de existência de sua família, nada aconteceria além do caos e desordem. A percepção feminina

de que sua casa seria uma desordem sem a sua presença impõe uma sobrecarga emocional, pois importa mais o bem-estar de todos em detrimento de si mesma.

As pesquisas desenvolvidas por Hirata (2022) revelam que o trabalho do cuidado é majoritariamente realizado por mulheres. Esta autora define o conceito de cuidado como

Um trabalho material, técnico e emocional moldado por relações sociais de sexo, de classe, de raça/etnia, entre diferentes protagonistas: os (as) provedores (as) e os beneficiários (as) do cuidado, assim como todos aqueles e aquelas que dirigem, supervisionam ou prescrevem o trabalho. O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ele abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em trazer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Pode também ser definido como uma relação de serviço, de apoio e de assistência, remunerada ou não, que implica um senso de responsabilidade pela vida e pelo bem-estar do outro. (HIRATA, 2022, P. 30)

Diferente da configuração nuclear da família de Alineia, a monoparentalidade de Maria nos revela que além da responsabilidade do cuidado ser feminina, não há uma boa parceria com o genitor do sexo masculino, que aparentemente se ausenta da responsabilidade com os filhos e deixa as decisões e os afazeres por conta da mãe.

Pesquisadora: Como é a relação de convivência com o pai do(s) seu(s) filho(s)?

Maria: Ah, é bastante conturbada, uma vez que não existe parceria e maturidade na criação dos filhos, que tudo fica por minha conta.

Pesquisadora: Na sua percepção homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelos cuidados com as crianças?

Maria: Não, a sobrecarga fica pra mulher, eu acredito que os filhos são literalmente da mulher. (Maria, 2025, informação verbal)

Se pensarmos que as funções sociais que demandam cuidado e educação estão historicamente delegadas às mulheres, mas que há o reconhecimento da desconstrução e flexibilização do papel do homem enquanto o provedor financeiro da família, sobram questionamentos sobre qual é a finalidade do homem nas novas configurações familiares contemporâneas. Se as mulheres têm assumido o compromisso com o cuidado das pessoas com

dependência, da educação das gerações mais novas, além da provisão financeira da família, há de se questionar onde foram parar as responsabilidades masculinas.

Neste sentido, será que as ditas tradicionais obrigações masculinas se diluíram a ponto de só lhe restarem as vantagens sobre o trabalho exercido gratuitamente por mulheres? Na divisão dos afazeres domésticos na casa de Alcinéia, apesar de haver ajuda masculina, é dela a incumbência pela maior parte dos cuidados. Para Amanda, deveria haver a divisão igualitária dos cuidados, mas sua experiência de sociabilidade com outras mulheres a fez perceber que o ambiente doméstico não tem se organizado pelo princípio da equidade,

Pesquisadora: Na sua percepção homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelos afazeres domésticos?

Amanda: - Não, no geral não, acho que não. Porque tem muita gente, tem muitos homens que não gostam de fazer essas coisas em casa, as vezes não foram criados assim, então a criação acaba influenciando ou atrapalhando e sobra tudo pra gente, né!

Pesquisadora: Quem é a pessoa com maior responsabilidade de cuidar da família, especialmente das crianças?

Amanda: Acho que minha.

Pesquisadora: Como você se sente em relação às atividades de cuidado realizados diariamente por você?

Amanda: Ah, uma rotina que é bem cansativa, mas eu assim, não fico reclamando não porque é algo que eu quis ter filhos; então eu sabia que ia ter trabalhos, então eu me sinto satisfeita embora cansada a gente fica satisfeita de tá criando bem, né, cuidando.

Entrevistadora: Na sua percepção homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelos cuidados com as crianças?

Amanda: Deveria ser assim, mas não é. Na nossa vivência é mais a mãe, mas em relação ao meu marido eu não tenho muito o que reclamar dele não, ele ajuda muito. Na maioria dos casos não é assim não! (Amanda, 2025, informação verbal)

Fala-se muito em paridade na divisão sexual do trabalho, mas não existe real paridade naquilo em que os homens podem escolher fazer para "ajudar" por preferência ou afinidade sem o sentimento intrínseco de real equidade na colaboração coletiva.

É interessante salientar que costumeiramente a “ajuda” masculina no trabalho do cuidado é oferecida ocasionalmente e condicionadas às afinidades do cônjuge com certos afazeres domésticos, ou seja, o homem escolhe o que

vai fazer, quanto tempo vai se dedicar a uma tarefa ou os dias em que vai colaborar. Tal afinidade continua sendo problemática quando mulheres não costumam ter a opção de escolher o que gostam mais de fazer com base em suas preferências, simplesmente é imposto culturalmente que todo trabalho que se refere ao cuidado doméstico seria de sua competência e de sua obrigação.

Raramente a queixa de alguma mulher em situação de sobrecarga física ou mental é ouvida quando ela manifesta aversão por algum tipo específico de afazer doméstico, ou quando reivindica melhores condições pessoais. A autopercepção de sobrecarga feminina não está sendo suficiente para romper com o consenso cultural de que o sexo biológico estará atrelado a certas capacidades e competências dos sujeitos. Pouco importa aos homens se o excesso de afazeres domésticos acomete mulheres de sofrimento psíquico, pois as desigualdades de gênero e a falta de equidade no ambiente privado do lar continuam resultando em benefícios e privilégios ao gênero masculino, sob o argumento de que biologicamente mulheres tem afinidades com trabalho do cuidado.

É preciso questionar se a luta por igualdade de direitos para as mulheres tem retirado o controle masculino sobre o gênero feminino ou se arditamente vem gradualmente transferindo para elas mais trabalho sob o argumento de acesso a direitos. É possível falar de justiça social não sendo de fato livre do compromisso individual de cuidar? A conquista de direitos legais sobre seu próprio corpo, sobre suas decisões, ter mais acesso à vida pública não está desmontando os privilégios de gênero masculino, mas acaba por dar a esta categoria algumas vantagens de acumular bens, patrimônio e tempo livre para continuarem se dedicando a si mesmo.

O que tem acontecido é a contínua ampliação dos benefícios masculinos, pois além de se apropriarem do trabalho do cuidado exercido de forma gratuita dentro da casa, a contribuição financeira da mulher evita a sobrecarga masculina em longas jornadas de trabalho formal ou informal. O fato de mulheres receberem um salário dá melhores condições materiais de existência a si mesmo e a sua prole, desta forma sua jornada de trabalho formal/informal aumenta diretamente o tempo de ócio masculino ou contribui para o aumento de sua reserva financeira, quando as despesas são divididas. Ao fim e ao cabo, os

benefícios concedidos culturalmente ao gênero masculino não estão sendo alvos de discussão pública, pois ainda é parte consolidada de um arranjo de cunho individualizado no qual mulheres são obliteradas em suas ações e decisões.

As famílias chefiadas por mulheres - por escolha ou pela falta dela- não é algo recente na sociedade brasileira, mas o sentimento de desobrigação dos homens está cada vez mais explícito, quando estes “escolhem” o quanto, quando e em que medida vão participar da vida dos filhos, enquanto mulheres assumem responsabilidades pela casa, crianças e afazeres domésticos.

Nesta pesquisa não apareceu alguma mulher explicitamente impedida por seu companheiro de trabalhar fora de casa ou de exercer algum trabalho informal, e, apesar dos homens não terem sido alvo de investigação, para lógica masculina, parece não haver problemas em mulheres terem mais direitos ou liberdades, desde que isso não se transforme em desvantagem para ele ou que a participação feminina em espaços públicos (que é carregada de fragilidades e instabilidades) não se transforme em rivalidade ameaçando seus privilégios bem consolidados. A desigualdade se sustenta pela sobrecarga de trabalho feminino, que ao invés de coletivizar funções, traz a responsabilidade individual, se consolidando em desvantagens para o gênero feminino.

O papel do homem como provedor da família vem perdendo força ideológica ao longo da trajetória cultural no Brasil. Para as camadas populares das periferias urbanas, o ideário de família tradicional ou o modelo de família da classe média não se configura uma realidade para todas as pessoas, tendo em vista uma diversidade de arranjos feitos para enfrentar situações hostis e precárias de vida. Entretanto na economia brasileira ainda prevalece a disparidade entre os salários recebidos por homens e mulheres, bem como a segurança em ocupações formais/informais. Mulheres moradoras de periferia trabalham muitas horas em casa, tem jornadas de trabalho em ocupações formais ou em ocupações informais, e nem sempre ocupam os cargos de melhor prestígio social. Atualmente não é permitido demitir um funcionário em razão de seu gênero, mas quando mulheres são mães ou principal cuidadora de pessoa com dependência, nota-se a prática sexista de não conferir a elas promoções para os melhores cargos ou para os de cargos de chefia - entenda cargos com

melhores salários - uma vez que serão elas que se ausentarão ao serviço por licença maternidade, ou quando eventualmente seus filhos estiverem doentes.

A condição financeira instável ou precária de muitas mulheres as coloca numa posição submissa diante do homem, pois este ao receber os maiores salários goza do poder de controlar as decisões financeiras nas relações com suas parceiras. A vulnerabilidade nas condições materiais de existência coloca mulheres em circuitos de violência quando elas não possuem condições emocionais e, principalmente, econômicas de mobilidade social.

O poder masculino se exerce primordialmente no controle da renda doméstica, e mesmo que a mulher contribua financeiramente, grande parte dessas mulheres, conforme a realidade da divisão sexual do trabalho no Brasil, não terão a participação majoritária na renda doméstica, gerando uma disparidade em quem pode ou não decidir sobre investimentos, gastos e prioridades. Deste modo a palavra final nas decisões familiares acaba sendo a do homem, cabendo a mulher acatar, pois nessa lógica, quem investiu mais detém o poder de mando. Se submeter a esse sistema de dominação masculina se constitui uma humilhação para quem precisa solicitar/implorar ao parceiro pequenas quantias para sanar as necessidades básicas de seu próprio bem-estar e de sua prole. A insegurança financeira afeta diretamente o emocional de uma mulher que se vê em situação desfavorável, precisando acatar a todo tipo de violência produzida por essa cadeia de eventos. A noção de autoridade masculina x submissão feminina pela condição econômica desvantajosa das mulheres precisa ser pauta de discussão política, para se criar condições de superação das diversas formas de opressão, a começar por aquela que determina sua situação de classe.

As desigualdades geradas pelas diferenças entre os salários recebidos por homens e por mulheres aliadas ao sentimento naturalizado de que as tarefas domésticas e os trabalhos do cuidado são obrigações femininas, colocam-nas numa situação de sobrecarga de trabalhos não pagos, impedindo-as de buscarem melhores condições materiais de existência. Miranda precisa trabalhar informalmente para conciliar atividade laboral com cuidados domésticos e sente que o papel de mãe está intrinsecamente vinculado ao cuidado com as crianças, deixando o homem despreocupado destes assuntos.

Entrevistadora: - Na sua percepção homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelos cuidados com as crianças?

Miranda: - Não.

Entrevistadora: - Por quê?

Miranda: - Porque a mãe é sempre sobrecarregada dos serviços, então a responsabilidade dos filhos é da mãe e não do pai.

Entrevistadora: - Na sua percepção homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelos afazeres domésticos?

Miranda: - Não, porque tudo é a mãe, tudo somos nós mulheres que no caso faz as coisas dentro de casa; o homem não, o homem não tem, como falei, responsabilidade nenhuma quanto a isso - o que me ajuda com a Emanuele, não posso reclamar -, mas a questão dos afazeres de casa, não.

Entrevistadora: - O que você faria com o seu tempo livre caso não precisasse se ocupar com os cuidados com a casa/família?

Miranda: - Iria cuidar de mim, uma coisa que a gente não faz sendo mãe. (Miranda, 2025, informação verbal)

Visivelmente, ser genitor(a) de uma criança é mais oneroso para as mulheres do que para os homens. Essa situação reproduz um circuito de precarização de vida no que diz respeito às mulheres das camadas populares, pois as ocupações informais não trazem segurança financeira para que elas possam planejar seus futuros e, até mesmo, ter tempo para reivindicar melhorias para sua categoria em um movimento político de participação democrática. Diane nota a existência da responsabilização desigual entre homens e mulheres quando afirma que é *“a mãe dá vida pelo filho, né; o pai normalmente não, o que muda é a vida da mãe; a mãe que para tudo; é a mãe que faz tudo.”* (Diana, 2025, informação verbal)

As práticas sexistas e ausência de diversas políticas voltadas para as mulheres revelam que os preconceitos internalizados pela sociedade a partir das relações constituídas no espaço doméstico continuam garantindo existência servil de mulheres. Desta forma a interseccionalidade (não hierarquizar e pensar conjuntamente as formas de opressão de gênero, de raça e de classe, KERGOAT, 2012. P. 20) é um caminho para a construção de uma política pública que verdadeiramente atenda as diversas formas de existência feminina.

Numa lógica cristalizada dos papéis de gênero a prioridade da dedicação, dos esforços físicos, mentais e afetivos das mulheres estão voltados para o ambiente privado do lar. Consequentemente, a vida pública de uma mulher continua ser concebida como secundária à realização intelectual e produtiva. Apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho

formal, de chefiarem famílias e de muitas estarem contribuindo de forma igualitária para o sustento das suas famílias, a desconstrução de um ideal masculino de único provedor ainda não conseguiu desmontar as vantagens que os homens têm em relação às mulheres. Isto tem resultado em danos físicos e mentais à saúde da mulher quando esta acumula grandes jornadas de trabalho assalariado e trabalhos do cuidado. Aparentemente, pode não haver problemas para o gênero masculino a existência da competitividade feminina no mercado de trabalho formal quando seus privilégios na vida privada continuam bem consolidados e enraizados na cultura brasileira.

Não está sendo questionada as possibilidades de realização pessoal e financeira de uma mulher ao participar do mercado de trabalho, nem é o caso de apoiar um movimento romântico e ingênuo de retorno ao espaço privado do lar. A problemática em foco é a perpetuação dos papéis de gênero dentro do espaço doméstico, onde os arranjos individuais recebem poucas interferências das políticas públicas que beneficiam a participação e permanência das mulheres no mercado de trabalho.

A dominação masculina sustentada pelas relações desiguais entre os gêneros reproduz um senso coletivo de que as diferenças sociais entre homens e mulheres se justificam em decorrência de dados biológicos, mascarando o fato de que estas distinções são produtos de uma cultura.

esclarecemos que, ao falar de dominação masculina, não queremos dizer obviamente que o homem se poste ao lado da mulher constantemente de chicote em punho, para fazer valer sua vontade. No sentido aventado aqui, o domínio baseia-se essencialmente na institucionalização e na internalização de normas sancionadas pela coletividade. (Scholz, 1996, p. 17).

As relações assimétricas entre os gêneros conferem às mulheres um poder restrito ao ambiente do lar, na qual o contexto de vida concede a ela uma limitada força de decisão numa esfera circunscrita à educação dos filhos, na organização da casa e nas relações de socialização e sociabilidade.

Essa estrutura básica da relação de valor tem correspondência com formação de uma esfera privada e outra pública. A esfera privada, conseqüentemente, é ocupada pelo tipo ideal "feminino" (família, sexualidade etc.), ao passo que a esfera pública ("trabalho" abstrato,

Estado, política, ciência, arte etc.) é "masculina". De forma ideal, a mulher seria assim o "recosto" social para o homem, que age na esfera pública. (Roswitha Scholz, 1996, p.18)

Ser o recosto social do homem para recuperação do esgotamento oriundo das responsabilidades da esfera pública é uma realidade vivida por muitas mulheres, quando cônjuges reivindicam para si um tempo de recomposição da energia produtiva. Neste tempo de ócio produtivo, a interrupção para qualquer solicitação feminina no que diz respeito a participar dos afazeres domésticos, pode ser visto como impertinente ou inapropriado.

Falar de tempo de ócio feminino para recomposição da energia criativa e produtiva pode parecer utópico quando mulheres estão em uma relação conjugal marcada pelos padrões heteronormativos, principalmente quando seus companheiros reproduzem uma cultura de cunho sexista e patriarcal que delegam às mulheres as obrigações inerentes aos cuidados da casa e dos filhos(as). A divisão sexual do trabalho no ambiente privado sendo pautado pela desigualdade de gênero impõe as mulheres uma sobrecarga (in)visível de trabalho não remunerado e opressivo quando elas não desfrutam de um tempo para descanso necessário à trabalhadora, interferindo diretamente nas horas de repouso necessário a qualidade de vida.

A cobrança para maior participação masculina nos trabalhos do cuidado pode acabar resultando em muitos conflitos na convivência conjugal quando os padrões desiguais de gênero pautam a organização da vida privada. A exigência feminina para mais paridade nas decisões do lar e na distribuição de afazeres domésticos é algo que pode ocorrer com muito tensionamento e desgaste da relação, o que pode até resultar em violência psicológica e física contra mulher.

Para se pensar políticas sociais que atendam os grupos familiares é preciso a abertura para um pensamento mais progressista, no qual haja abertura para o acolhimento do novo. Mais precisamente para as mudanças que estão ocorrendo em virtude das mudanças no padrão do comportamento das mulheres, principalmente no que diz respeito a participação social fora do ambiente doméstico, da escolha de parceiro e dos modos de sociabilidade.

A defesa de políticas mais progressistas que valorizam todas as mulheres como cidadãs de direitos, que tem vez, voz e ação, que tenham condições de oportunidade de forma igualitária, perpassa pela ruptura dos papéis sociais cristalizados e do estatuto minoritário dentro da família, a qual é uma categoria central na vida humana, importante instituição social responsável pela reprodução de valores e a socialização dos sujeitos.

3.5 DA EXAUSTÃO À IMAGINAÇÃO POLÍTICA: MULHERES PERIFÉRICAS E PROPOSTAS PARA O CUIDADO

No Brasil entrou em vigor a Política Nacional de Cuidados sancionada pela Lei N.º 15.069, de dezembro de 2024, que se destina a garantir o direito ao cuidado e corresponsabiliza socialmente homens e mulheres pela provisão, considerando as múltiplas desigualdades. Os objetivos da Política Nacional de Cuidado preveem a promoção de políticas públicas que garantam o acesso ao cuidado com qualidade para quem cuida e quem é cuidado, além de

promover a implementação de ações pelo setor público que possibilitem a compatibilização entre o trabalho remunerado, as necessidades de cuidado e as responsabilidades familiares relacionadas ao cuidado. (LEI n.º 15.069 Art. 4º, item III)

Na perspectiva desta lei, o cuidado é considerado como “trabalho cotidiano de produção de bens e serviços necessários à sustentação e à reprodução diária da vida humana, da força de trabalho, da sociedade e da economia e à garantia do bem-estar de todas as pessoas” (Art. 5º item I), inaugurando a perspectiva de responsabilidade compartilhada entre Estado, as famílias, o setor privado e a sociedade civil.

O tempo dedicado ao cuidado com o público prioritário desta Lei (crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência) têm sido alvo de intervenção política quando há necessidade do reconhecimento da importância deste tipo de trabalho (não remunerado) para o bem-estar das pessoas.

Tramita na Câmara dos Deputados um projeto de Lei de autoria da Deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) que visa alterar o art. 47 da Lei nº 12.351,

de 22 de dezembro de 2010, com o objetivo de incluir a Política Nacional de Cuidados entre os programas e projetos beneficiados pelo Fundo Social, a fim de garantir recursos a essa finalidade. O projeto argumenta que o tema “Políticas de cuidado” abrange uma variada gama de atividades que envolvem trabalho doméstico (remunerado ou não), cuidado com idosos, pessoas com deficiência, refletindo a complexidade do debate com vista a garantir a qualidade de vida das pessoas. O projeto apresenta também as desigualdades existentes entre em quem provê os cuidados considerando as diferenças de gênero, de raça e de classe.

Um outro projeto de mesma autoria pretende alterar os artigos 1.694 e 1.703 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), “para considerar os cuidados efetivos como critério na fixação da contribuição dos genitores para a manutenção dos filhos”. Esta proposta emerge com a necessidade do reconhecimento de que além dos recursos financeiros, sejam levados em consideração os trabalhos do cuidado que são prestados por quem se dedica à criação, educação e bem-estar dos filhos(as).

Apesar de haver uma discussão sobre o cuidado na Câmara e de ter sido sancionado um projeto de Lei, este trabalho de pesquisa buscou compreender sob quais condições e em que termos as mulheres de baixa renda sugeririam e/ou apoiariam implementação de políticas públicas com o objetivo de compartilhar o cuidado com o Estado. Ao cogitar um novo modo de vida possível em práticas coletivas de cuidar, foi estimulado o exercício de imaginação sociológica de modo que as interlocutoras pudessem compartilhar suas percepções sobre como a criação de instituições parceiras dos cuidados seria fundamental para as mulheres, aliviando uma sobrecarga existente na vida de milhares de moradoras de regiões periféricas, como são os casos das regiões L1 e L3, na Zona Leste de Juiz de Fora. Foram pensadas diversas formas de apoiar mulheres em suas necessidades, apontando melhorias para as instituições que já existem, como creches e escolas, até a criação de redes de apoio que promovessem cuidados para quem está em posição de cuidadora, ampliando a proteção e autonomia de mulheres.

Começando com a Ingrid, que nos aponta muitas questões de políticas públicas para mulheres quando diz:

Primeira coisa eu acho que um segundo horário (creches e escolas) assim, né, se a criança estuda de manhã, a tarde ela vai ter um cuidado, uma coisa particular, como dizer... os estudos, né. Pegar fazer o dever, fazer jogos, coisas que tiram as crianças da tecnologia, televisão, que eu acho muito importante. Sobre a saúde também ter aquele cuidado de, como fala, de ter mais atenção, né. Agente de saúde, se tem o agente de saúde, é ir até as casas saber como é que tá, até a segurança da mulher com marido que as vezes bate agride, ter o cuidado disso, porque as vezes a mulher precisa de um socorro e não tem ninguém; então o agente de saúde pode intervir, tem que ter um cuidadin disso aí também, né, porque eu vejo muitas pessoas que trabalham comigo que eu já escuto relatos e as vezes fica até com medo e não tem ninguém pra poder cuidar, né, então duas coisas que eu acho principal.

entrevistadora: Você investiria mais nesse sentido; nesse acolhimento

Ingrid: -É eu acho

entrevistadora: -Acolhimento social?

Ingrid: -Que a gente não tá tendo. (Ingrid, 2025, informação verbal)

O relato de Ingrid nos indica que as demandas por políticas públicas de cuidado formuladas pelas mulheres entrevistadas não são homogêneas nem restritas a um único eixo, mas articulam diferentes dimensões do cotidiano. Ao sugerir a ampliação do tempo de permanência das crianças em creches e escolas, com atividades educativas, lúdicas e de acompanhamento escolar, a interlocutora aponta para uma concepção de cuidado que extrapola a lógica da mera custódia, envolvendo proteção, estímulo ao desenvolvimento e alívio da sobrecarga materna. Ao mesmo tempo, ao destacar a importância da atuação dos agentes comunitários de saúde, Ingrid amplia o entendimento do cuidado para além da esfera biomédica, atribuindo a esses profissionais um papel fundamental na escuta, na presença territorial e na identificação de situações de vulnerabilidade, inclusive de violência doméstica. A menção ao medo, à ausência de apoio e à falta de socorro imediato revela como o cuidado, para essas mulheres, está diretamente relacionado à segurança, ao acolhimento e à possibilidade de intervenção precoce diante de situações de risco. Nesse sentido, a fala da entrevistada explicita que a escuta das demandas concretas das mulheres é um elemento central para a formulação de políticas públicas sensíveis às desigualdades de gênero, território e classe, capazes de responder à diversidade de necessidades e de modos de vida. O que emerge como eixo

transversal dessas proposições é a reivindicação por um acolhimento social efetivo, hoje percebido como insuficiente ou inexistente.

Já para Raiane, ter alguém que auxiliasse na limpeza da casa seria fundamental para aliviar sua sobrecarga e, pensando coletivamente, ela responde:

Eu acho que deveria fazer uma pesquisa de campo, ver igual essas perguntas que vocês fizeram e colocar mesmo igual se fosse uma creche, ah vamos hoje aquela família que tá muito desgastada, vamos lá ajudar ela; vem fazer um mutirão, limpa casa; o que for mais difícil pra essa pessoa eles estarem ali a disposição e sem nenhum valor a ser cobrado; muitas famílias não têm dinheiro pra essas questões. (Raiane 2025, informação verbal)

Neste sentido, percebemos que o espaço doméstico, em suas demandas por organização, limpeza e preparação de refeições, se constitui como elemento que toma muito tempo de muitas mulheres responsáveis pelo lar. Janete também aponta que fazer almoço e arrumar a casa se constituiria um ponto que merece atenção de potenciais políticas públicas:

Entrevistadora:- Use sua imaginação, se essa instituição existisse, na sua opinião como ela deveria funcionar?

Janete: - É difícil porque ela teria que atender dificuldades diferentes de cada família, aí teria que se adequar a cada lar, no meu seria esse: fazer almoço. Ah! Imagina se eu chegasse em casa e não precisasse de fazer almoço nem janta de lavar louça, seria um sonho.

Entrevistadora: -E em que lugar do bairro deveria ficar?

Janete: -Tinha que ser... não, eu ia falar central, mas eu acho que é mais na periferia onde as pessoas mais precisam; são as pessoas que têm mais necessidade.

Entrevistadora: - aqui no bairro você acha próximo aonde?

Janete: -Não sei, perto da penitenciária, lá pra baixo, perto do horto, não sei. (Janete, 2025, informação verbal)

As falas de Raiane e Janete deixam claro que o espaço doméstico, particularmente no que se refere às tarefas de limpeza, preparo de alimentos e organização da casa, constitui-se como um dos principais núcleos de sobrecarga na vida das mulheres entrevistadas. Trata-se de atividades repetitivas, intermináveis e pouco reconhecidas socialmente, realizadas cotidianamente sem qualquer forma de apoio institucional. Ao apontarem essas tarefas como prioridade para a formulação de políticas públicas, as interlocutoras deslocam o debate do cuidado para o interior da casa, tornando visível aquilo que historicamente foi naturalizado como responsabilidade feminina.

A proposta de Diana revela uma compreensão sofisticada do cuidado como política pública situada. Ao sugerir a realização de pesquisas de campo, a identificação das famílias mais desgastadas e a organização de mutirões domésticos sem custo financeiro, a entrevistada formula uma política baseada na escuta, na solidariedade e na não mercantilização do cuidado. O modelo da creche é mobilizado como referência, mas ressignificado: trata-se de garantir tempo, alívio e dignidade às mulheres, e não apenas assistência pontual. Essa perspectiva nos ajuda a pensar que, para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, o acesso a serviços privados de cuidado é inviável, reforçando a necessidade de intervenção estatal direta.

De modo convergente, Janete enfatiza que qualquer política dessa natureza precisaria se adequar às necessidades específicas de cada família, reconhecendo a diversidade das demandas domésticas. Ao afirmar que seria “um sonho” chegar em casa sem precisar cozinhar ou lavar louça, a interlocutora explicita o desejo por descanso e por suspensão temporária da exaustão cotidiana — algo raramente considerado nas políticas públicas voltadas às mulheres. Além disso, ao defender que esses serviços estejam localizados nas áreas mais periféricas do bairro, Janice reafirma a importância da territorialização do cuidado, indicando que a efetividade das políticas depende de sua proximidade concreta com os espaços onde a vida acontece e onde a ausência do Estado é mais sentida.

Da mesma forma que Janice percebe que os afazeres relacionados à cozinha demandam muito tempo e esforço, Maria, que tem 4 filhos, sente o peso diário da sobrecarga nos cuidados com a casa:

Entrevistadora: - Imagine se existisse uma instituição que realizasse parte dos seus trabalhos de cuidados da casa por você, qual desses itens seria a principal necessidade de ser atendida: fazer almoço e lavar a louça, limpeza da casa, lavar e secar roupa, cuidar de crianças e idosos?

Maria: -Então diante da minha demanda e do meu cansaço desde que tive meu primeiro filho, gostaria de ter todos.

Entrevistadora: - Use sua imaginação, se essa instituição existisse, na sua opinião como ela deveria funcionar, em que lugar do bairro deveria ficar?

Maria: -Na minha casa. Seria ótimo! (Maria, 2025, informação verbal)

Um elemento recorrente nas propostas formuladas pelas interlocutoras diz respeito ao fato de que muitas das propostas imaginadas para aliviar a sobrecarga do cuidado se aproximam, em alguma medida, das estratégias historicamente acessíveis às classes médias, sobretudo a contratação de pessoas para realizar serviços domésticos, como limpeza da casa, preparo de alimentos, cuidado com crianças e lavagem de roupas. Esse dado não deve ser interpretado como simples reprodução acrítica de modelos elitizados, mas como reflexo das condições concretas de vida e das experiências acumuladas com os equipamentos públicos, geralmente marcadas pela precariedade, pela distância territorial e pelo atendimento insuficiente. Diante disso, a imaginação política das mulheres tende a se deslocar menos para a criação de novos equipamentos institucionais e mais para intervenções diretas no espaço doméstico, onde a sobrecarga efetivamente se produz.

Nesse sentido, é particularmente interessante observar como as interlocutoras elaboram a ideia de uma espécie de trabalhadoras do cuidado vinculadas ao Estado — faxineiras, cozinheiras, cuidadoras e babás públicas — que atuariam em domicílio, oferecendo apoio concreto às mulheres em situação de esgotamento. A proposta apresentada por Raiane é exemplar dessa lógica ao sugerir que o Estado realize pesquisa de campo, identifique famílias mais desgastadas e organize mutirões domésticos gratuitos, reconhecendo que muitas não possuem condições financeiras para contratar esse tipo de serviço no mercado.

Essa resposta também foi apresentada por Isis, Verônica e Vanessa, o que se torna ainda mais significativo quando se analisam as rotinas exaustivas de afazeres domésticos vivenciadas por essas mulheres. A experiência prolongada de confinamento no espaço doméstico parece ter evidenciado que, mesmo quando determinados serviços são atendidos por instituições coletivas — como escolas ou creches —, o retorno para casa ainda implica uma série de tarefas pendentes. Assim, o alívio da sobrecarga não se resolve apenas fora do lar.

Verônica, por exemplo, destaca que as atividades relacionadas à cozinha constituem um dos principais pontos de desgaste e mereceriam atenção prioritária em políticas públicas de cuidado:

Verônica: Ah, fazer almoço. (...) eu não gosto de cozinhar.
Entrevistadora: Use sua imaginação, se essa instituição existisse, na sua opinião como ela deveria funcionar?
Verônica: Seria bom se ela viesse pra minha casa de manhã; ficasse aqui e fazer o almoço pra mim; limpava a casa, cuidava da criança; seria maravilhoso.
Entrevistadora: E em que lugar do bairro deveria ficar?
Verônica: Acho que ali perto da igreja, é mais no centro do bairro.
(Verônica, 2025, informação verbal)

Embora a realização de refeições fora de casa, a baixo custo, possa representar um alívio para quem dedica muitas horas ao preparo de alimentos e à organização da cozinha, as próprias interlocutoras reconhecem os limites dessa alternativa quando há crianças pequenas. A necessidade de selecionar alimentos adequados a cada fase da primeira infância, controlar sal e açúcar e preparar papinhas específicas torna inviável, para muitas mães, a simples externalização da alimentação cotidiana. Mesmo o modelo já existente de restaurante popular, localizado na região central da cidade, mostra-se insuficiente para atender mulheres em puerpério ou com filhos de até dois anos, especialmente quando há dificuldades de deslocamento.

No que diz respeito à limpeza e ao asseio, a lavagem e secagem de roupas aparecem como demandas centrais, sobretudo entre mulheres que não dispõem de equipamentos automatizados capazes de dar conta do volume diário de vestuário e roupas de cama. Vanessa explicita essa necessidade de forma bastante concreta:

Vanessa: Olha, pra mim que tem filho pequeno, né, seria bom que a empresa viesse até minha residência, pegasse as roupas, lavasse e trouxesse elas dobradinhas e secadinhas. Pra mim seria uma boa, já ia ajudar bastante.
Entrevistadora: Em que lugar do bairro deveria ficar essa instituição?
Vanessa: Pra mim não importa o lugar, qualquer lugar seria bom se ela me atendesse, com certeza. (Vanessa, 2025, informação verbal)

Considerando que uma família com três ou mais crianças pode produzir facilmente cerca de dez quilos de roupa por dia, sem incluir roupas de cama, torna-se evidente que lavanderias coletivas só seriam viáveis se articuladas a sistemas de coleta e entrega em domicílio, uma vez que o transporte manual desse volume de roupas representa mais um fator de desgaste físico.

A centralidade do espaço doméstico como local da sobrecarga também aparece na fala de Miranda, que identifica a limpeza da casa como principal demanda e propõe um modelo de serviço baseado em agendamento e apoio pontual às mães exaustas:

Miranda: Limpeza da casa.

Entrevistadora: Use sua imaginação, se essa instituição existisse, na sua opinião como ela deveria funcionar?

Miranda: Um suporte de ajuda pra mãe que precise, a gente liga, às vezes é agendado, e no dia marcado poderia dar essa assistência a nós mães que estamos exaustas.

Entrevistadora: E em que lugar do bairro deveria ficar?

Miranda: No centro do bairro, na rua principal, que é acesso a todos. (Miranda, 2025, informação verbal)

Ainda assim, as entrevistas revelam que nem todos os afazeres domésticos são vivenciados como totalmente aversivos. Isis, por exemplo, expressa forte vínculo afetivo com a organização da casa, associando-a a sensações de bem-estar e tranquilidade emocional:

Isis: Eu gosto muito de organizar... por mais que eu esteja muito cansada, não consigo simplesmente ver algo bagunçado e deixar.

Entrevistadora: Te transmite paz?

Isis: É! Eu não consigo ficar em paz se a minha casa estiver zoneada, me dá uma aflição. (Isis, 2025, informação verbal)

Ao ser questionada sobre como uma instituição pública poderia atuar em parceria com ela, Isis deixa claro que sua principal demanda não é a substituição total dos cuidados, mas o compartilhamento do cuidado com as crianças, de modo que ela possa realizar outras tarefas sabendo que os filhos estão seguros:

Ah, eu gostaria que cuidassem deles, porque eu prefiro fazer as coisas enquanto eles têm alguém ali, alguém olhando certinho. (Isis, 2025, informação verbal)

São relatos que indicam que a transposição das experiências individualizadas de cuidado para serviços públicos precisa ser pensada de forma gradual, sensível e relacional. A resistência a modelos impessoais, nos quais a usuária se desloca até uma instituição para compartilhar o cuidado, está diretamente ligada às experiências históricas da população periférica com

equipamentos públicos, frequentemente marcadas pelo descaso, pela precarização e pela humilhação no atendimento.

As críticas de Deise às instituições do território L3-Linhares ilustram de maneira contundente esse histórico:

O posto de saúde foi horrível. Falta de educação, profissionais que ficam fazendo hora e não te atendem, descaso.
A escola o ensino é muito fraco.
O transporte público? Caindo aos pedaços!
A limpeza urbana? Precária! (Daniele, 2025, informação verbal)

Em uma sociedade marcada pelo liberalismo, a experiência do atendimento individualizado e privado transforma-se em um valor desejável, enquanto o serviço público passa a ser percebido como demérito, reservado àqueles que não podem pagar. Nesse contexto, as propostas das interlocutoras não apontam para a simples replicação de modelos já existentes de delegação do cuidado, mas para a criação de formas híbridas de coparticipação, inicialmente a custos extremamente acessíveis, que possam ser testadas, avaliadas e ajustadas a partir da experiência concreta das usuárias.

A possibilidade de escolha — sobre quais afazeres compartilhar, quando e de que forma — emerge como elemento central para ressignificar as tradições dos papéis de gênero. Ao introduzir gradualmente a ideia de que o cuidado pode ser oferecido por outras pessoas ou por instituições, sem que isso implique renúncia aos afetos ou à autoridade materna, essas propostas apontam para caminhos possíveis de desnaturalização da sobrecarga feminina e de construção de políticas públicas de cuidado enraizadas nas experiências reais das mulheres periféricas.

A proposta de coparticipação inicial, em vez da gratuidade imediata, justifica-se pela necessidade de valorização de uma experiência percebida pelas usuárias como próxima ao atendimento particular. Embora se saiba que os serviços públicos são financiados por meio da arrecadação de impostos, essa relação raramente é percebida de forma direta pela população, o que contribui para a falsa ideia de que a gratuidade não foi previamente custeada pelo trabalho coletivo. Tal percepção reforça a noção de que a atuação do Estado se dá como favor e não como direito social, enfraquecendo a apropriação cidadã das políticas públicas.

O rompimento com tradições profundamente arraigadas nos hábitos das mulheres brasileiras exige processos graduais de transformação. Ao usufruírem de serviços compartilhados com o Estado, mesmo que de forma parcial, as mulheres podem passar a perceber os benefícios da coletivização do cuidado, criando condições para que essa experiência seja transmitida às próximas gerações como alternativa ao modelo do cuidado centralizado em uma única pessoa. É esperado que essa mudança de mentalidade não ocorra de forma imediata, sobretudo diante da crença socialmente difundida de que as mulheres seriam naturalmente vocacionadas para os trabalhos do cuidado. Por se tratar de uma proposta política, essa desconstrução tende a gerar tensões, conflitos e até resistências, inclusive entre as próprias mulheres.

A associação entre mulher e cuidado é resultado de processos históricos vinculados à divisão sexual do trabalho, que instituiu uma ordem compulsória no interior das famílias, reservando aos homens a vida pública e às mulheres o reconhecimento moral por suas virtudes exercidas no espaço doméstico. Nas democracias liberais marcadas pelo individualismo, o estilo de vida privado e consumista torna-se cada vez mais oneroso, ao mesmo tempo em que se observa a redução das famílias intergeracionais e do número de filhos. Esse movimento desloca as decisões domésticas para fora do debate público, reforçando a ideia de que o cuidado pertence exclusivamente à esfera privada.

Nesse sentido, Esping-Andersen (1999) chama atenção para a naturalização da família como principal instância de proteção social, ao afirmar que “a política pública considera — na verdade insiste — em que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros” (Esping-Andersen, 1999, p. 5). Apesar das mudanças estruturais observadas nas famílias brasileiras, o familismo permanece como lógica predominante de organização das políticas sociais, fazendo com que a família continue a assumir quase integralmente as responsabilidades pelo cuidado, pela provisão e pela proteção de seus membros.

Nesse arranjo familista, o Estado tende a reduzir sua atuação no espaço doméstico, intervindo apenas em situações-limite, como negligência, abandono ou extrema vulnerabilidade. O impacto desse modelo recai de forma desigual sobre as mulheres, que passam a assumir a maior parte da sobrecarga do cuidado, muitas vezes sem apoio institucional. Essa responsabilização individual

é ainda mais intensificada pelas perspectivas liberais de Estado mínimo e pelas lógicas de mercado como instâncias reguladoras da vida social, o que contribui para a diluição da responsabilidade coletiva.

Há um consenso entre as interlocutoras quanto à necessidade de apoio nos afazeres cotidianos, uma vez que se mostra sobrecarga para uma única pessoa cuidar de três ou mais indivíduos de forma contínua. Além disso, mesmo quando há esforço para manter a casa organizada ao final de um dia exaustivo, a rotina se reinicia no dia seguinte, sem pausas ou delimitações claras. Diferentemente do trabalho formal, que possui horários definidos ou metas a serem concluídas, o trabalho doméstico e de cuidado se caracteriza por sua continuidade e ausência de encerramento, não havendo remuneração ou reconhecimento proporcional ao tempo, ao esforço físico, mental e emocional despendido.

A sobrecarga associada ao trabalho do cuidado aparece, nas narrativas das interlocutoras, como um obstáculo direto à possibilidade de dispor do próprio tempo e de experimentar formas mínimas de bem-estar. A perspectiva de compartilhar essas tarefas com uma instituição pública é associada, sobretudo, à recuperação do tempo expropriado pela rotina doméstica e à ampliação da qualidade de vida. Como afirma Ingrid, esse compartilhamento permitiria “mais tempo, né; mais tempo de fazer outras coisas; uma qualidade de vida maior; uma qualidade de vida que hoje a gente não tem”.

O tempo imaginado não é projetado como lazer sofisticado ou consumo, mas como espaço para necessidades básicas frequentemente negadas. Ao relatar o cansaço acumulado pelos trabalhos do cuidado, expressa de forma contundente esse esgotamento ao afirmar que, se tivesse algum tempo livre, “simplesmente iria dormir”. São falas sobre como a privação do descanso e do tempo para si constitui uma dimensão central da desigualdade vivida por essas mulheres, mostrando que a demanda por políticas públicas de cuidado está diretamente relacionada à possibilidade de recompor forças físicas, emocionais e psíquicas indispensáveis à própria sobrevivência.

Embora as mulheres entrevistadas nem sempre se percebam como exploradas, elas reconhecem de forma recorrente a sobrecarga envolvida no trabalho do cuidado, o que pode estar relacionado ao fato de que o cuidado com a família é socialmente significado como expressão de amor, dedicação e

responsabilidade moral. Nessa lógica, o investimento em si mesmas tende a ser postergado ou considerado secundário, uma vez que as necessidades do outro — filhos, companheiros e familiares — se impõem como prioridade cotidiana.

A sobrecarga do trabalho de cuidado, portanto, configura-se como um problema de justiça social e cultural, na medida em que consome de forma desproporcional o tempo, a energia física e o investimento emocional das mulheres. A maior parte das entrevistadas reconhece que dedica tantas horas a essas atividades que acaba impossibilitada de realizar projetos pessoais simples, como aprender crochê, cuidar da própria aparência, praticar atividades físicas, estudar, ou mesmo descansar, revelando como o tempo feminino é continuamente capturado pelas demandas domésticas.

Esse cenário de exaustão não se explica apenas pela quantidade de tarefas, mas também pelos mecanismos cotidianos que mantêm a responsabilização feminina pelo funcionamento da casa, mesmo quando há alguma participação masculina. Foi possível identificar a presença de um mecanismo psíquico e social que leva as mulheres a assumirem o controle do caos gerado pela desordem doméstica, o que faz com que a ajuda oferecida pelos homens seja frequentemente recebida com desconfiança. Nesses casos, as mulheres relatam a necessidade de supervisionar, orientar ou refazer o que foi delegado aos companheiros, evidenciando que, ainda que exista uma divisão parcial do trabalho, a responsabilidade pela organização, pela delegação e pela vigilância das tarefas permanece feminina. Trata-se, portanto, de uma divisão condicionada, na qual a ajuda masculina é aceita apenas sob critérios estabelecidos pelas próprias mulheres, reforçando desigualdades de gênero no interior do lar. Essa dinâmica pode ser observada na percepção de Janice, ao responder sobre a existência de uma divisão igualitária das responsabilidades domésticas:

Não, com certeza não, é completamente diferente, até porque a mulher é mais detalhista, a mulher gosta mais de organizado; é a minha concepção, tipo assim, meu marido ajuda, às vezes, a limpar a casa, mas não organiza, quer dizer, aquilo ali já me incomoda um pouco, aí vou lá e organizo, acaba que ele poderia fazer tudo e faz pela metade, eu vou lá e completo. (Janice, 2025, informação verbal)

O fato de muitas mulheres relatarem a necessidade de “completar” ou refazer aquilo que foi delegado evidencia o controle feminino sobre a organização do ambiente doméstico. Tal controle ajuda a compreender por que nem toda forma de ajuda resulta, de fato, no alívio da sobrecarga. Quando um afazer doméstico não é executado conforme os padrões esperados, o desconforto emocional tende a se intensificar, produzindo mais tensão do que alívio. Nesse sentido, observa-se a existência de uma relação de poder circunscrita ao espaço da vida privada, na qual as mulheres assumem a função de gerenciar a desordem até que ela desapareça.

Essa necessidade de controle não pode ser reduzida a um traço individual ou a um suposto perfeccionismo feminino. Trata-se da materialização de um hábito socialmente construído, que educa as mulheres a anteciparem as necessidades alheias em detrimento das próprias, respondendo continuamente às expectativas morais associadas ao cuidado. Prever ações voltadas ao bem-estar dos membros da família exige estar em constante estado de alerta, vigilância e prontidão. Essa condição permanente de disponibilidade tende a gerar sobrecarga psíquica, manifestada em estresse, ansiedade e sensação de exaustão. O compromisso com o cuidado, portanto, ultrapassa a dimensão prática das tarefas e se inscreve em relações complexas, contraditórias e atravessadas por desigualdades de gênero.

A fala de Jaqueline ilustra de forma clara como essa responsabilização desigual é percebida e naturalizada no cotidiano:

Entrevistadora: Na sua percepção, homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelos afazeres domésticos?

Jaqueline: Não. Porque o homem acha que é obrigação da mulher, e a mulher está sempre... porque a mulher gosta mais de organização, limpeza; o homem não liga muito. (Jaqueline, 2025, informação verbal)

Apesar desse controle exercido sobre o espaço doméstico, isso não significa que as mulheres recusariam compartilhar determinados afazeres. O que aparece como condição central é que a participação de outrem produza alívio real da sobrecarga, e não a reprodução da suposta inabilidade masculina ou das experiências de negligência historicamente vivenciadas nos serviços públicos. Tatiane expressa essa ambivalência ao afirmar que desejaria a socialização do cuidado em sua própria residência — onde a sobrecarga se concentra —, mas

manifesta preocupações legítimas com a segurança do lar, a preservação dos bens conquistados com esforço e as condições de trabalho de quem prestaria esse serviço:

Ah, eu me sentiria muito feliz, realizada, sobraria tempo pra eu investir no que realmente eu gostaria de mexer, que é meus estudos. Mas teria que ser realmente uma instituição que prezasse o bem-estar dos funcionários e a segurança do meu lar, porque colocar alguém dentro de casa é algo muito importante, tem que prestar muita atenção em quem coloca. (...) Teria que ser uma instituição muito responsável, que atendesse a questão financeira, que fosse algo honesto, com salário digno, condições dignas e carteira assinada. (Tatiane 2025, informação verbal)

Essas preocupações indicam que, para essas mulheres, a coletivização do cuidado não significa abandono do lar ou renúncia à vida privada, mas a ampliação de redes de apoio capazes de incidir justamente sobre aquilo que mais compromete sua autonomia: o tempo. Ao serem questionadas sobre a possibilidade de deixar de realizar algum dos trabalhos do cuidado, as respostas revelam prioridades claramente hierarquizadas. Janice, por exemplo, afirma que, se tivesse escolha, renunciaria à limpeza da casa, mas jamais do cuidado com o filho, ainda que isso lhe causasse incômodo:

Eu acho que deixava a casa... deixar o meu filho jamais, né! Com certeza vou cuidar dele, zelar por ele o máximo possível. Deixaria os afazeres da casa; com certeza iria me incomodar com a casa desorganizada, mas seria necessário.” (Janice 2025, informação verbal)

De modo geral, observa-se que as mulheres não desejam se afastar do controle da vida doméstica, mas gostariam de ter alternativas para delegar parte das tarefas que produzem maior desgaste, especialmente aquelas menos atravessadas por vínculos afetivos. O cuidado com filhos e filhas aparece como um valor inegociável, enquanto certos afazeres domésticos são percebidos como passíveis de compartilhamento. Como os afetos são subjetivos e variam de acordo com a trajetória e o contexto de cada mulher, torna-se inviável pensar em um único modelo de serviço de apoio que contemple todas as experiências. Ainda assim, essas trajetórias singulares apresentam demandas semelhantes, sobretudo no que diz respeito à limpeza e à organização da casa.

A recorrência da preocupação com a higiene permite inferir que a limpeza não é compreendida apenas como prática profilática voltada à saúde, mas como

um valor associado à subjetividade feminina, à ordem e ao bem-estar emocional. Nesse sentido, uma instituição pública voltada ao compartilhamento do cuidado teria maior receptividade se priorizasse critérios rigorosos de higiene e organização, aspectos considerados centrais para a confiança das mulheres e para a efetiva redução da sobrecarga cotidiana.

Entrevistadora: - Se pudesse ser construída na sua comunidade, como deveria ser uma instituição pública que realizasse os diversos trabalhos dos cuidados em parceria com você? Quais seriam as principais demandas a serem atendidas: fazer o almoço e lavar as louças, limpeza da casa lavar e secar roupas, vigiar e cuidar das crianças, idosos, e pessoas com deficiência?

Diana: - Todos! (risos)

Entrevistadora: - Um mais...

Diana: ...a ajuda com as crianças, né, que nossa! Demanda tempo e muita atenção e é o mais cansativo, eu acho. Acho que teria que ser uma instituição assim muito caprichosa, né, assim bem limpa com bastante cuidado, atenção, alimentação boa, né, higiene boa, isso que é o principal, o cuidado com as crianças que é o principal.

Entrevistadora: - E em que lugar do bairro deveria ficar?

Diana: - Mais ali no centro do bairro, com fácil acesso pra todo mundo.

Entrevistadora: - Perto de onde?

Diana: - O ponto final, seria ali. (Diana, 2025, informação verbal)

O ponto de partida para compreender as demandas e percepções das interlocutoras é reconhecer que o trabalho doméstico — seja realizado no interior da própria casa ou na casa de terceiros — é central para a organização social, ainda que seja sistematicamente desvalorizado. Trata-se de um trabalho que produz valor, pois sustenta a reprodução social ao garantir a alimentação, a higiene, o cuidado e a manutenção cotidiana da vida, possibilitando que outros trabalhadores estejam aptos a exercer o trabalho assalariado.

No entanto, esse mesmo trabalho só passa a ser reconhecido como trabalho quando é realizado fora do próprio lar, para terceiros, e mesmo assim de forma precária e mal remunerada. Isso evidencia que não é o tipo de trabalho que está em jogo, mas sim a forma como o trabalho das mulheres é explorado dentro da família — como obrigação moral e expressão de amor — e explorado no mercado, quando é remunerado com baixos salários, pouco prestígio e condições precárias. Como afirmou Silvia Federici, na campanha dos anos 1970 pelo salário para o trabalho doméstico: “o que eles chamam de amor, nós

chamamos de trabalho não pago”. A moralização do cuidado é, portanto, uma estratégia fundamental de ocultação da exploração.

Essa lógica é reiterada pelas falas das interlocutoras, como Diana, que ao imaginar uma política pública de cuidado destaca que todas as demandas — limpeza, alimentação e cuidado com as crianças — são igualmente extenuantes, enfatizando especialmente o cuidado infantil quando afirma “a ajuda com as crianças, né, que nossa! Demanda tempo e muita atenção e é o mais cansativo, eu acho”. (Diana, 2025, informação verbal)

Não se trata de afirmar que os homens seriam naturalmente desleixados ou incapazes de realizar tarefas domésticas, mas de reconhecer que há uma exigência estrutural e socialmente construída dirigida às mulheres para que essas tarefas sejam por elas assumidas. Essa exigência se manifesta nas relações conjugais, nas dinâmicas familiares e no imaginário social mais amplo, tornando-se fonte recorrente de conflitos, cobranças e até separações quando as mulheres não correspondem ao papel que lhes é atribuído.

Essa lógica aparece de forma clara no relato de Janete, ao afirmar que “a maioria dos homens pensa que só tem que ajudar financeiramente, que os afazeres da casa são da mulher”. A cobrança masculina, portanto, não se limita à realização objetiva das tarefas, mas está ancorada em uma leitura moral do cuidado doméstico, entendido como prova de amor, zelo e compromisso conjugal. O não cumprimento dessas expectativas tende a ser interpretado como desinteresse afetivo ou falha moral da mulher.

Tal compreensão é amplamente difundida na cultura brasileira e se expressa nas representações coletivas, conforme formuladas por Durkheim: formas simbólicas compartilhadas que orientam percepções, julgamentos e condutas sociais. Essas representações aparecem reiteradamente em ditos populares, discursos religiosos, políticas públicas, práticas cotidianas e, de maneira particularmente expressiva, na música popular. A canção citada abaixo condensa e dramatiza esse imaginário ao apresentar uma narrativa masculina na qual a desordem da casa — louça suja, banheiro sujo, roupa amarrotada, chão sem varrer — é traduzida como evidência de falta de amor e cuidado por parte da mulher.

A pia 'tá cheia de louça
O banheiro parece que é de botequim
A roupa toda amarrotada
E você nem parece que gosta de mim
A casa 'tá desarrumada
Nenhuma vassoura tu passa no chão
Meus dedos estão se colando
De tanta gordura que tem no fogão, oh oh

Se eu largar o freio, você não vai me ver mais
Se eu largar o freio, vai ver do que sou capaz
Se eu largar o freio, vai dizer que sou ruim
Se eu largar o freio, vai dar mais valor pra mim

Letra: Carlos Caetano Do Nascimento, Claudemir
Da Silva, Marcos Aurelio Goncalves Nunes

Nos versos, o eu lírico se coloca como provedor e, simultaneamente, como juiz moral da conduta feminina, estabelecendo uma relação direta entre ordem doméstica e afeto conjugal. A ameaça de abandono (“*se eu largar o freio, você não vai me ver mais*”) funciona como mecanismo simbólico de coerção, reforçando a ideia de que a permanência da mulher na relação está condicionada à sua capacidade de manter a casa limpa, organizada e funcional. A limpeza, nesse registro, deixa de ser apenas uma tarefa cotidiana e passa a operar como critério de valorização da mulher enquanto companhia.

Nesse sentido, a canção não expressa um caso isolado ou uma visão individual, mas traduz um imaginário social amplamente compartilhado, no qual o trabalho doméstico feminino é naturalizado como obrigação moral e afetiva. Assim, o trabalho doméstico não se reduz a um conjunto de tarefas práticas, mas constitui um campo de regulação moral e de poder, no qual as mulheres são continuamente avaliadas, julgadas e hierarquizadas a partir de sua conformidade com expectativas socialmente impostas.

Sobre a opressão oriunda dos afazeres domésticos na construção da subjetividade das mulheres, constata-se que

Assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis: ninguém as percebe, exceto quando não são feitas. (Davis, 2021, p. 225)

A centralidade atribuída pelas mulheres entrevistadas ao asseio e à limpeza não pode ser compreendida apenas como uma preocupação com a saúde ou com o conforto, mas como um valor moral profundamente enraizado. No imaginário social brasileiro, pobreza e sujeira são frequentemente associadas, como revela a expressão preconceituosa, porém amplamente difundida: “é pobre, mas é limpinho”. Essa frase evidencia que a limpeza funciona como estratégia simbólica de distinção e defesa moral em contextos de estigmatização da pobreza.

Nesse sentido, a valorização extrema da limpeza pelas mulheres periféricas pode ser lida como uma forma de resistência simbólica à desqualificação social. Ser limpa, manter a casa organizada e os filhos bem cuidados torna-se uma maneira de afirmar dignidade, respeito e valor pessoal em um contexto que associa precariedade material à desordem moral. Por isso, mulheres que não demonstram afinidade com a limpeza são frequentemente julgadas como desleixadas, tendo sua honra e sua feminilidade questionadas.

Esse julgamento não ocorre apenas externamente, mas também entre as próprias mulheres, funcionando como mecanismo de controle social do comportamento feminino. A limpeza, portanto, deixa de ser apenas prática e se converte em marcador moral de gênero.

Como argumenta Françoise Vergès,

o trabalho de cuidado e limpeza é indispensável e necessário ao funcionamento do patriarcado e do capitalismo racial e neoliberal; contudo, embora indispensável e necessário, ele deve permanecer invisível, marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. (Vergès, 2020, p.11)

[o trabalho do cuidado e limpeza] indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer invisível. Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas. Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. (Vergès, 2020, p. 17)

Quem é responsável pelos cuidados — muitas vezes mulheres negras e pobres no caso de trabalho remunerado — circulam pelos espaços com uma

presença quase “fantasmagórica”, garantindo a ordem, a higiene e o conforto alheio sem que seu trabalho seja reconhecido como tal.

Essa lógica reforça a fusão entre limpeza, honestidade e moralidade feminina, fazendo com que a capacidade de servir e cuidar seja interpretada como virtude pessoal, e não como trabalho explorado. Assim, a limpeza deixa de ser apenas ausência de sujeira e passa a funcionar como atributo moral da mulher, vinculando sua dignidade à sua capacidade de manter a ordem.

Como destaca Vergès, o cuidado é indispensável, mas deve permanecer invisível para que o sistema funcione. Essa invisibilidade se reproduz tanto no interior das famílias quanto no mercado de trabalho, onde os serviços domésticos seguem sendo essenciais e, ao mesmo tempo, subvalorizados.

Em síntese, as falas das interlocutoras nos ajudam a perceber que a adesão ao compartilhamento dos trabalhos do cuidado não depende apenas da existência de instituições coletivas, mas do modo como essas instituições incorporam valores considerados fundamentais pelas usuárias. O “valor-limpo” emerge como critério central, não apenas no sentido físico, mas simbólico: ordem, zelo, honestidade e respeito.

Isso ajuda a compreender por que as mulheres, embora reconheçam a necessidade de políticas públicas de cuidado, demonstram desconfiança em relação a equipamentos públicos historicamente marcados pela precarização e pela falta de zelo. A coletivização do cuidado, para ser efetiva, precisa dialogar com essas experiências concretas e com os valores subjetivos construídos ao longo da vida.

Assim, os caminhos apontados pelas mulheres periféricas para reduzir a sobrecarga do trabalho doméstico não se limitam à delegação ou à transposição das tarefas, mas passam pela criação de políticas públicas que reconheçam o cuidado como trabalho, garantam qualidade, dignidade e confiança, e rompam com a lógica que transforma amor em obrigação e servidão em virtude feminina.

Este subcapítulo concentrou-se na análise das propostas formuladas pelas mulheres entrevistadas para repensar os trabalhos domésticos e de

cuidado, a partir de suas experiências concretas de sobrecarga, exaustão e desigual responsabilização. Ao estimular o exercício da imaginação sociológica, as interlocutoras foram convidadas a pensar não apenas suas dificuldades individuais, mas possibilidades coletivas de reorganização do cuidado com participação direta do Estado. O que emerge dessas narrativas não é uma demanda abstrata por políticas públicas, mas proposições situadas, ancoradas no cotidiano, que tornam visível o caráter estrutural do trabalho doméstico como base da reprodução social.

Suas falas trazem com clareza o elo entre o trabalho doméstico não remunerado, realizado no interior das famílias, e o trabalho doméstico remunerado, exercido fora do lar. As tarefas são as mesmas — limpar, cozinhar, lavar, cuidar de crianças —, mas só se tornam reconhecidas como trabalho quando realizadas para terceiros, ainda assim sob condições precárias e mal remuneradas. As propostas das interlocutoras tornam evidente que não é a natureza do trabalho que muda, mas o regime de exploração: dentro da família, ele é naturalizado como obrigação feminina; no mercado, é subvalorizado economicamente. Em ambos os casos, trata-se de trabalho indispensável à organização social.

Nesse sentido, é particularmente significativo que muitas das soluções imaginadas pelas mulheres se aproximem, em alguma medida, das estratégias historicamente disponíveis às classes médias: a contratação de faxineiras, cozinheiras, babás ou cuidadoras. Longe de representar uma reprodução acrítica de modelos elitizados, essa escolha revela tanto a precariedade da experiência dessas mulheres com equipamentos públicos quanto a centralidade do espaço doméstico como lugar onde a sobrecarga efetivamente se produz. A proposta recorrente de criação de um centro público que disponibilizasse trabalhadoras do cuidado para atuação em domicílio — como sugeriram Diana, Janete, Verônica, Vanessa, Miranda e outras — aponta para a formulação de uma política pública inovadora: serviços domésticos e de cuidado prestados pelo Estado, com profissionais devidamente remuneradas, com direitos trabalhistas garantidos e condições dignas de trabalho.

Ao mesmo tempo, as entrevistas revelam que a coletivização do cuidado não é pensada como substituição total da vida doméstica ou como abandono

dos vínculos afetivos. As mulheres expressam com clareza que certos cuidados, especialmente com filhos e filhas, permanecem como valores inegociáveis. O que se deseja compartilhar são, sobretudo, os afazeres mais repetitivos, exaustivos e menos atravessados por afetos, como a limpeza pesada, o preparo cotidiano das refeições e a lavagem de roupas. Essa distinção reforça a necessidade de políticas públicas flexíveis, que respeitem a diversidade dos modos de vida e permitam às mulheres escolherem o que compartilhar, quando e de que forma, ampliando sua autonomia sobre o tempo.

As propostas formuladas pelas interlocutoras também mostram claramente uma preocupação ética e política com as condições de trabalho de quem prestaria esses serviços. A fala de Tatiane é exemplar ao afirmar que só aceitaria esse tipo de apoio se fosse oferecido por uma instituição “responsável”, que garantisse salário digno, carteira assinada e segurança tanto para a família atendida quanto para a trabalhadora. Essa preocupação dialoga diretamente com as reflexões de Françoise Vergès, para quem o trabalho de limpeza e cuidado é indispensável ao funcionamento do capitalismo racializado, mas precisa permanecer invisível, feminilizado e precarizado. As mulheres entrevistadas recusam essa invisibilidade ao reivindicar políticas de cuidado que reconheçam esse trabalho como central, valioso e digno.

As propostas das mulheres periféricas não se limitam à ampliação da oferta de serviços, mas colocam em questão o próprio modelo familista de organização do cuidado, no qual a responsabilidade recai quase exclusivamente sobre as mulheres. Ao defenderem a presença do Estado no interior da vida doméstica — seja por meio de trabalhadoras do cuidado, lavanderias com coleta domiciliar, ampliação do tempo escolar, agentes comunitários atuando na proteção das mulheres ou redes de apoio territorializadas —, as interlocutoras afirmam que o cuidado não é apenas um problema privado, mas uma questão de justiça social, de gênero e de tempo. Ao dizerem que, com esse apoio, teriam “mais tempo” e “uma qualidade de vida maior”, ou que, exaustas, simplesmente “iriam dormir”, elas revelam que o direito ao descanso, ao tempo próprio e à dignidade deve estar no centro de qualquer política pública de cuidado.

Apesar de ter entrado em vigor a Política Nacional do Cuidado por meio da Lei n.º 15.069, de dezembro de 2024, que prevê a promoção de políticas

públicas e a garantia ao acesso ao cuidado com qualidade (tanto para quem cuida como para quem é cuidado/a), bem como as discussões sobre essa temática terem saído do espaço acadêmico para agenda política de governo progressista, este capítulo elucidou, a partir da ótica das mulheres provedoras de cuidado, em que medida e sob quais condições elas aceitariam transpor suas experiências de cuidar para os serviços públicos. Apesar das relações de cuidado serem tecidas no ambiente privado do lar, as mulheres se mostraram dispostas a compartilhar as responsabilidades sem se ausentar do controle da vida doméstica, sob a condição de que fosse feito sob o crivo do “valor-limpo”. O fator limpeza apontou para algo mais significativo que ausência da sujeira, mas como um valor pessoal e como qualidade de quem oferece cuidado. Tal critério se contrapõe à perspectiva do serviço público que frequentemente aparece como sujo, precarizado ou insuficiente.

4 CUIDADO COMO DIREITO: POLÍTICAS PÚBLICAS, MERCADO E DESIGUALDADE SOCIAL

No Brasil o debate sobre a criação de uma Política Nacional de Cuidados iniciou-se no ano de 2023, após a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A criação da Secretaria Nacional de Cuidado e Famílias (SNCF) dentro do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) movimentou uma consulta pública para com o intuito de construir um sistema que reconhecesse o cuidado como um direito de todos, para além das áreas da assistência social, saúde e educação. É importante afirmar que o período pandêmico acelerou e intensificou a necessidade de se discutir o cuidado, passando este tema ter importância social e ser percebido como uma esfera da vida que precisava ser garantida por lei e instituída pelo Estado. Segundo Araújo, Kunin e Carneiro (2024) é possível “considerar que a pandemia de Covid-19 pode ter sido decisiva no sentido de impulsionar tal reflexão teórica de maneira mais reconhecida e mobilizações políticas ao redor do assunto”.

A evidente sobrecarga nas práticas de cuidado durante a pandemia, as explícitas desigualdades de gênero, de raça e de classe, foram alvo de discussão política, precisando que o Estado assumisse parte de suas responsabilidades que estavam delegadas somente ao indivíduo e suas famílias. Esta discussão se justificou pelo

reconhecimento de que a atual organização social dos cuidados é desigual e se sustenta em um modelo de cuidado familiar que se baseia principalmente no trabalho não remunerado das mulheres. Essa realidade – somada à grande pressão que recai sobre a renda familiar; ao desigual acesso a serviços de qualidade; e a barreiras para o acesso à educação e ao trabalho – compromete a autonomia econômica das mulheres e reproduz a pobreza e a desigualdade, afetando de forma mais perversa as mulheres negras. (Araújo, Kunin e Carneiro, 2024, p. 02)

O tema cuidado é alvo de discussão pública antes mesmo de integrar a agenda política do governo e de políticos profissionais. Os estudos feministas, pesquisas e publicações acadêmicas sobre o cuidado iniciaram a partir de 1980, com Carol Gilligan, Joan Tronto, Arlie Hochschild, Pascale Molinier, Patrícia Paperman e Helena Hirata, as quais foram precursoras neste assunto. Entretanto, o cuidado efetivamente só encontrou espaço na Câmara dos Deputados quatro décadas depois, devido ao isolamento social obrigatório. A sua incorporação na efetivação de políticas públicas está aliada à eleição de um governo com agenda progressista. O espaço doméstico, antes vivido em sua particularidade e na sua individualidade, foi tomado pela urgência de se discutir as práticas realizadas no seu interior, sendo assim

Por conta da quarentena, as redes sociais de ajuda e os arranjos de apoio nas tarefas produtivas e reprodutivas – entre escolas, creches e redes de vizinhança ou familiares – se viram entrecortadas e as famílias nucleares se viram sobrecarregadas, sobretudo as mulheres que cuidam de crianças, de adolescentes e de pessoas idosas. Porém, a intensidade com que as casas passaram a ser vividas e experimentadas contribuiu para que as colocássemos sob as lentes da mídia, das notícias e dos artigos acadêmicos desabafos sociais. (Araújo, Kunin e Carneiro, 2024, p. 4)

Como resultado da politização do tema em questão, foi sancionada em dezembro de 2024 a Lei N.º 15.069, que garante o direito ao cuidado. Com esse movimento foram surgindo Projetos de Lei (PL) tais como PL 2947/2024, PL 2193/2025 ambos de autoria da Deputada Samia Bomfim que ajustam e delimitam ações de intervenção no que tange as políticas de cuidado. Reconhecendo que as mulheres estão no centro da vida comunitária, tramita na Câmara Municipal de Juiz de Fora o PL de n.º 421/2025 de autoria das vereadoras Letícia Fonseca Paiva Delgado e Laiz Perrut Marendino, que visa instituir o Programa "Mulheres Guardiãs", o qual através da escuta às mulheres, tem o objetivo de agir preventivamente e de fortalecer o protagonismo feminino, reforçando que a vida particular das mulheres tem se deslocado para as discussões políticas.

Apesar de reconhecer que há avanços na legislação como processo das relações democráticas e para justiça social, existe milhares de mulheres em situação empobrecida e de regiões periféricas que não estão tendo seus direitos

garantidos em se tratando da responsabilidade compartilhada, principalmente em seus direitos de serem cuidadas. O reconhecimento de um público prioritário para as ações do cuidado não pode gerar uma hierarquia entre quem oferece cuidado e quem é cuidado, é preciso que se crie meios de consolidar o que está previsto nos termos de organização social e que a sua responsabilidade seja instaurada de forma equitativa.

A heteronomia e autonomia são vistos como valores sociais na atualidade, condicionando as relações sociais hierarquizadas a partir de categorias arbitrárias. Os indivíduos são estimulados a alcançar autonomia e independência nas ações diárias como forma de se autogovernar, se isolando cada vez mais do pertencimento a uma comunidade.

A heteronomia por sua vez, entendida como submissão às outras pessoas, às regras que vem de fora do sujeito, (Kant, Piaget) neste contexto social se torna contrária à ideia de autonomia. Um sujeito que não é autônomo é denominado assim por suas incapacidades, sejam elas físicas ou cognitivas. Este indivíduo é visto como aquele(a) que não possui condições de se deslocar sozinho, tomar decisões usando a capacidade da razão ou de cuidar de si mesmo. A pessoa que não pode cuidar de si mesma pode sofrer com diversos estigmas sociais causada pela dependência temporária ou permanente de outrem.

O problema social não está em reconhecer a existência da dependência, mas em ignorar a interdependência entre os sujeitos, pois há uma falsa ideia de que pessoas têm condições de viverem sozinhas diariamente, mesmo que seja por opção ou por falta dela. Considerar as relações de dependência como algo negativo é anular a percepção de que as necessidades dos seres humanos são atendidas nas relações interpessoais, interferindo diretamente como se estabelecem os afetos.

Neste sentido a conjuntura neoliberal que tanto valoriza a autonomia e estimula o individualismo resalta os aspectos da dependência como algo indesejável aos sujeitos. A humanidade tem falhado na ideia da construção de um sujeito universal autônomo a ponto de serem considerados independentes. Neste sentido, as ações sociais de uma pessoa tornam-se falsamente

desvinculada da vida coletiva. Essa desarticulação social reside no fato de que o estilo de vida adotado na atualidade ignora que toda ação individual, mesmo que pareça insignificante, interfere na vida coletiva. Por conseguinte, o sentimento de pertença a um grupo social tem se reduzido cada vez mais a pequenos núcleos de agrupamentos coletivos nos quais os sujeitos só convivem quando se identificam entre si, incapacitando o ser humano para lidar com as diferenças e os conflitos inerentes ao ato de viver numa coletividade mais ampla.

Não é possível afirmar a existência de um sujeito completo em sua autonomia, pois sempre haverá a necessidade de um outro para suprir das suas necessidades mais básicas até as mais complexas. É uma falsa dicotomia considerar a heteronomia como um valor menos prestigiado sendo uma oposição indesejada à autonomia dos sujeitos, visto que os seres humanos não se limitam a binarismos simplistas.

Os estudos sobre o cuidado identificam que há dois grupos de pessoas nesta relação, os que se beneficiam do cuidado e os que oferecem cuidado. A separação entre as duas partes deve ser vista como apenas um recorte para estabelecer categorias analíticas, pois caso contrário estabeleceremos binarismos, como se quem oferece cuidado nunca precisasse de cuidado, ou nos levaria acreditar equivocadamente que só se beneficia do cuidado quem possui reais dependências físicas ou cognitivas, o que não é verdade.

Há um problema teórico quando o cuidado, associado negativamente à ideia de heteronomia, é tomado por binarismo de quem tem autonomia para cuidar e de quem tem dependência e precisa ser cuidado, por que é desconsiderar as complexidades existentes em diversas redes familiares de parentescos e redes solidárias comunitárias, nas quais todos os envolvidos precisam contribuir de alguma forma para garantir a sobrevivência em ambientes hostis ou precarizados. Não é incomum em comunidades vulneráveis ver crianças mais velhas cuidando dos seus irmãos ainda bebês, idosos em idade avançada cuidando de vários netos ou de adultos com deficiência participando do cuidado coletivo em famílias ampliadas.

Usar modelos teóricos do trabalho do cuidado assalariado, no qual costuma ser ofertado a duas categorias sociais, as pessoas com dependência e

a quem pode pagar para ser cuidado, também reduz as possibilidades de ser pensar em trabalhos do cuidado em ambientes de convivência periférica.

A hierarquização da categoria de pessoas que serão cuidadores é um problema para justiça social entre beneficiários e ofertantes, pois desconsidera a necessidade da equidade e igualdade de direitos de todos os seres humano serem cuidados por seus semelhantes.

É preciso a superação das dicotomias e da hierarquização dos seres humanos nas relações de afeto e do cuidado, principalmente quando se sabe que a organização social orientada pelo machismo subordinou as mulheres para servirem aos homens, retirando o direito delas de serem cuidadas e de cuidar em coletividade. O individualismo contribuiu para o distanciamento das relações coletivas, confinando mulheres ao ambiente doméstico, aprisionando o gênero feminino à categoria de serviçal.

O que venho afirmar é que o gênero não deveria definir papéis sociais, nem que as mulheres deveriam abandonar o trabalho do cuidado definitivamente, pois esta perspectiva que proponho adota o cuidado como categoria coletiva, que serve para todos os seres humanos, independente do seu gênero. Neste sentido não é possível falar em libertar as mulheres de uma servidão para aprisionar outra categoria social em seu lugar, pois todos os seres humanos precisam cuidar de seus semelhantes. Tal princípio é uma projeção de possibilidades para uma nova perspectiva social para um cuidado ético, no qual não há exploração, nem servidão, pois a equidade e a igualdade de direitos regeriam as relações humanas.

O gênero, a classe e a raça não podem ser mais categorias que definem quem ofertará os cuidados em nossa sociedade, pois este deverá ser entendido como uma obrigação inerente a todos os seres humanos. A cristalização dos papéis sociais atualmente bem aceitos e estabelecidos por quem se beneficia de cuidados deve ser alvo de questionamentos e tensionamentos políticos, pois é inaceitável que ainda se admitam que pessoas sejam feitas de servos a quem tem poder social, econômico ou político.

Cunhar um novo mundo possível passa necessariamente pela problematização da gestão dos cuidados, uma vez que é impossível qualquer

ser humano viver sozinho. A vida coletiva, solidária e acolhedora deveria ser premissa social para todos os seres humanos, rompendo com a hierarquização e a distinção entre gênero, classe e raça.

É preciso pensar o cuidado para além do que se está posto – como categoria de menor prestígio social –subalternizando quem o oferece. Se pensarmos em termos práticos, ele é uma das prioridades sociais, pois do nascer até o fim da vida todos os seres humanos dependem do cuidado para desfrutar de bem-estar social e promover uma sociedade sustentável.

A crise do cuidado não consiste só em desvalorizar a pessoa que o oferece, mas em desprestigiar e ignorar a sua importância social para manutenção de toda forma de vida. A sua invisibilidade não pode ser considerada mero acaso, pois quando o cuidado entra em foco, revela a fraqueza de quem tem poder, bem como torna visível o poder de quem está subjugado, desacomodando pessoas das suas posições de quem tem conforto e desfruta de bens e recompensas sociais.

Só os bens e posição de prestígio não garantem por si só um cuidado de qualidade, pois é preciso haver pessoas dispostas a ofertá-lo. Existe uma falsa premissa de que o bem-estar de um indivíduo tem relação direta com o quanto um outro ser está disposto a se dedicar, porque a exclusividade do cuidado é nociva aos seres humanos, e, quando feito neste modelo, reforça individualismos, exploram e sobrecarregam as pessoas que cuidam.

Na discussão ética sobre os cuidados oferecidos de um ser humano a outro, é preciso haver a inclusão das suas relações com o meio físico, biológico e social, tratando esses aspectos como pilares para um novo mundo possível, caso contrário não haverá um mundo nem seres humanos para serem cuidados.

O trabalho de Helena Hirata (2022) discute as implicações teóricas e sociais do cuidado, problematizando a ideia de um ser humano definido por sua autonomia em contraposição à sua dependência e vulnerabilidade. Este debate revela o conceito político de cuidado quando a autora compartilha com as pioneiras da França (Escola francesa dos estudos do *care*) a convicção de que a vulnerabilidade e a interdependência são constitutivas de todo ser humano e que o trabalho do cuidado são responsabilidades de todos, sem distinção de

sexo, raça ou classe social. Entretanto apesar do reconhecimento teórico dessas afirmações e da pandemia trazer luz para as relações de interdependência do cuidado, mesmo daqueles que pareciam menos vulneráveis como os homens brancos em idade adulta e em posições de poder, as relações políticas continuam apenas no plano retórico.

Segundo Hirata (2022), durante a pandemia, a construção social da imagem tranquilizadora de uma sociedade constituída por adultos competentes, iguais e autônomos criticada no trabalho Patrícia Papermam (2005), foi desfacelada e trouxe o cuidado como uma prática central de uma rede de interdependência entre seres humanos. Desta forma, os trabalhos do cuidado não são apenas locais, mas uma demanda global tão necessária à produção da vida quanto à sua reprodução.

As ações de cuidado são amplas e complexas, e quando exercidas na ótica capitalista, se tornam mercadoria. Sendo assim, quem pode pagar tem o direito de ser cuidado com maior qualidade técnica e de escolher funcionários com que tenham afinidades afetivas. A falta de instituições públicas e outros modelos de cuidado coletivo não se tornam plataforma de candidatos a cargos políticos justamente por interferirem diretamente na lógica mercadológica, na qual mantém uma grande maioria de trabalhadoras oprimidas com baixos salários ou em subempregos.

Para além da discussão sobre a delegação ou a acumulação de trabalhos do cuidado e dos afazeres domésticos que sobrecarregam trabalhadoras formais e informais moradoras de bairros periféricos de várias cidades brasileiras, busca-se elucidar o movimento de um mercado privado do trabalho do cuidado que envolve diversos setores como educação, saúde e de trabalhadoras domésticas que atuam para oferecer qualidade de vida para uma pequena parte da população que detém privilégios econômicos.

Em grande parte desses setores, o cuidado é realizado por mulheres que são marcadas pelas distinções de classe e de raça. O modelo de cuidado mercantilizado dentro do ambiente doméstico potencializa a exploração de pessoas e intensifica a vulnerabilidade de grupos oprimidos, se tornando um privilégio de quem detém o poder econômico, uma vez que explora a força de

trabalho de mulheres que apresentam circuitos de vida precarizados e vulneráveis.

No caso de trabalhadoras domésticas, os beneficiários do cuidado têm capacidade para cuidar de si mesmos, porém optam pelo serviço pessoal, que segundo Tronto (2007, p. 291), “o serviço pessoal é o cuidado que alguém pode fornecer a si mesmo, mas escolhe não o fazer. A diferença não é sobre a perícia, mas sobre a capacidade que se tem em satisfazer necessidades específicas de alguém”.

Esta relação desigual entre quem cuida e quem é cuidado demonstra uma disparidade na relação de poder, uma vez que uma trabalhadora que não atenda aos critérios de quem a contratou, facilmente será substituída. As relações desse tipo de cuidado também podem ser problemáticas quando não ficam muito claros quais são os limites do serviço pessoal dentro do ambiente doméstico, uma vez que não há fiscalização diária entre patrões e empregadas no ambiente privado.

O cuidado mercantilizado ao se tornar um privilégio econômico destitui o direito de cada cidadão de receber um cuidado com qualidade. Diversas instituições privadas, sejam elas educativas ou de saúde, oferecem serviços pagos com maior prontidão, qualidade e critérios de excelências, enquanto grande parte da população que vive em situação de pobreza aguarda em lista de espera de vagas em creches ou espera por vários meses uma consulta para tratamento médico.

Ser bem cuidado no Brasil tem se constituído é um privilégio de classe, de gênero e de raça, em negação a ser um direito de todos. Os serviços do cuidado oferecidos por redes públicas acentuam a procura por serviços privados e especializados, fazendo um mercado crescente e rentável, no qual explora mão de obra barata e facilmente substituível. A perspectiva mercadológica e globalizada do trabalho do cuidado tem influenciado as formas de compreender e oferecer cuidado a toda população, uma vez que o cuidar não é visto como um direito e uma necessidade de todo cidadão e cidadã, e sim um benefício de quem pode comprá-lo.

Faz parte das discussões acadêmicas e dos debates políticos que um dos efeitos do capitalismo é o esgotamento dos recursos do planeta, bem como a

transformação das relações sociais na qual o individualismo predomina em detrimento das relações solidárias. As políticas públicas acabaram se pautando nos princípios liberais, deixando os indivíduos responsáveis pela sua vida privada, sendo responsáveis pelo seu próprio sucesso financeiro e pelas suas escolhas de vida.

Nesse contexto de modernidade pós-colonial e de urbanização das cidades no Brasil, as relações de cuidado por muitas décadas também foram deixadas para serem providas dentro do ambiente privado. Após a constituição de 1988, as discussões sobre o bem-estar social, a ampliação de direitos para a população e estabelecimento de seguridade social incluíram no debate político novas diretrizes para atender algumas demandas de cuidado coletivo dos/as cidadãos/ãs como educação, saúde, previdência e assistência social.

No que diz respeito ao cuidado no ambiente privado pouco se fez para alterar as relações de exploração do trabalho do cuidado exercido predominantemente pelas mulheres. Apesar de sua maior participação no mercado de trabalho, as responsabilidades pelas demandas do cuidado foram resolvidas de forma particular. Essa responsabilidade individualizada mascara uma demanda social pela socialização coletiva dos afazeres domésticos e cuidado com pessoas dependentes, visto que as soluções encontradas perpassam pela mercantilização do serviço ou pela exploração dentro das famílias em situações mais vulnerável.

Há um grave problema para democracia quando são impostas às mulheres as necessidades de realizarem individualmente os afazeres do cuidado, pois o princípio do individualismo, da competição e aceitação das desigualdades não reconhecem o cuidado como responsabilidades coletivas. Neste sentido, esta pesquisa constatou que as soluções encontradas pelas entrevistadas para resolver a questão da sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado também perpassou pelo viés privatista, apesar de ressignificar esse conceito enquanto uma demanda coletiva.

Ao contrário do que esperávamos inicialmente — que elas trouxessem alternativas de caráter coletivizado e reivindicações voltadas à responsabilização do Estado —, emergiu uma percepção fortemente marcada pela desconfiança

em relação ao “público”. Algumas falas revelaram que os equipamentos coletivos ou estatais são frequentemente vistos como espaços precários, descuidados e desorganizados. Essa experiência cotidiana com serviços públicos de baixa qualidade como a vivida por Deise, parece produzir uma associação entre o “público” e o “abandonado”, reforçando a ideia de que aquilo que é compartilhado não recebe a devida atenção, cuidado, limpeza e organização.

Nesse contexto, as propostas formuladas pelas mulheres caminharam majoritariamente no sentido semelhante a soluções privatistas ou individualizadas, como a presença de alguém para cozinhar, lavar ou realizar a faxina dentro de suas casas. É interessante observar que, ainda que houvesse abertura para imaginar outras formas de organização social do cuidado, elas raramente mencionaram alternativas coletivas, como restaurantes comunitários, por exemplo. Isso sugere que o horizonte de resolução percebido por elas se aproxima das soluções já naturalizadas nas classes médias urbanas, em que o trabalho doméstico é externalizado pela contratação de empregadas domésticas, babás ou diaristas. Assim, há uma internalização de modelos de mercantilização e privatização do cuidado, que se apresentam como mais viáveis ou eficazes no imaginário das entrevistadas.

Ainda assim, algumas falas como a de Tatiane e de Miranda trouxeram uma inflexão importante: a sugestão de que o Estado poderia contratar e disponibilizar trabalhadoras domésticas para atender às famílias pobres. Trata-se de um deslocamento interessante, pois combina a percepção de ineficiência do espaço coletivo com a expectativa de que o Estado atue como mediador, alocando mão de obra diretamente nos lares. Essa perspectiva evidencia uma chave analítica potente: a articulação entre experiências concretas de precariedade dos serviços públicos e a busca por soluções que se aproximam de modelos privatizados, mas adaptados ao contexto de vulnerabilidade econômica. Ao reivindicarem o direito a esse tipo de suporte, as mulheres não apenas denunciam a sobrecarga cotidiana que enfrentam, mas também revelam as limitações e contradições presentes em suas percepções sobre o papel do Estado, do mercado e da coletividade na organização do cuidado.

No que diz respeito à organização pública e coletiva dos cuidados, não é possível pensá-lo sem levar em consideração as experiências vividas pelas

moradoras de regiões periféricas, o caráter privatista e individualizado como o cuidado tem sido realizado até os dias atuais. Isto demonstra que a publicização do tema a partir da ótica das provedoras de cuidado está carregado de contradições entre demandas imediatas e estrutura mercantilizada. Porém ao sugerirem a coparticipação do Estado, nos traz potência para repensar o papel do Estado na redistribuição e na valorização do cuidado.

Sabendo que o sexismo tem organizado a vida social em países marcados pela experiência do colonialismo (Vergè, 2020), poderíamos pensar que o potencial criativo da solução privatista vai para além de uma replicação do modelo individualista quando poderia emergir a percepção de que mulheres em situação empobrecida estariam intuitivamente reivindicando para si a distribuição mais igualitária, mais equitativa dos bens e dos privilégios de cuidado destinados aos homens e às mulheres brancas das camadas médias. Essa resignificação do modelo talvez não seja apenas uma limitação imaginativa, mas o aparecimento de um movimento de resistência a distribuição desigual dos privilégios de cuidado. Isto pode significar que mulheres em situação empobrecida não vão aceitar qualquer política de cuidado como se fossem gratas a um favor, uma vez que, mesmo desconhecendo as novas legislações, elas apresentaram critérios bem delimitados a respeito de como elas desejam que o cuidado seja compartilhado.

É possível suspeitar que na execução de políticas públicas há uma forte tendência em empurrar soluções elitistas às pessoas em situação empobrecida, pervertendo a lógica do direito como favor, neste caso, não se questionam os privilégios de raça, de gênero e de classe. Após a análise das falas e das conversas com as interlocutoras, foi possível dar direito à voz e falar com elas sobre o cuidado, sendo possível inferir que o pensamento coletivo sobre o trabalho do cuidado se reflete no desejo de ter privilégio de ser cuidada em sua própria casa. Seria de fato um problema social e ético que estas mulheres desejem a casa organizada no conforto do meu lar? Pensar que as entrevistadas apenas conceberam a replicação de modelo privatista numa concepção simplista pode estar escondendo a resistência que se tem em dismantlar a ordem capitalista que distribui os privilégios na hierarquia baseada na heterocisnormatividade. A corresponsabilidade do Estado, quando (e se for)

efetivada não pode cair na lógica do capital que perpetua a divisão sexual do trabalho do cuidado baseado no patriarcado.

Pode ser um equívoco analítico pensar que a única solução para os problemas sociais ou de infraestrutura da população de baixa renda seja a criação de instituições coletivas. As mulheres entrevistadas da região da Zona Leste de Juiz de Fora representam o cotidiano de muitas outras moradoras de regiões periféricas da cidade. Elas vivem diariamente a experiência do que é público e do coletivo seja nas escolas, nas creches, no posto de saúde, no transporte urbano e no lazer. Todos estes serviços são conquistas políticas e a sua finalidade social é indiscutível para melhoria da qualidade de vida da população. A experiência pode nem sempre ser positiva quando, por exemplo, as escolas necessitam fazer greves deixando milhares de crianças em situação de defasagem escolar, de insegurança alimentar e de vulnerabilidade. Não se está questionando o direito à greve, nem as suas reivindicações, mas os prejuízos para população que mais precisa dela. No que diz respeito aos serviços de atenção básica à saúde, a espera por uma consulta especializada pode ultrapassar 12 meses, neste período de espera, a usuária pode ter danos irreversíveis a sua própria saúde ou a de seus filhos. Quanto ao transporte público, apesar da prefeitura ter investido em melhorias que afetaram a cidade de forma geral, nos bairros em questão, mesmo havendo uma diversidade de itinerários, as empresas destinaram à parte periférica os ônibus mais precários, ocorrendo diariamente falhas mecânicas, acidentes e imprevistos. Tais ações revelam que a distribuição dos benefícios criados pelas políticas públicas também não é equitativa, destinando à parte mais empobrecida da cidade os bens públicos mais precários ou ofertam os serviços de forma mais escassa. Neste sentido, estes equipamentos e a experiência do coletivo é vivida com muita luta diária para que os serviços sejam prestados e funcionem com qualidade minimamente aceitável. Há uma expectativa preconcebida oriunda do neoliberalismo de que o direito à qualidade só pode ser exigido se houver participação financeira do seu usuário, o que é uma grande contradição no que diz respeito ao patrimônio público, pois os bens/serviços públicos são diretamente custeados pelos impostos da população que depende dela.

O custeio de parte ou de todas das ações do cuidado, seja em modelo de benefício ou em coparticipação a preços mais populares, é inovador, pois vem requerer que a população seja atendida com a qualidade que merece, uma vez que a contribuição financeira já está prevista no orçamento dos cofres públicos. A experiência do coletivo como restaurantes, lavanderias também precisa existir como forma de haver mais de uma opção, não restringindo a usuária a somente uma modalidade de serviços. Entretanto estes serviços não podem replicar o descaso com a população de baixa renda, destinando às regiões periférica um alimento de qualidade duvidosa, desmazelar com a higiene da cozinha, não cumprir fidedignamente as normas sanitárias ou interromper os serviços sem comunicar a população que se beneficia do atendimento. O mesmo princípio de qualidade deve se aplicar as lavanderias coletivas, prezando pelo asseio e pelo cuidado com as roupas da população que não possui condições de repor peças de roupa em caso de perda ou danos. É preciso superar a percepção de que a população empobrecida, por estar diariamente inserida em condições hostis de existência, deveria aceitar como vantagem qualquer serviço prestado.

Não se trata de defender uma política de privatização, mas de questionar a distribuição hierárquica dos privilégios numa sociedade que se diz democrática e de direitos. A constatação é que as políticas pensadas para mulheres periféricas - não brancas - não devem continuar perpetuando as lógicas de mercado quando a distribuição dos privilégios e do direito a ser cuidada segue a lógica da distinção, sendo o que é coletivo destinado à população empobrecida, e o privado direcionado para as camadas médias/altas (representadas por pessoas brancas moradoras das regiões em que a infraestrutura urbana atende satisfatoriamente os cidadãos/cidadãs).

Um feminismo decolonial anticapitalista vem descortinar a violência sistêmica imputada aos corpos das mulheres racializadas e o lugar em que a estrutura de poder racista as tem colocado ao longo dos séculos. Em países como o Brasil com passado histórico de escravidão colonial, que ainda carrega resquícios das relações de dominação na sua organização social, pode haver sérios riscos de se fazer políticas que naturalizam o estado de servidão das mulheres marcadas pelas diferenças de raça, de classe, de idade, de território e de religião. O estado de servidão nas relações de cuidado performado no

ambiente do lar pode ser considerado um tipo eficaz de violência moral, sendo este é

o mecanismo mais eficiente de controle social e reprodução das desigualdades. A coação de ordem psicológica constitui-se no horizonte constante das cenas cotidianas de sociabilidade e é a principal forma de controle e de opressão social em todos os casos de dominação. Por sua sutileza, seu caráter difuso e sua onipresença, sua eficácia é máxima no controle das categorias sociais subordinadas. No universo das relações de gênero, a violência psicológica é a forma de violência mais maquinal, rotineira e irrefletida e, no entanto, constitui o método mais eficiente de subordinação e intimidação. (Segato, 2025, P. 134)

Neste sentido, a matriz Estado, capital e patriarcado (Vergè, 2020) produz uma experiência profunda e concreta de opressão contra as mulheres racializadas a começar pelo ambiente doméstico, onde pouco se questionam as relações de poder, de controle e de dominação. Esta relação perversa entre patriarcado e capitalismo já fora mencionada por Lélia Gonzales (2020) quando afirmava que as diferenças foram transformadas em desigualdades, e que mulheres são mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista.

São precisas ações políticas que promovam e permitam que o cuidado seja percebido e realizado em corresponsabilidades com o Estado, com as famílias e com todos os cidadãos e cidadãs, uma vez que todos nós somos codependentes uns dos outros. A aceitação de que não somos totalmente autônomos se faz pelo reconhecimento de que somos seres que precisamos de comunidades para viver e que nossa sobrevivência também depende do meio físico e biológico. Isto quer dizer que todos os seres humanos são interdependentes, e que em todas as etapas da vida precisarão de cuidado por estar em situação de dependência, seja ela mais intensa como fases etárias, em caso de doenças temporárias ou permanente.

A ampliação das redes de cuidado social realizado de modo democrático, além de incluir o cuidado com o meio físico e biológico, faz parte de uma perspectiva ecológica do cuidado que valoriza atitudes sustentáveis e de cooperação. Para romper com a ótica neoliberal que individualiza a

responsabilidade do cuidado como um papel compulsório feminino para uma perspectiva socializadora dos cuidados doméstico compartilhado com o Estado, é necessário desenvolver modelos mais eficientes, ecológicos e coletivos de manter o asseio doméstico, a proteção de pessoas dependentes.

Num esforço criativo e sociológico para conceber um novo mundo possível, cunhei o termo "ecossocialização dos trabalhos do cuidado" para me opor às formas já existentes e exploratórias da mão de obra feminina. A emergência da ecossocialização do cuidado como resistência às desigualdades de gênero, de classe e de raça, se faz indispensável para que o meio em que vivemos seja mais equitativo na distribuição e no uso dos recursos disponíveis à população, influenciando na elaboração de políticas de direitos dos cidadãos para que se tornem mais equitativas e focadas em micro relações sociais.

O estilo de vida globalizado que tenta replicar experiências e vivências sociais de outros meios interfere nas relações interpessoais de contextos muito distintos quando o padrão valorizado é baseado nos países do Norte Global e de grandes centros urbanos comerciais, no qual a exploração esgota os recursos necessários a qualidade de vida no planeta, reproduzindo e naturalizando as desigualdades a partir de critérios de classe, de raça e de gênero.

As relações de cuidado interpretados a partir de uma ótica eurocentradas ou baseado na família tradicional de classe média centralizou as ações na figura da mulher, valorizando uma falsa sensação de privacidade doméstica como inerente a qualidade do bem-estar individual. O cuidado oferecido de forma particular se tornou um padrão moral a ser seguido, sendo associado ao sucesso da família, ligados aos privilégios econômicos, de classe e de raça.

Nesta perspectiva, a formação de elos de coletividade do cuidado estaria sendo associado a falência de um modelo idealizado do papel feminino dentro da família, sendo destinada a famílias classificadas como desestruturadas, moralmente corrompidas ou em situação de vulnerabilidade. Quando as configurações familiares fogem aos padrões normativos do mito da família cristã de classe média no Brasil, centrada na figura paterna e na obediência da mulher e dos filhos ao pater, nota-se que muitos grupos ficam desprotegidos socialmente e excluídos de políticas que atendam suas demandas.

É preciso uma ruptura com o padrão capitalista, patriarcal e heteronormativo que centraliza a mulher (principalmente as negras e em situação de pobreza) como responsável pelos afazeres domésticos e trabalhos do cuidado, visto que todos os seres humanos deveriam ser corresponsáveis pelas ações e atitudes do cuidado como dever ético, político e ecológico.

O cuidado é parte essencial da vida de todos os seres humanos, embora tenha-se a impressão de que alguns grupos são mais necessitados de cuidados do que outros, por não poderem cuidar de si mesmo com certo grau de autonomia. Entretanto, este entendimento pode suprimir a ideia de interdependência quando as ações do cuidado são aceitas como unilaterais. Porém elas são plurais, garantem a qualidade da vida coletiva, independentemente da idade, do gênero, do sexo ou da raça.

Dito isto, um grupo ao ser responsabilizado individualmente pelos cuidados vai contra a ideia de interdependência coletiva, reforçando estereótipos que geram subalternidades. O cuidado não é uma ação destinada apenas a indivíduos mais fracos e vulneráveis, tendo em vista que a espécie humana enquanto ser social, deve reconhecer sua necessidade por cuidado e proteção, além de respeitar as diversas formas de vida.

A necessidade de cuidado não deve ser entendida como carência de um indivíduo, atrelado às ações minimamente necessárias à sobrevivência, pois pode ser problemático tecer a ideia de uma política pública baseada na noção de necessidade individual, quando o que é necessário para cada sujeito pode abranger diferentes perspectivas. Inversamente não se pode falar de políticas efetivas a partir de conceitos abstratos como igualdade e democracia, nos quais não se consideram as diferenças entre os seres humanos, nem a delegação da representação democrática onde o povo não governa.

O desafio para o nosso século se constitui em como pensar em políticas de cuidado que sejam ecológicas, sustentáveis, que garantam a qualidade de vida dos seres humanos e do planeta, rompendo com os ciclos de exploração que geram pobreza, desigualdades e colocam as mulheres em situação vulnerável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central analisar como mulheres moradoras das Zonas L1-Vitorino Braga e L3-Linhares do município de Juiz de Fora/MG, territórios periféricos marcados por violências e por desigualdades socioeconômicas e raciais, elaboram sentidos, diagnósticos e propostas em torno dos trabalhos do cuidado, da maternidade e da justiça social. Trata-se de um grupo composto majoritariamente por mulheres pretas e pardas, inseridas em circuitos precarizados de trabalho e atravessadas por múltiplas formas de opressão de gênero, raça e classe. A investigação partiu da compreensão de que o cuidado não é apenas uma prática cotidiana invisibilizada, mas uma dimensão política fundamental para a reprodução da vida social e para o funcionamento do próprio capitalismo patriarcal-racista. Ao privilegiar métodos qualitativos e uma escuta situada, o trabalho buscou deslocar o cuidado do campo do problema individual ou familiar, reconhecendo-o como uma questão coletiva, atravessada por relações de poder e por disputas em torno de direitos.

Ao longo da tese, os capítulos foram organizados de modo a articular três movimentos principais. Inicialmente, realizou-se uma reconstrução teórica do debate sobre o cuidado, dialogando com os feminismos negros, decoloniais e com a ética do cuidado, discutindo como a noção moderna de autonomia obscurece as relações de interdependência que sustentam a vida social. Em seguida, o trabalho situou o cuidado no contexto brasileiro, analisando sua histórica privatização, feminização e racialização, bem como os limites e contradições das políticas públicas existentes. Por fim, a pesquisa se voltou às experiências empíricas das interlocutoras, examinando suas trajetórias, percepções e propostas sobre o cuidado, o trabalho doméstico, a maternidade e o papel do Estado.

Os achados da pesquisa revelaram que, embora essas mulheres reconheçam a injustiça da sobrecarga de cuidado que recai sobre seus corpos,

suas propostas não se orientam automaticamente para modelos coletivos clássicos, como equipamentos públicos amplos e universais. Ao contrário, emergiu uma desconfiança em relação ao “público”, associada à precariedade vivida cotidianamente nos serviços estatais. Ainda assim, longe de representar uma adesão acrítica ao privatismo, as falas evidenciaram uma ressignificação política do cuidado: ao reivindicarem que o Estado custeie ou medeie serviços realizados no espaço doméstico, as interlocutoras deslocam o cuidado do campo do favor ou do privilégio para o campo do direito. Esse movimento tensiona as fronteiras entre público e privado e revela formas situadas de imaginação política, enraizadas na experiência concreta da precariedade.

Nesse sentido, as escolhas teóricas e metodológicas não são neutras, elas estão carregadas de intencionalidades e, portanto, são escolhas políticas. Aproximadamente 63% das mulheres que participaram da segunda etapa da pesquisa se autodeclararam pretas e pardas, o que revela uma condição essencial para pensar o problema do cuidado a partir das múltiplas formas de opressão. As mulheres interlocutoras deste trabalho residem em territórios periféricos com altos índices de violência urbana e a maioria apresenta circuitos precarizados de trabalho informal. As experiências e as vivências destas mulheres no que se refere aos trabalhos do cuidado era/é realizado nos padrões da desigualdade entre os gêneros, sendo as mães as principais provedoras de cuidado realizado no ambiente doméstico. Por contarem com pouca ajuda ou lançar mão de arranjos improvisados para compartilhar a sobrecarga de cuidado, pensou-se inicialmente que as mulheres reivindicariam por espaços e/ou instituições que coletivizassem o cuidado. Entretanto, foi constatado que a experiência com os equipamentos públicos fora vista com incertezas e questionamentos quanto a qualidade dos serviços. A partir de tal percepção, emergiu deste grupo de mulheres soluções semelhantes às privatistas para resolver o problema do cuidado, sendo reivindicado como serviço pessoal em sua própria residência. O modelo mercantilizado apesar de já existir, foi ressignificado para que o Estado se responsabilizasse pela totalidade e/ou por parte do custeio destes serviços, inaugurando a percepção do cuidado como direito de todas e não somente como privilégio de gênero, de raça e de classe. Este é um achado importante quando a solução para um problema político vem diretamente de quem é mais afetado

por ele. Neste sentido, a criação, a formulação de novas políticas do cuidado devem perpassar pela ótica do direito e não somente como benefício de quem pode pagar por ele. A responsabilização desigual do cuidado interfere diretamente na perpetuação de circuitos precarizados de vida das mulheres, que há séculos vem trabalhando gratuitamente para sustentar uma sociedade capitalista patriarcal.

Isto mostra que não se pode falar em igualdade de oportunidades, em sociedade justa e democrática enquanto milhares de mulheres estão privadas de exercerem seus potenciais criativos, amarradas à obrigação de realizar todos os afazeres domésticos sozinhas e sendo privadas de participação política. Du Bois (2021, p. 28) já denunciava o pensamento que pode pairar sobre a mente de quem está constantemente subjugado e acometido de autodepreciação: “para que precisamos de educação se nossa obrigação se resume a cozinhar e servir?”

Considerando essa condição servil, pode-se inferir que muitas mulheres negras, moradoras de territórios periféricos, em situação de sobrecarga de trabalho não dispõem de tempo para participação política, pois estão demasiadamente envolvidas e responsabilizadas com trabalhos do cuidado.

A crítica à sobrecarga de trabalho doméstico e à exclusão política das mulheres negras periféricas dialoga diretamente com o conceito de "matriz de dominação" formulado por Collins, sobretudo em *Pensamento Feminista Negro* (2019). Nesse livro, ela mostra como os sistemas de opressão — racismo, sexismo, classismo — operam conjuntamente para manter mulheres negras em posições de subalternidade, limitando seu acesso ao tempo, ao espaço público e à cidadania plena:

As mulheres negras continuam a ser tratadas como donas de casa não-remuneradas ou como trabalhadoras do cuidado descartáveis, mesmo quando essas tarefas são reconhecidas como fundamentais para a sobrevivência de suas comunidades” (Collins, 2019, p. 53).

Essa ideia está alinhada à passagem do seu texto que afirma que não há democracia enquanto mulheres continuam privadas de exercer seus potenciais criativos, presas a uma condição de servidão invisibilizada pelo sistema

A educadora, ativista e militante política estadunidense Anna Júlia Cooper (1858-1964) lutou contra o racismo, contra o sexismo e defendeu os direitos das pessoas negras. Há 130 anos já alertava que mulheres negras eram excluídas duas vezes, primeiramente da ideia de cidadania, em seguida da noção de ser humano. Cooper defendia a necessidade de autorrepresentação quando insistia na importância da participação das mulheres negras em movimentos políticos que mobilizavam o gênero e a raça, sendo assim,

(...) ela rechaça a noção de que um homem (...) possa ser legítimo representante da totalidade das pessoas negras: Cooper chama atenção para a família e a comunidade, lembra-se das mulheres negras – sobretudo a massa de mulheres negras pobres do Sul [dos EUA] – e critica os homens negros que pensam que sua ascensão individual é o suficiente para elevar todo grupo. (Cooper, 1894, apud Tostes, 2021, p. 59)

Para esta pensadora e ativista, nem um homem branco e muito menos uma mulher branca seriam capazes de “reproduzir de forma plena e adequada a exata Voz da Mulher Negra” (Tostes, 2021 p. 57). Somente uma mulher negra teria a sensibilidade para relatar suas vivências, suas experiências de dor, de tormento e de toda opressão que recai sobre seus ombros. Acreditando neste princípio, as demandas políticas das mulheres negras, moradoras na periferia de Juiz de Fora/MG foram ouvidas por uma equipe constituída exclusivamente de mulheres negras. A escuta valorizou suas vozes, óticas e perspectivas, pois do contrário poderia recair num racismo, sexismo ou num paternalismo que retira dos sujeitos suas capacidades de decisão, reflexão e ação.

Cooper em sua obra intitulada *A voice from de South: by a Black Woman from the South*, indicava que as mulheres negras eram capazes de “iluminar problemas de importância nacional, que o seu envolvimento poderia melhorar o gerenciamento do sistema educacional, ou aprimorar as instituições públicas” (Cooper, 1894, apud Tostes, 2021 p. 61). Estas potencialidades foram percebidas nesta pesquisa, quando o grupo entrevistado composto por sua maioria de mulheres pretas e pardas apresentou um pensamento crítico sobre as instituições existentes, apontando melhorias e a necessidade de criação de novos formatos para coletivizar os trabalhos de cuidado. Isto comprovou que mulheres negras são tão capazes como qualquer outro ser humano, elas têm o potencial para desenvolver um trabalho político com a mesma qualidade que

homens ou mulheres brancas, sendo um problema democrático confiná-las à servidão e limitar sua participação somente ao período eleitoral em que o voto é obrigatório.

A defesa da autorrepresentação das mulheres negras, inspirada em Anna Julia Cooper, também está no cerne do pensamento de Lélia Gonzalez, Angela Davis e Patricia Hill Collins, que defendem que as experiências e vozes das mulheres negras são fundamentais para compreender e transformar a realidade social, pois sua posição interseccional lhes confere uma perspectiva única:

As mulheres negras têm desenvolvido epistemologias próprias para interpretar o mundo – epistemologias que valorizam a experiência, a ética do cuidado, e o diálogo entre saber e prática (Collins, 2019, p. 257).

Assim, quando afirmo que as próprias mulheres negras podem expressar suas experiências com profundidade, me conecto à crítica de Collins à produção de conhecimento eurocêntrica e masculina, que exclui ou reduz as vozes negras a objetos de estudo. Ao destacar que as mulheres negras entrevistadas têm pensamento crítico e propõem soluções coletivas para os desafios do cuidado, busco reforçar a tese de que essas mulheres são agentes políticas, mesmo em contextos de opressão. Em *On Intellectual Activism* (2012), Collins defende que:

A ação intelectual das mulheres negras não está limitada à academia – ela pulsa nos corpos, nas experiências e nas soluções que essas mulheres constroem em suas comunidades (Collins, 2012, p. 4).

Esse reconhecimento da capacidade analítica e transformadora das mulheres negras periféricas reforça a importância de ouvi-las como produtoras de saber e ação política. Como possuem pouca visibilidade social, os trabalhos do cuidado realizados no ambiente privado do lar gozam de menor prestígio, apesar de serem essenciais para reprodução da vida social. Não está em questão a dignidade do trabalho doméstico, nem dos trabalhos do cuidado que são invisíveis para quem não os realiza, porém é preciso reconhecer que há um problema para democracia quando milhares de mulheres negras estão destinadas ao servilismo.

Sendo sobrecarregadas com os trabalhos do “care” é pouco provável que o coletivo de mulheres afrodescendentes consiga gerenciar o pouco tempo que

sobra para atuar na vida pública a fim de formar irmandades, participar de grupos ativistas com o objetivo de conquistar direitos. Sueli Carneiro (2011) constata que o matriarcado da miséria caracteriza as condições sociais da vida das mulheres negras quando

a conjugação do racismo com o sexismo (...) produz uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor em cinco anos, em relação às mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (Carneiro, 2011, p. 128)

A persistência do racismo estrutural e das práticas sexistas discriminatórias condiciona mulheres à pobreza e à marginalização social, desta forma, este trabalho de pesquisa privilegiou métodos que permitiram dar vozes a essas mulheres, conhecer sua percepção sobre os problemas de investigação – cuidados, família, maternidade e justiça social –, a fim de se pensar em modos de superação das diversas formas de opressão e de exclusão.

Num discurso proferido num congresso, a ativista Anna Júlia Cooper afirmava que a causa da mulher só terá sido vencida “quando raça, cor, sexo e condição forem vistos como circunstâncias fortuitas e não substâncias da vida; e quando o direito universal à vida, à liberdade e à busca por felicidade seja visto como inalienável para todos” (Cooper, 1894, apud Tostes, 2021, p. 78).

O direito à autorrepresentação significa um ponto importante para a participação política de mulheres pretas e pardas em situação empobrecida e em condição de servidão. A luta contra a desigualdade, a busca por melhores conquistas e a elevação para postos de trabalhos de maior prestígio social só se tornarão realidade quando mulheres negras tiverem suas vozes ouvidas, seus direitos como pessoa respeitados e a equidade se tornar de fato um valor fundamental para a democracia.

A sobrecarga de afazeres domésticos é resultado do trabalho de reprodução da vida diária, principalmente para quem tem uma ou mais crianças em casa. As interlocutoras apontaram para necessidade de escolas em tempo integral com atividades que desenvolvam e ampliem o repertório cultural das crianças. Atualmente, o município de Juiz de Fora/MG divulgou que não há mais

fila para as vagas de creche e no que se diz respeito à educação Infantil, ela foi incorporada às escolas municipais de Ensino Fundamental quando da obrigatoriedade da matrícula de crianças aos 4 anos de idade. Entretanto, apesar da Educação Infantil ser a primeira etapa da Educação Básica, nota-se que não houve a ampliação da carga horária das crianças na faixa etária entre 4 e 10 anos. Deste modo, as crianças que frequentam as escolas públicas, em sua grande maioria, contam apenas com 4 horas de jornada escolar (exceto as escolas denominadas CAIC – Centros Integrados de Atenção à Criança). Este dado apontado pelas entrevistadas, mostra que a jornada escolar das crianças pode ter relação direta com a inserção e permanência das mães no mercado de trabalho, pois vai interferir na gerência do tempo que esta mulher irá dispor para se manter no seu emprego e para descansar. Isto significa que mesmo que o ambiente doméstico conte com a coletivização e/ou compartilhamento dos trabalhos do cuidado no que se refere aos afazeres domésticos, se as mães das crianças continuarem sem opção das escolas com jornada ampliada (de 7 a 9 horas) ou centros educativos no contraturno escolar, dificilmente o problema do cuidado será resolvido em sua totalidade.

A rede pública de ensino, apesar de assegurar o direito à educação das crianças e adolescentes, pode estar cooperando para perpetuação da ótica patriarcal, quando aceita passivamente que uma mãe não exerça trabalho remunerado para dedicar tempo aos seus filhos. Isto merece ser alvo de investigação futura, quando as políticas de cuidado não podem escapar a discussão sobre o currículo escolar das redes públicas. O investimento na criação de infraestrutura adequada para o atendimento a crianças em tempo integral pode criar condições para que mulheres tenham maior gerência de seu tempo produtivo, o que resultará em melhorias das condições materiais de existência, mitigar a dependência financeiras de terceiros, além de retirar milhares de mulheres de situação opressiva e abusiva.

Embora a ampliação da jornada escolar e a educação em tempo integral apareçam como elementos centrais nas falas das entrevistadas, sobretudo por aliviarem o tempo das mães e possibilitarem maior inserção no trabalho remunerado, esta pesquisa aponta que a organização social do cuidado não pode se limitar a essa dimensão. As interlocutoras também enfatizaram a

necessidade de coletivizar os trabalhos domésticos cotidianos, como o preparo da comida, a limpeza da casa, a organização dos espaços e o cuidado com as roupas. Tais atividades, frequentemente naturalizadas como obrigações femininas, consomem tempo, energia física e emocional, e são decisivas na reprodução das desigualdades. Pensar políticas de cuidado exige, portanto, incluir esses trabalhos como parte legítima da agenda pública, reconhecendo que cozinhar, limpar e organizar são práticas essenciais à vida social e não tarefas menores ou privadas.

Nesse sentido, torna-se fundamental ressignificar o cuidado a partir da noção de interdependência, rompendo com a ideia liberal de sujeitos autônomos e autossuficientes. A pesquisa demonstrou que todas as pessoas, em diferentes momentos da vida, dependem de redes de cuidado para sobreviver, o que desautoriza hierarquias morais entre quem cuida e quem é cuidado. Reconhecer a interdependência como condição humana implica desnaturalizar os critérios de gênero, raça e classe que historicamente definiram quem deve cuidar e quem pode ser cuidado com qualidade. O cuidado, quando tratado como privilégio, reforça desigualdades; quando reconhecido como direito universal, abre possibilidades para uma reorganização ética, política e social da vida cotidiana.

Assim, as contribuições desta pesquisa apontam para a urgência de pensar políticas de cuidado que não reproduzam a lógica da servidão feminina nem a mercantilização desigual da vida. Coletivizar os trabalhos domésticos, valorizar socialmente o cuidado e redistribuir suas responsabilidades entre Estado, comunidade e indivíduos são passos indispensáveis para a construção de uma democracia substantiva. Ao dar centralidade às vozes de mulheres negras periféricas, este trabalho reafirma que não há justiça social possível enquanto o cuidado permanecer invisível, desvalorizado e desigualmente distribuído. Ressignificar o cuidado é, portanto, não apenas uma demanda prática, mas um projeto político de transformação das relações sociais que sustentam a vida.

Referências Bibliográficas

ARAUJO, Anna Bárbara. **Gênero, profissionalização e autonomia: o agenciamento do trabalho de cuidadoras de idosos por empresas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: Acesso em: 5 set. 2018

. **Da Ética do Cuidado à Interseccionalidade: Caminhos e Desafios para a Compreensão do Trabalho de Cuidado**. Dossiê - Gênero, cuidado e famílias. Mediações, Londrina, V. 23 N. 3, P.43-69, SET.-DEZ. 2018

ARAÚJO DFMS, KUNIN J, CARNEIRO RG. **Apresentação - Experiências e políticas do cuidado durante e após a pandemia de Covid-19: um diálogo entre Brasil e Argentina**. Interface (Botucatu). 2024; 28: e240043 <https://doi.org/10.1590/interface.240043> disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fWcYxshDbkwzx3dJRTvfpwt/?format=html&lang=pt> acessado em 01 de janeiro de 2026.

ALBUQUERQUE. Simone Santos. **Para além do ou “isto” ou “aquilo”: o sentido da educação das crianças pequenas a partir das lógicas dos seus contextos familiares**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

ARRETCHE, Marta. 2018. **Democracia e Redução da Desigualdade Econômica no Brasil: A Inclusão dos Outsiders**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 33(96): 1–23.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. [Tradução: Waltensir Dutra]

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BILGE, Sirma. (2009), “**Théorisations féministes de l’intersectionnalité**”. Diogenes, 1 (225) : 70-88.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLAY, Eva Alterman. **Liberdade, poder e planificação democrática**. Tradução. Folha de S. Paulo. Mais!, São Paulo, 2008. , p. 11 maio 2008. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Blay_EA_74_1678293_LiberdadePoderEPlanificacaoDemocratica.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis. Vozes. 1998.

BRANDÃO, Elaine Reis e HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(7):1421-1430, jul, 2006.

BRASIL. Senado Federal. Instituto DataSenado. **Violência contra a mulher no Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2023a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023>. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. Agência Brasil. **Mulher fora do mercado de trabalho tem três vezes mais chances de sofrer violência doméstica.** Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 2023b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023>. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em 18 de julho de 2022.

Brasil. LEI Nº 15.069, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024. **Institui a Política Nacional de Cuidados.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/l15069.htm Acessado 7 de janeiro de 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2947 de 2024. Dispõe sobre a alteração do art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para incluir a Política Nacional de Cuidados entre os programas e projetos beneficiados pelo Fundo Social.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2455908&filename=PL%202947/2024. Acessado em 30 de janeiro de 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2193, de 2024. Dispõe sobre alteração dos artigos 1.694 e 1.703 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para considerar os cuidados efetivos como critério na fixação da contribuição dos genitores para a manutenção dos filhos.** criação de novas diretrizes para o setor de tecnologia. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: http://camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2901807&filename=PL%202193/2025. Acessado em 30 de janeiro de 2026.

BRITES, Jurema. **Afeto e desigualdade:** gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. Cadernos Pagu, Campinas, n. 29, p. 91-109, dez. 2007.

- BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.
- CANCIAN, Francesca M.; STACEY, J. Olike. **Caring and gender**. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press, 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. Selo Negro, São Paulo, 2011.
- COLLINS, Patricia Hill. Pushing the Boundaries or Business as Usual? **Race, Class, and Gender Studies and Sociological Inquiry**. In: CALHOUN, Craig (org.). *Sociology in America: A History*. Chicago, University of Chicago Press, 2007. p. 572-604.
- COLLINS, Patricia Hill. *On Intellectual Activism*. Philadelphia, PA: Temple University Press, 2012.
- COLLINS, Patricia Hill. “As mulheres negras e a maternidade” e “Mammies, matriarcas e outras imagens de controle”. In: **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1*, Janeiro/Abril 2016.
- COOPER, Anna Julia. **A Voice from the South: by a Black Woman from the South**. Oxford Universit Press, 1998. In: TOSTES, Verônica. *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. Verônica Tostes, Bila Sorj. - 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), “**Demarginalizing the intersection of race and sex**; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 14ªed. Boitempo, são Paulo, 2021.
- DIEESE. **Departamento intersindical de Estatística e estudos socioeconômicos**. 2025. Disponível em <https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/relatorioAtividades.html>
- DOMINGOS, Suzane C. **A posição desvantajosa de mulheres negras**. *Revista Contraponto. Dossiê Das Margens para o Centro*. v. 8, n. 3 janeiro de 2022.

- DOMINGOS, S. C., GRAMA de Barros Silva, G. G., & dos SANTOS, E. N. (2023). **Da colonização literária ao desencanto dos contos de fadas: desvelando os padrões desiguais entre os gêneros na literatura clássica infantil de cunho patriarcal.** *Revista Debates Insubmissos*, 6(21), 325–346. <https://doi.org/10.32359/debin2023.v6.n21.p325-346>
- DOMINGOS, S. C. (2024). **As múltiplas formas opressão e dominação impostas às mulheres negras e o direito a autorrepresentação.** *Revista Debates Insubmissos*, 6(23), 255–273. <https://doi.org/10.32359/debin2023.v6.n23.p255-273>
- DU BOIS, W. E. B. (1868-1963) **As almas do povo negro** / W. E. B. Du Bois. Tradução de Alexandre Boide. Ilustração de Luciano Feijão. Prefácio de Silvio Luiz de Almeida. – São Paulo: Veneta, 2021.
- ESPING-ANDERSEN, G. **Social foundations of postindustrial economies.** New York: Oxford University Press, 1999.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FERNANDES, Camila. **“Casas de ‘tomar conta’ e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado”.** *Rev. antropol.* (São Paulo, Online) | v. 64 n. 3: e189648 | USP, 2021.
- FINCO, Daniela; GOBBI, Márcia; FARIA, Ana Lúcia Goulart (org.). **Creche e feminismo: desafios atuais para uma educação descolonizadora.** Campinas, SP: Edições Leitura Crítica: Associação de leitura do Brasil- ALB; São Paulo: Fundação Carlos Chagas- FCC, 2015.
- FRAGA, Alexandre Barbosa. **De empregada a diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Cerca de 50% das mulheres são demitidas até dois anos após o retorno da licença-maternidade.** São Paulo: FGV, 2018. Disponível em: <https://portal.fgv.br>. Acesso em: jan. 2026.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, Ed. 2002.
- GILMAN, Charlotte Perkins. **The Home: Its Works and influence.** Nova York: Charlton Company, 1910.
- GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** / organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda. autoras Adriana Varejão - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, Luiz Antônio Machado da et al. (org.). *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HASENBALG, Carlos Alfredo. (1979) **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal. 2005.

HERMANOWICZ, Joseph C. **The Great Interview: 25 Strategies for Studying People in Bed**. Qualitative Sociology, Vol. 25, No. 4, Winter 2002.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1. 2014.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez 2007, pp. 595-609.

HIRATA, Helena. **O cuidado. Teorias e práticas**. 1 ed. - São Paulo, Boitempo, 2022.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos Estudos Cebrap, 86: 93-103, 2010.

_____. (2012), **Se battre, disent-elles...** Paris, La Dispute (col. Le Genre du Monde). Lowy, Ilana. (2002), "Universalité de la science et connaissances situées". In: Gardey, D. & Lowy, I. (orgs.). Les sciences et la fabrication du masculin et du féminin. Paris, Ed. des Archives Contemporaine

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - PNAD contínua**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/8ff41004968ad36306430c82eece3173.pdf

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Em 2022, mulheres dedicaram quase 10 horas a mais do que homens aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Desigualdade de gênero no trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Brasil**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: jan. 2026.

JUIZ DE FORA. Câmara Municipal De Juiz De Fora. Projeto de Lei nº **421**, de 2025. **Dispõe sobre a Instituição do Programa Municipal Mulheres Guardiãs: Lideranças na Prevenção de Riscos**, e dá outras providências. Juiz de Fora, MG: Câmara Municipal, 2025. Disponível em <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/proposicao.php?num=153824>. Acessado em 01 de janeiro de 2026.

LAHIRE, Bernard. **O sucesso escolar nos meios populares**. As razões do improvável. São Paulo, Ática, 1997.

LINS DE BARROS, Myrian. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. **Família e Gerações**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2006.

LIRA, Aliandra Cristina; NUNES, Maristela. Ensinando a ser menina e menino: brinquedos e relações de gênero. Revista Ensino & Pesquisa, v. 14, n. 1, p.180- 200, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/849>. Acesso em: 02 jan. 2023

LORDE, Audre. Age, Race, Class, and Sex: Women Redefining Difference. In: LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. Trumansburg, NY: Crossing Press, 1984. p. 114–123

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 246-256.

LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e ação**. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019a.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

LUGONES, María. “Colonialidade e gênero”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2020.

MANNHEIM, Karl. **O problema sociológico das gerações**. In: M. M. Foracchi (org.), *Karl Mannheim: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

MARIANO, Silvana Aparecida e CARLOTO Cássia Maria. **Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família**. Dossiê retrato das desigualdades de gênero e raça. Rev. Estud. Fem. vol.17 no.3 Florianópolis Sept./Dec. 2009

- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Marx Engels: obras escolhidas em três tomos - tomo I. Lisboa / Moscovo: "Avante!" Progresso, 1982.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(3): 530, setembro-dezembro/2017.
- MIGUEL, Luiz Felipe e BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**. Boitempo. São Paulo, 2014.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei e PASSOS, Rachel Gouveia. **A divisão sexual e racial do trabalho: considerações a partir de Heleieth Saffioti**. Caderno CRH, Salvador, v. 33, 2020.
- OLIVEIRA Letícia Franco de & Alessandro Gomes ENOQUE. **O Cuidar e o Envelhecer: um estudo acerca das representações sociais do cuidado na perspectiva de idosos**. Revista interdisciplinar de gestão social v.9 n.3 set./dez. 2020.
- PAPERMAN, Patricia. **Les Gens vulnérables n'ont rien d'exceptionnel**. In: LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia (orgs). Le Souci des autres: éthique et politique du care. Paris, EHESS, 2005, p. 281-97.
- QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Prefacio de César Germaná; prólogo de Danilo Assis Clímaco. - 1a edición especial - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2020.
- RAGO, Margareth. (1997) Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 59–74, 2006. DOI: [10.20396/resgate.v6i7.8645524](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645524). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645524>. Acesso em: 17 abr. 2026.
- RICH, A. **Of Woman Born**. Motherhood as Experience and Institution. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). Os processos de globalização. In: **Globalização: Fatalidade ou utopia**. Porto, Edições apontamentos, 2001.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. RJ, Fundo de Cultura. 1961.
- SCHOLZ, Roswitha. **O valor é homem**: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, n. 45, julho 1996, p. 15-36.

- SEGATO, Rita. **Estruturas elementares da violência** [recurso eletrônico] / Rita Segato; tradução Danú Contijo. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2025. recurso digital
- SORJ, Bila. Arenas do cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, pp. 478-491, 2013.
- TOSTES, Verônica. **Clássicas do pensamento social**: mulheres e feminismos no século XIX. Verônica Tostes, Bila Sorj. - 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021
- TRONTO, Joan. **Assistência democrática e democracias assistenciais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007
- VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. In: A aventura sociológica. E. Nunes, (org.). Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978.
- VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Editora Ubu, 1ª edição. 2020.

ANEXO I- Formulário de entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PESQUISA: A PERCEPÇÃO DE MULHERES PERIFÉRICAS SOBRE ALTERNATIVAS DE
SOCIALIZAÇÃO E COLETIVIZAÇÃO DOS TRABALHOS DO CUIDADO**

Formulário prévio de Entrevista

Apresentação: Esta pesquisa busca compreender a percepção de mulheres moradoras da Zona Leste sobre a coletivização e socialização dos trabalhos do cuidado atualmente realizado dentro do ambiente doméstico.

1- Nome: _____ Idade: _____ Telefone: _____ Endereço: _____		2 - Qual o seu grau de escolaridade? ☐ Ensino Fundamental ☐ Ensino Médio ☐ Ensino Superior ☐ Pós-Graduação
3-Você se autodeclara: ☐ branca ☐ parda ☐ preta ☐ indígena ☐ outra: _____		
4 - Estado civil: ☐ solteira ☐ Casada ☐ divorciada ☐ outro: _____		
5 - Quantos filhos você possui? _____ Qual é a idade dos/as filhos/as? _____ Com que idade teve o primeiro filho? _____ 5.1 - Quem cuida dos seus filhos quando eles não estão na escola? ☐ Eu mesma cuido. ☐ avó/tias/prima ☐ outra pessoa: _____		6 - Possui emprego /ocupação formal ou informal? ☐ Sim ☐ Não 6.1- Quantas pessoas contribuem financeiramente na família? ☐ 1 Pessoa ☐ 2 pessoas ou mais 6.2- Participa de algum programa de assistência? ☐ Bolsa Família ☐ LOAS ☐ Outro: _____ ☐ não participa.
7 - Há idosos na sua residência? ☐ Sim. Quantos? _____ ☐ Não	8 - Há na sua residência pessoa com deficiência ou dependência temporária ou permanente? ☐ Sim. Quantas? _____ ☐ Não tem.	

9 - Quem é a pessoa com maior responsabilidade pelos cuidados com a sua casa, com as crianças e pelos afazeres domésticos? () Sou eu. () avó/tias () outra pessoa: _____	10 - Você teria interesse em <u>participar de uma pesquisa</u> que busca entender a percepção das mulheres em relação às diversas atividades dos cuidados realizados diariamente e da existência de demanda em compartilhar esses cuidados com instituições públicas? () sim () não 10.1- Em qual local seria ideal para fazer a entrevista: () Na Minha casa. () Na escola. () Outro: _____
11 - Confirmando que as informações são verdadeiras. _____ Assinatura do(a) respondente	

ANEXO II - Roteiro semiestruturado de entrevista individual

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
PESQUISA: A PERCEPÇÃO DE MULHERES PERIFÉRICAS SOBRE ALTERNATIVAS DE
SOCIALIZAÇÃO E COLETIVIZAÇÃO DOS TRABALHOS DO CUIDADO
Roteiro semiestruturado de entrevista individual

Dados de identificação da entrevistada: _____

Bloco A – Maternidade e cuidado

Com que idade você teve o primeiro filho?

O que mudou na sua vida depois que você teve seu filho?

Você planejou ser mãe?

Conte como foi quando você descobriu que estava grávida.

Em algum momento você pensou em não ter filhos?

O que é ser mãe para você?

Quantos filhos você possui ao todo?

Todos moram com você?

Você cuida de mais alguma criança que não seja seu filho?

Como é a relação de convivência com o pai do(s) seu(s) filho(s)?

Na sua percepção homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelos cuidados com as crianças? Explique.

Quem cuida dos seus filhos quando eles não estão na escola?

Quem busca na escola?

Você orienta seus filhos em alguma religião? Qual?

Todos da família são/apoiam a fé religiosa?

Descreva como é a rotina diária dos seus filhos?

Quem cuida dos seus filhos quando você está trabalhando?

Quando você precisa se ausentar da sua casa por mais de algumas horas (talvez dias), como você se organiza?

Você acha que os cuidados com as crianças poderiam ser compartilhados com serviços ofertados pelo o Estado? (Ex: creches; horários das creches; escolas em tempo integral, centros culturais e esportivos, vans escolares, restaurante público)

Como você se sente quando precisa se ausentar da casa e dos cuidados com filhos?

Com que você trabalha? O emprego é ocupação formal ou informal?

Qual é a sua renda pessoal?

Existe mais alguma pessoa na família que contribui com alguma renda?

Quanto é aproximadamente sua renda familiar?

Você acha que é suficiente?

Você é beneficiária de algum programa de assistência? Qual?

Há algum idoso na sua residência que precisa de ser cuidado? Quantos?

Há na sua residência alguma pessoa com deficiência ou dependência temporária/permanente que precisa de ser cuidado? Quantas?

Como você se sentiria se pudesse compartilhar os cuidados de pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência) com instituição pública de tempo integral de atendimento?

Bloco B - Dinâmica dos afazeres domésticos e organização familiar

Descreva o que você realiza de atividades de rotina da sua casa durante um dia comum.

Quais são as atividades na sua rotina diária que mais demandam seu tempo pessoal?

Se você pudesse não realizar alguma dessas atividades, qual seria e por quê?

Existe alguma divisão na responsabilidade de cuidar da sua casa?

Quem fica com a maior parte dos afazeres domésticos?

Na sua percepção homens e mulheres se responsabilizam igualmente pelos afazeres domésticos? Explique.

Quem é a pessoa com maior responsabilidade de cuidar da família, especialmente das crianças?

Como você se sente em relação às atividades de cuidado realizados diariamente por você?

Com quem você aprendeu a realizar as diversas atividades de cuidados?

O que o cuidado com a sua casa/família significa para você?

Em algum momento os afazeres domésticos ou o cuidado com as pessoas que dependem de você interferiu nos seus planos de vida (estudos/carreira/trabalho formais)?

O que você faria com o seu tempo livre caso não precisasse se ocupar com os cuidados com a casa/família?

Existe alguma pessoa/instituição que ajuda você a realizar os afazeres domésticos, os trabalhos do cuidado com casa e família?

Você precisa pagar essa pessoa/instituição para receber ajuda?

Na sua comunidade existe alguma instituição pública/empresa que ajuda mulheres a cuidar de crianças, idosos, pessoas com deficiência ou realiza os afazeres domésticos (limpeza, lavar, cozinhar, arrumar, manutenção da casa) na totalidade ou em parceria?

Conhece algum modelo de instituição/empresa relacionada com esse tipo de cuidado, mesmo que não seja no seu bairro? Você sabe como funciona?

Como é a sua experiência com os seguintes equipamentos de serviços públicos que já existem e que são oferecidos a população em geral, descreva cada um desses itens:

- posto de saúde
- creches e escolas
- assistência social
- transporte público
- limpeza urbana
- Existe outro não citado?

Imagine se existisse uma instituição que realizasse parte dos seus trabalhos de cuidado da casa por você. Qual desses itens seria a principal necessidade a ser atendida?

- fazer almoço e lavar louças;
- limpeza da casa;
- lavar e secar roupas;
- vigiar/cuidar as crianças/idosos/pessoas com dependência
- Existe outro que não foi citado?

Use sua imaginação. Se essa instituição existisse, na sua opinião, como ela deveria funcionar? Em que lugar do bairro deveria ficar?

Como você se sentiria se você pudesse compartilhar diariamente os afazeres domésticos com algum tipo de instituição pública que te ajudasse nos cuidados com a casa/família? Descreva o que você sentiria.